



ILAESP – INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA

CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ECONOMIA, INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E SISTEMA-MUNDO: AVANÇO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO BRASIL E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

MARCOS JARDIM PINHEIRO

Foz do Iguaçu
2022



ILAESP - INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA

**Ciências Econômicas, Economia
Integração e Desenvolvimento**

TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E SISTEMA-MUNDO: AVANÇO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO BRASIL E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

MARCOS JARDIM PINHEIRO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Economia, Integração e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof. Dr^a: Virginia Laura Fernández

Foz do Iguaçu
2022

MARCOS JARDIM PINHEIRO

**TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E SISTEMA-MUNDO: AVANÇO DO
AGRONEGÓCIO DA SOJA NO BRASIL E A SUPEREXPLORAÇÃO DO
TRABALHO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Economia, Integração e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a: Virginia Laura Fernández
UNILA

Prof. Dr. Pedro Marcelo Staevie
UNILA

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
UNILA

Foz do Iguaçu, 21 de dezembro de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Marcos Jardim Pinheiro

Curso: Ciências Econômicas, Economia, Integração e Desenvolvimento

(X) graduação

Título do trabalho acadêmico **TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E SISTEMA-MUNDO: AVANÇO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO BRASIL E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO**

Nome do orientador(a): Virgínia Laura Fernández

Data da Defesa: 21/12/2022.

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, 21 de dezembro de 2022

Dedico este trabalho à minha Mãe Nara Jardim e minha avó Lucia Jardim

Dedico também ao meu companheiro de vida e namorado Gustavo, que esteve comigo durante todo o tempo de pesquisa e escrita deste trabalho.

Dedico ao meu pai (em memória). Certamente ele estaria orgulhoso deste momento.

Dedico aos meus irmãos Monique e Moisés.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Universidade Federal da Integração Latino Americana onde pude adquirir conhecimento e senso crítico sobre o Brasil e a América Latina.

À professora Virgínia que esteve junto comigo nesta pesquisa de TCC, sempre sendo uma professora inspiradora, compreensiva e comprometida com a ciência.

Ao professor Wolney (em memória), por ele ter me convidado a participar como bolsista da minha primeira iniciação científica. Foi um professor com quem pude conviver no início da minha formação e que com certeza deixou marcado o compromisso pela luta em prol da classe trabalhadora.

A Maria Ribeiro, que cuidou de mim desde que nasci e que devo muito desta conquista a ela.

A amigas e amigos queridos que sempre me incentivaram a buscar coisas novas e não me acomodar. Destaco aqui a Tia Neiva, Janaína, Regina, Ledeci e o Xiru, que dividiu a casa comigo no tempo que estivemos em Foz do Iguaçu. Fizemos muitos debates acerca do Brasil e da América Latina.

Aos meus colegas de curso, com que pude fazer inúmeros debates que engrandeceram a minha formação.

Funeral de um lavrador

*Esta cova em que estás com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida
É a conta menor que tiraste em vida*

*É de bom tamanho nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a parte que te cabe deste latifúndio*

*Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida
É a terra que querias ver dividida*

*É uma cova grande pra teu pouco defunto
Mas estarás mais ancho que estavas no mundo
Estarás mais ancho que estavas no mundo*

*É uma cova grande pra teu defunto parco
Porém mais que no mundo te sentirás largo
Porém mais que no mundo te sentirás largo*

*É uma cova grande pra tua carne pouca
Mas a terra dada, não se abre a boca
É a conta menor que tiraste em vida
É a parte que te cabe deste latifúndio
É a terra que querias ver dividida
Estarás mais ancho que estavas no mundo
Mas a terra dada, não se abre a boca*

(João Cabral De Melo Neto).

RESUMO

O objetivo deste trabalho visa analisar empiricamente, a dinâmica do agronegócio da soja no Brasil, utilizando para tal a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria Sistema-Mundo, baseando-se principalmente na primeira, e apontando, como isso se vincula com o processo de superexploração do trabalho. O Brasil atualmente é o maior exportador de soja em grãos do planeta. O monocultivo do produto tem gerado uma homogeneização da agricultura brasileira, trazendo riscos a soberania alimentar do país, sendo uma commodity de exportação, que é produzida para satisfazer demandas externas, conformando um padrão de espoliação da terra, de superexploração do trabalho, e do reforço da condição de economia dependente que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho, como exportador de matérias-primas e importador de manufaturados. O processo produtivo conta com a participação de grandes multinacionais estrangeiras, que se apropriam de uma parte considerável do excedente produzido na cadeia produtiva da soja, gerando assim uma transferência de mais-valia da economia dependente em direção aos países centrais. As exportações de soja para a China tiveram um forte crescimento nas últimas duas décadas. O Grande Asiático é responsável pela compra de aproximadamente 70% da soja produzida no país, sendo que esta relação reforça a reprimarização da economia brasileira. Nesse sentido, a hipótese deste trabalho é de que o monocultivo da soja aprofunda a dependência estrutural da economia brasileira, além de expandir sua produção sobre áreas de economia natural, causando fortes impactos na biodiversidade, e na população trabalhadora, através da superexploração do trabalho.

Palavras-Chave: Dependência. Capitalismo. Sistema-mundo. Agronegócio soja.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar empíricamente la dinámica del agronegocio de la soja en Brasil, utilizando la Teoría Marxista de la Dependencia y la Teoría del Sistema Mundial, basándose principalmente en la primera, y señalando cómo ésta se vincula al proceso de sobreexplotación del trabajo. Brasil es actualmente el mayor exportador de soja del planeta. El monocultivo del producto ha generado una homogeneización de la agricultura brasileña, trayendo riesgos para la soberanía alimentaria del país, siendo una mercancía de exportación, que se produce para satisfacer demandas externas, formando un patrón de despojo de la tierra, de sobreexplotación del trabajo y del reforzamiento del estatus de economía dependiente que Brasil ocupa en la división internacional del trabajo, como exportador de materias primas e importador de manufacturas. El proceso productivo cuenta con la participación de grandes multinacionales extranjeras, las cuales se apropian de una parte considerable de los excedentes producidos en la cadena productiva de la soja, generando así una transferencia de plusvalía desde la economía dependiente hacia los países centrales. Las exportaciones de soja a China han experimentado un fuerte crecimiento en las últimas dos décadas. Gran Asia es responsable por la compra de aproximadamente el 70% de la soja producida en el país, y esa relación refuerza la reprimarización de la economía brasileña. En ese sentido, la hipótesis de este trabajo es que el monocultivo de soja profundiza la dependencia estructural de la economía brasileña, además de expandir su producción en áreas de economía natural, provocando fuertes impactos sobre la biodiversidad y sobre la población activa, a través de la sobreexplotación del trabajo.

Palabras clave: Dependencia. Capitalismo. Sistema-mundo Agronegocios. Soja.

ABSTRACT

The objective of this work is to empirically analyze the dynamics of the soybean agribusiness in Brazil, using the Marxist Theory of Dependency and the World-System Theory, based mainly on the first one, and pointing out how this is linked to the process of overexploitation of work. Brazil is currently the largest exporter of soybeans on the planet. The monoculture of the product has generated a homogenization of Brazilian agriculture, bringing risks to the country's food sovereignty, being an export commodity, which is produced to satisfy external demands, forming a pattern of land spoliation, of overexploitation of work, and of the reinforcement of the status of a dependent economy that Brazil occupies in the international division of labor, as an exporter of raw materials and importer of manufactured goods. The production process relies on the participation of large foreign multinationals, which appropriate a considerable part of the surplus produced in the soybean production chain, thus generating a transfer of surplus value from the dependent economy towards the central countries. Soybean exports to China have seen strong growth over the past two decades. Great Asia is responsible for purchasing approximately 70% of the soy produced in the country, and this relationship reinforces the reprimarization of the Brazilian economy. In this sense, the hypothesis of this work is that the soybean monoculture deepens the structural dependence of the Brazilian economy, in addition to expanding its production in areas of natural economy, causing strong impacts on biodiversity, and on the working population, through the overexploitation of work.

Keywords: Dependency. Capitalism. World-system Agribusiness Soy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Exportações de soja do Brasil para a China por porto. (2020-21).....	61
Gráfico 02 – Evolução da produção mundial de soja de 1990/91 a 2021/22 (em MT).....	63
Gráfico 03 – Produção dos principais países produtores de 1980/81 a 2020/21 (em MT)	64
Gráfico 04 – Evolução da soja no Mercosul.....	64
Gráfico 05 – Área, produção e produtividade da soja no Brasil.....	65
Gráfico 06 – Série histórica de área plantada por região – safras 1976/77 a 2021/22	67
Gráfico 07 – Série Histórica de produção nos principais estados (safras 1976/77 a 2021/22).....	67
Gráfico 08 – Produção, consumo e exportação de soja (mil toneladas).....	69
Gráfico 09 – Crescimento do comércio de exportação do Brasil para a China e principais parceiros de 2002 a 2021 em percentual.....	71
Gráfico 10 – Crescimento do comércio de importação do Brasil com a China e principais parceiros de 2002 a 2021 em valores (US\$).....	72
Gráfico 11 – Exportação da soja brasileira para os principais compradores 2002 a 2021(US\$)	74
Gráfico 12 – Matriz de competitividade Brasil 1985-2010 (por destino, em % das exportações no ano final).....	75
Gráfico 13 – Transações correntes - Componentes	78
Gráfico 14 – Exportação de soja em grão, farelo e óleo.....	80
Gráfico 15 – Evolução da Participação da Indústria de Transformação no PIB (em %) de 1947 a 2014	81
Gráfico 16 – Área anual de desmatamento causado pela soja por bioma	92
Gráfico 17 – Projeções da PTF	94
Gráfico 18 – Índices de quantidade de capital, terra e mão de obra.....	95
Gráfico 19 – Taxa de urbanização no Brasil (1940 a 2010).....	95
Gráfico 20 – Taxa de desocupação e taxas combinadas (%) de subutilização da força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência – Brasil	96
Gráfico 21 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, por grupamentos de atividade econômica, Brasil - 4o trimestre de 2012-2018	97
Gráfico 22 – Índice de Gini: Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos.....	98
Gráfico 23 – Pessoal ocupado, número de estabelecimentos agropecuários e número de ocupados por estabelecimento – Brasil – 1960 a 2050.....	99
Gráfico 24 – Número de cestas básicas que o salário-mínimo pode comprar.....	100
Gráfico 25 – Parcela da população com algum tipo de insegurança alimentar (%).....	100
Gráfico 26 – rendimento médio mensal real domiciliar per capita (R\$). Segundo as grandes regiões.....	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Delimitação da Cadeia Produtiva da Soja no Brasil	57
Figura 02 – Representatividade de produtos das exportações brasileiras para a China (2019,2020).....	72
Figura 03 – Representatividade de produtos das importações brasileiras com a China (2019,2020).....	73
Figura 04 – Representatividade de produtos das importações brasileiras com o mundo (2020)	76
Figura 05 – Representatividade de produtos exportados do Brasil para o mundo (2020)	77
Figura 06 – Grupos no Estado, indústria e sociedade civil com atividades voltadas a influenciar a regulação de agrotóxicos	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Brasil Área Plantada com 5 principais grãos	68
Tabela 02 – Comércio exterior América Latina – China, segundo a intensidade	70
tecnológica dos produtos, 2009 (em % do total)	70
Tabela 03 – Transações correntes: serviços selecionados	78
Tabela 04 – Capacidade instalada da indústria de óleos vegetais - 2015	80
Tabela 05 – Uso de pesticidas: quantidade total (em mil toneladas) – média centrada (3 anos)	85
Tabela 06 – Uso de pesticidas aplicado por habitante – médias móveis centradas.....	85
Tabela 07 – Vendas de agrotóxicos no Brasil, por empresa (2017) – em US\$ milhões correntes.....	86
Tabela 08 – Market Share das empresas fabricantes de máquinas agrícolas vendidas no Brasil	88

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Principais rotas de exportação da soja (2020)	58
Mapa 02 – Expansão Ferroviária Brasileira: projetos em andamento (2020)	59
Mapa 03 – Sistema Ferroviário Brasileiro: tamanho de bitolas	60
Mapa 04 – Bacias hidrográficas brasileiras	61
Mapa 05 – Rotas Mundiais da Exportação da soja brasileira.....	62
Mapa 06 – Distribuição espacial da área de soja no Brasil – safra 2014/2015	66
Mapa 07 – Mudança no uso e cobertura da terra (LUCC) e cobertura do uso da terra (LUC) no bioma do Cerrado brasileiro entre 2001 e 2019	91
Mapa 08 – Potencial de expansão futura da soja em terras com perda de floresta.....	93

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	19
2.1 A INSERÇÃO DEPENDENTE DA AMÉRICA LATINA NO CAPITALISMO MUNDIAL E O PAPEL DA COLONIZAÇÃO	22
2.2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	27
2.2.1 A visão marxista da dependência	27
2.2.2 As trocas desiguais	28
2.2.3 Superexploração do trabalho	31
2.2.4 O ciclo do capital na economia dependente e o processo de industrialização	32
2.3 A ATUALIDADE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA	36
3 A TEORIA SISTEMA MUNDO DE IMMANUEL WALLERSTEIN	38
3.1 ORIGENS HISTÓRICAS DA ECONOMIA MUNDO CAPITALISTA	38
3.2 ORIGENS HISTÓRICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DA ANÁLISE DO SISTEMA MUNDO E A PRODUÇÃO DE MAIS-VALIA	45
3.3 SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA	50
3.4 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DA ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO COM A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA	53
4 BRASIL E O AGRONEGÓCIO DA SOJA	55
4.1 O SISTEMA DE TRANSPORTE DE CARGAS	57
4.1.2 O sistema rodoviário de transporte	58
4.1.3 O sistema ferroviário de transporte	58
4.1.4 O sistema hidroviário de transporte	60
4.2 A EXPANSÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO DE SOJA NO MUNDO E NO BRASIL ..	62
4.2.1 A expansão mundial da soja	62
4.2.2 A expansão da soja no Brasil	65
4.2.3 Projeções de expansão	68
4.3 O IMPACTO DA CHINA NA ECONOMIA BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA	69
4.3.1 Comércio externo latino-americano com a China	69
4.3.2 Relação externa do Brasil com a China e as trocas desiguais	70
4.4 A REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA	79
4.5 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E DEPENDÊNCIA EXTERNA PARA PRODUÇÃO	82

4.5.1 Agrotóxicos, fertilizantes, sementes e máquinas.....	84
4.5.2 Agroindústria e comercialização	88
4.5.3 Impactos ambientais	89
4.6 A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	106

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil é o maior exportador de soja em grãos do planeta. Conforme EMBRAPA (2022), o cultivo cresceu de forma contínua nos últimos 50 anos, trazendo fortes transformações para a agricultura brasileira, com um enorme incremento de tecnologia nos processos produtivos. No setor existe uma forte participação de empresas multinacionais e de capitais externos, expressando enormes contradições para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, transferindo uma parte considerável dos excedentes produzidos internamente para os países imperialistas. O monocultivo da soja tem gerado uma homogeneização da agricultura brasileira, trazendo riscos à soberania alimentar do país, pois trata-se de uma commodity de exportação, produzida para satisfazer demandas externas, conformando um padrão de espoliação da terra, de superexploração dos trabalhadores e de reforço da condição dependente do país em relação as economias industrializadas.

O objetivo geral deste trabalho visa analisar empiricamente, a dinâmica do agronegócio da soja no Brasil, utilizando para tal a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria Sistema-Mundo, baseando-se principalmente na primeira, apontando como isso se vincula com o processo de superexploração do trabalho.

Quanto aos objetivos específicos, o trabalho propõe responder: 1) Como se deu o processo de expansão da produção de soja no Brasil e no mundo, expondo quais elementos estão vinculados com essa ascensão, bem como os principais modais de transporte 2) Como a relação da China com a América Latina, aprofunda a dependência estrutural destes países, em especial o caso brasileiro, e os principais motivos da reprimarização da economia brasileira, 3) Quais impactos socioambientais são gerados pelo agronegócio da soja, 4) Qual a participação de empresas multinacionais na cadeia produtiva da soja, e a dependência externa para a produção.

Nesse sentido, a hipótese do trabalho é de que o monocultivo da soja aprofundou a dependência estrutural da economia do país, reforçando o processo de desindustrialização, precarização do trabalho, além de expandir sua produção sobre áreas de economia natural, causando forte impacto na biodiversidade.

O trabalho divide-se em cinco capítulos, incluindo introdução e considerações finais.

No capítulo 2 será abordada a Teoria da Dependência, apontando o seu surgimento, os principais intelectuais envolvidos, as diferenças de análises das diferentes perspectivas, destacando o pensamento cepalino de Raul Prebisch, análise que foi fundamental para a construção do arcabouço teórico dos dependentistas. Posteriormente será destacado a inserção

da economia dependente da América Latina e do Brasil no capitalismo mundial, reforçando a posição que ambos ocupam na divisão internacional do trabalho e apontando também o pensamento de intelectuais como Caio Prado Júnior e Fernando Novaes. Finalmente, a abordagem da Teoria Marxista da Dependência, onde será exposto o pensamento de Ruy Mauro Marini, e as principais categorias de análise sobre a dependência latino-americana, principalmente as “trocas desiguais” e a “superexploração do trabalho”, categorias centrais do pensamento do autor brasileiro, além de atualidades sobre a teoria.

No terceiro capítulo será discutida a Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein. Na primeira parte do capítulo será discutida a contribuição de Braudel para a abordagem do moderno sistema mundial, além das origens históricas da economia mundo capitalista nos fins do século XV e início do século XVI na Europa. Num segundo momento será abordada as origens históricas das ciências sociais, da análise do sistema-mundo e a produção de mais-valia, destacando o importante debate de centro-periferia protagonizado por Prebisch, além dos fluxos de mais-valia que se deslocam em direção aos países imperialistas, que é resultado das trocas desiguais entre economias primário-exportadoras e economias industrializadas. Logo após será destacada a reestruturação do sistema capitalista, onde Wallerstein problematiza uma transição que sugere a desintegração do sistema capitalista. Por fim serão abordadas as principais convergências e divergências entre a Teoria Marxista da Dependência e a análise do sistema-mundo.

O quarto capítulo, será a parte empírica do trabalho. No primeiro momento será realizada uma breve apresentação sobre o agronegócio de soja no Brasil, apontando o seu surgimento e apresentando a delimitação da cadeia produtiva do produto.

Na seção 4.1 será examinado o sistema de transporte de cargas da cadeia produtiva da soja, trazendo os principais modais utilizados, bem como suas características, expondo as principais rotas de escoamento da produção da commodity.

Na seção 4.2 será apontada a expansão da área e produção de soja no Brasil e no mundo, além do aumento de produtividade ocorrida no período em análise, bem como, as projeções de expansão para o Brasil nos próximos anos.

Na seção 4.3 serão apresentados dados do comércio exterior da América Latina e do Brasil com a China, destacando a ampliação desta relação nos últimos anos, e apontando as trocas desiguais existentes entre ambas nações, reforçando o caráter dependente da economia latino-americana, apresentando algumas problematizações da matriz de competitividade de Fanjnzylber e Mandeng. Também serão discutidos dados que evidenciam a heterogeneidade estrutural diante do comércio externo da economia brasileira com o resto do mundo, e as

transferências de excedentes do país, que ocorrem mediante a análise do comportamento das despesas do país com a importação de serviços. Além disso, serão discutidos alguns dados sobre a reprimarização da economia, e o fato do Brasil exportar o grão de soja sem valor agregado, o que acaba prejudicando a economia do país.

Na seção 4.4 serão evidenciados os dados que confirmam a reprimarização da economia brasileira, apresentando a evolução da participação da indústria de transformação no PIB.

Na seção 4.5 será feita uma análise dos impactos socioambientais e a dependência externa do país para a produção de soja. A seção passará por debates como a “Revolução Verde”, a comercialização dos agrotóxicos, fertilizantes, sementes e máquinas para a produção, as principais empresas fornecedoras, e a dependência externa do setor para a realização das atividades agrícolas. Além disso, serão explorados os principais impactos ambientais do monocultivo da soja, a expansão da cultura sobre o cerrado brasileiro e outros biomas.

Na seção 4.6, a análise girará em torno da superexploração do trabalho, apontando os impactos da mecanização no campo, a taxa de urbanização do Brasil desde 1940, além de dados que evidenciam a precarização do trabalho no Brasil.

Por fim, as considerações finais, onde serão discutidos os principais resultados oriundos desta análise.

A metodologia combina uma pesquisa bibliográfica e uma empírica descritiva, com indicadores econômicos, sociais e ambientais que embasam as considerações finais da análise. Com relação à pesquisa bibliográfica, este trabalho baseou-se, primeiramente, na verificação de obras como Ruy Mauro Marini, Jayme Osório, Claudio Katz, Immanuel Wallerstein, Eduardo Galeano, entre outros; para discutir teoricamente a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria Sistema-Mundo. Quanto à pesquisa empírica descritiva, buscaram-se dados em artigos científicos, em base de dados do TradeMap; da OEC, do USDA; do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Embrapa; do IBGE; do DIEESE; da CONAB; entre outros, para conhecer e descrever o agronegócio da soja e a superexploração do trabalho.

2 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

As teorias da dependência surgem nos anos 1960 de forma mais desenvolvida, expressando o impasse do nacional-desenvolvimentismo e a crise do desenvolvimento dependente e associados na América Latina. Ao longo dos anos dividiram-se em duas grandes vertentes, sendo uma visão marxista com robusta crítica a dependência e que buscava uma formação social socialista, liderada por Ruy Mauro Marini e a outra que propõe a dependência como o tipo ideal histórico estrutural de desenvolvimento das sociedades da América Latina, reivindicando uma margem de negociação com o imperialismo, tendo como principais representantes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto conforme aponta Martins (2018). Conforme o intelectual argentino Katz (2020), a ideia de Cardoso partiu de uma visão weberiana, entendendo a dependência em termos estritamente políticos, rejeitando a contraposição básica entre dependência e desenvolvimento. Segundo o autor, Fernando Henrique Cardoso presumiu um desenvolvimento com empresas nacionais e transnacionais, incorporando os dogmas do neoliberalismo.

De acordo com o sociólogo mexicano Osório *et al* (2018), a teoria marxista da dependência constituiu o conceito “superexploração” como categoria central para explicar o capitalismo dependente. Além desta, o autor aponta a “troca desigual” como conceito para explicar a heterogeneidade estrutural das economias no sistema mundial, temas que serão abordados mais adiante neste trabalho. O intelectual expõe que o subdesenvolvimento não é um estágio prévio ao desenvolvimento, nem conduz a ele, e por isso argumenta que a noção de subdesenvolvimento conduz a equívocos e que deve ser abandonada. Para ele, o capitalismo dependente não se reproduz para criar as condições de ser superado, mas para acentuar a dependência, o que não significa que não possa crescer e se reproduzir.

“A dependência no enfoque marxista de Ruy Mauro Marini, é entendida como uma relação de subordinação própria do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do capitalismo internacional” Traspadini (2022). A teoria, procura explicar, com rigor científico à luz de Marx, a lógica de domínio do capital internacional sobre as economias da América Latina. A centralidade da tese de Marini é a compreensão de como empresas transnacionais aqui instaladas utilizam-se da nossa economia e território para ser base de expansão para outros mercados e submetê-lo ao seu controle. Dessa forma, evidencia-se um processo de controle dos mercados e de acumulação territorial a ser dividido com os países hegemônicos, centrais.

Traspadini (2022) argumenta que o problema da América Latina em relação ao

desenvolvimento desigual no mercado mundial, era interno e não externo, estando conectado com a forma conservadora que os empresários de maneira progressiva, só rompiam com os atrasos de tecnologia quando ocorriam perdas no comércio internacional. Nesse sentido, a Escola da Dependência instaura um amplo debate entre as duas correntes.

Em artigo publicado em 1979, Fernando Henrique Cardoso e José Serra direcionam críticas à visão de Ruy Mauro Marini. Entre elas a de que a economia brasileira capitalista já passou por inúmeros períodos cíclicos e de crises e com certeza passará por outros, sendo que os obstáculos constituem as dificuldades e as contradições sociais que abrem oportunidades de reação. Argumentam que os estilos economicistas da dialética da dependência desfiguram o movimento do real, mantendo o pensamento da Revolução estabelecido em obstáculos insuperáveis de natureza econômica, sendo que a análise política se torna “ardorosa e inerte” Cardoso (1979). O artigo também aponta que falta à Marini “afinar o instrumental analítico e assentar as asas da razão menos na imaginação adulteradora e mais no movimento do real, escapando da repetição ou da novidade meramente verbal” Cardoso (1979). Traspadini expõe que o ex-presidente brasileiro contava naquele período com prestígio junto a intelectuais privilegiados. Segundo ela, Cardoso “conseguiu projetar suas ideias e restringir a circulação de Ruy Mauro Marini e outros. Sua intenção era de dominar o debate e de se firmar como único representante intelectual do que seria a escola da dependência.” Traspadini (2022). A obra *Dialética da Dependência* para Traspadini, foi o mais relevante trabalho gerado na Escola da Dependência.

Conforme Katz (2020), Junto a Ruy Mauro Marini, soma-se Theotonio dos Santos e Vania Bambirra na postulação de vertente marxista, sendo que esta foi complementada pela visão metrópole-satélite de Andre Gunder Frank, que também possui visões críticas à tese do desenvolvimento associado dependente de Cardoso. De acordo com o argentino, os pensadores marxistas participaram de organizações que combateram ditaduras militares, motivando projetos de esquerda no período de turbulência entre a ascensão da Unidade Chilena em 1970 e a queda do Sandinismo na Nicarágua em 1990. Tais pesquisadores foram influenciados pelas concepções da Cepal que conferiam o retardo da periferia à deterioração dos termos de troca e também heterogeneidade estrutural, com alto desemprego, consumismo das elites e a estagnação na área agrícola. Assim, Marini concordou com vários diagnósticos de Prebisch, mas não divide a expectativa de desatar os desequilíbrios com políticas burguesas de modernização. “Os teóricos da dependência também se opuseram à apresentação do Estado como um artífice do crescimento fora das limitações das classes dominantes. Por isso, eles não acreditam na margem sugerida pela Cepal para concluir a industrialização latino-americana.”

Katz (2020).

A teoria de Prebisch pode ser verificada no texto “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”. Neste escrito clássico, o autor aponta que na América Latina, a realidade vinha demolindo o velho esquema da divisão internacional do trabalho, que depois de adquirir vigor no século XIX, prevaleceu em termos de doutrina. Cabe nesse sentido, aos países latino-americanos, a função de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes setores industriais, aponta Prebisch (2000). O intelectual argumenta que os benefícios do desenvolvimento não chegam na periferia, comparado a população de grandes países industrializados, sendo que o sistema centro-periferia, se forma historicamente a partir da geração e difusão do progresso técnico. A elevação do padrão de vida dos trabalhadores depende de uma expressiva quantidade de capital por trabalhador empregado na indústria, nos transportes ou ainda na produção primária, e da capacidade de administrá-lo.

Prebisch (2000) traz a problemática da deterioração dos termos de troca, diante da baixa elasticidade do aumento de oferta. O argentino analisa dados e percebe que os índices de preços se moveram contra os produtos primários. A consequência é que uma maior produtividade não ocorre com a redução dos preços. As economias da periferia também melhoram a produtividade em bens menos sofisticados, como a produção agrícola por exemplo, e tiveram os preços reduzidos, enquanto o centro preserva integralmente o fruto do progresso técnico de suas indústrias, sendo que os países periféricos transferem para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico. Prebisch argumenta que o progresso técnico chega na periferia de modo lento e desigual. Lento porque no período da Revolução Industrial até a Primeira Guerra, só abrange uma proporção pequena da população mundial, e desigual, pois só penetra nos setores reduzidos, onde é necessário produzir matéria-prima e alimentos para os países centrais com baixo custo. O sistema centro-periferia funciona na lógica de satisfazer as necessidades e interesses dos centros industriais, conforme Prebisch (2000).

Voltando a perspectiva marxista, Martins *et al.* (2018) alegam que a teoria descarta o caráter feudal das economias da América-Latina, sendo que afirmaram a subordinação de suas formas semi-servi, servi e escravas de trabalho ao capitalismo comercial e industrial dos centros, investigando-as como relações sociais pré-capitalistas ou ainda de transição ao capitalismo, que predominou entre os séculos XVI e XIX. Ao mesmo tempo rejeitam o caráter revolucionário das burguesias industriais. Salienta ainda a reelaboração do paradigma leninista com a intenção de reinterpretar a reestruturação da economia mundial no período após a Segunda Guerra sob a hegemonia estadunidense e das corporações multinacionais, assim como as novas bases da divisão internacional do trabalho e dos padrões de acumulação que

procuravam se estabelecer nos países dependentes e na periferia.

Martins discorre que a ruína das experiências nacionais-populares dos anos 1970, em particular a de Salvador Allende no Chile, sofreu forte ofensiva weberiana sobre dependência e das concepções neodesenvolvimentistas, neogramsciano e endogenista, que apesar das diferenças, destacavam a força dinâmica de desenvolvimento e democratização do capitalismo industrial latino-americano. Conforme o autor a internalização do Consenso de Washington delimitou a autonomia dos pensamento latino-americano e produziu uma agenda de políticas públicas na contramão das demandas que recebiam força com a redemocratização do Cone Sul. Se aprofunda a financeirização, amplia-se a dívida pública, o desemprego, a desindustrialização, além de liquidar-se grande parte das empresas estatais, e ao mesmo tempo se fortalece meios impositivos de decisão em detrimento do controle público, de acordo com Martins *et al.* (2018)

Martins *et al.*, (2018) ponderam que posteriormente houve uma nova escalada dos movimentos sociais diante da crise neoliberal na América Latina, que se inicia em 1994 perante à explosão zapatista em Chiapas, e trouxe um novo avanço dos movimentos sociais, à formação de governos populares e de centro-esquerda e a impasses que trouxeram novamente à tona a teoria marxista da dependência. Nesse sentido, argumenta que mesmo que haja uma investida neoconservadora que complique o alcance da floração da Teoria Marxista da Dependência, não tem habilidade de deslocá-la de forma definitiva. Ocorre o oposto, em um cenário radicalizado da luta de classes que tende a se aprofundar na América-Latina e Brasil nos próximos anos, a TMD poderá vir a cumprir um forte papel.

2.1 A INSERÇÃO DEPENDENTE DA AMÉRICA LATINA NO CAPITALISMO MUNDIAL E O PAPEL DA COLONIZAÇÃO

Na divisão internacional de trabalho, alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. A América Latina acostumou-se a perder e continua trabalhando como serviçal, existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte de reserva de petróleo e ferro, de cobre e de carne, frutas, café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos, que, consumindo estes produtos, ganham mais do que ganham os países latino-americanos ao produzi-los, conforme abarca Galeano (2010). De acordo com Traspadini (2018), a função agrária está e sempre esteve no seio da função social que cumpre os países caribenhos e latino-americanos na dinâmica geral da produção e reprodução capitalista. A autora aponta que o período colonial expôs as veias abertas e através delas, o caráter contínuo da acumulação primitiva referente ao histórico de acumulação de capital. Katz (2020) problematiza que a

especialização da região em exportar produtos primários, bloqueou o desenvolvimento no passado e continua impedindo a decolagem na região. Essas economias ficam dependentes do preço das matérias-primas, sendo que nos períodos de valorização exportadora afluem divisas, se apreciam as moedas e aumentam os gastos. Nos períodos opostos, os capitais se deslocam, o consumo cai e as contas fiscais se deterioram. A América Latina como produtora de matérias-primas possibilitou que os países ricos se especializassem na atividade industrial e liberando sua população para servir como força de trabalho nas cidades, formando a classe operária na Europa, aponta Katz (2022).

Marini (2000) salienta sobre a inserção primário exportadora em seu livro “Dialética da dependência”, abordando que a integração do mercado mundial na América Latina, foi constituída na expansão comercial que foi conformada no século XVI, pelo capitalismo nascente, onde o continente se desenvolve em estreita combinação com a dinâmica do capitalismo internacional. Conforme o autor:

Colônia produtora de metais preciosos e de gêneros exóticos, num primeiro momento contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamentos que, ao mesmo tempo que permitiram o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho para a criação da grande indústria. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais tem neste seu ponto de entroncamento: ignorando-se uns aos outros, os novos países se articulavam diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requeridos desta, passarão a produzir e a exportar bens primários, em função dos requerimentos desta, passarão a produzir e exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando suas exportações superam suas importações – de dívidas. (MARINI, 2000, p. 108).

Marini (2000) ainda pondera que, até a metade do século XIX, as exportações da América Latina estavam estagnadas e a balança comercial deficitária, onde os empréstimos externos tinha a finalidade de sustentar a capacidade de importação. Quando as exportações aumentam, principalmente, a partir do momento em que o comércio externo começa a produzir saldos positivos, a incumbência da dívida externa passa a ser o de transferir para as metrópoles o excedente obtido. A partir desse período que “as relações do continente com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região” conforme argumenta Marini (2000). Marini (2000) destaca a obra de Andre Gunder Frank sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, apontando que esta é impecável nas conclusões políticas que conduz, mas argumenta que a debilidade do trabalho de Frank, é que a situação colonial não é igual a situação de dependência.

Conforme os escritos em “Dialética da Dependência”, Ruy Mauro Marini (2000) destaca que o continente executa um importante papel na constituição da economia mundial,

especialmente na produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII, em virtude da coincidência da descoberta do ouro brasileiro e o auge do manufatureiro inglês. Conforme o escritor Franco (1958), o ouro brasileiro dispôs de grande importância para a economia e finanças internacionais, dando uma contribuição relevante para a alteração dos quadros das civilizações na Europa no século de sua grande exportação. Assim, no século XVIII, Portugal levou uma vida de luxo com altos gastos, sendo que todo esse luxo era mantido com o ouro do Brasil, que acabava sendo remetido para a Inglaterra na forma de pagamentos das importações realizadas, permitindo aos ingleses a acumulação de grandes estoques de metais preciosos “que determinaria em breve a adoção, naquele país, do regime monetário monometalista. Pode-se afirmar que “o ouro do Brasil no século XVII formou a base sobre a qual a Inglaterra iria atingir a supremacia financeira mundial”, destaca Franco (1958).

A criação de uma grande indústria moderna não teria sido possível, caso não fosse a condição dos países dependentes na divisão internacional do trabalho. Conforme Marini (2000), “O desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de bens agrícolas que permita a especialização, por parte da sociedade, na atividade especificamente industrial”. O brasileiro expõe que o aumento da classe operária industrial, sendo na maior parte, dos moradores urbanos ocupados na indústria e nos serviços, verificado nas nações industriais no XIX, não teria a mesma expressão se não fosse os meios de subsistência de origem agropecuária, possibilitando de forma relevante os países latino-americanos. Isto foi o elemento que permitiu o aprofundamento da divisão internacional do trabalho e concedeu aos países a oportunidade dos países industriais de serem produtores de manufatura. Portanto,

A participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa, isto é, a acumulação passa a depender mais da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á numa base maior de exploração do trabalhador (MARINI, 2000, pp. 113-114).

Nesse sentido, o autor argumenta que a expansão do mercado mundial é o esteio em que se processa a divisão internacional do trabalho entre nações industriais e não industriais, sendo que a compensação de tal divisão é a expansão do mercado mundial. O desenvolvimento mercantil dessas relações posiciona as bases para que uma melhor lei do valor tenha lugar, sendo que conjuntamente cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos por meio do qual o capital trata de burlá-la, conforme aponta Marini (2000).

De acordo com Bezerra (2018), é impensável compreender a configuração brasileira do século XX sem problematizar a forte herança colonial. A colonização assumiu a condição do

capítulo do desenvolvimento do comércio europeu, sendo um artefato da expansão mercantil, resultando na necessidade de implantação de uma forte empresa colonizadora nos trópicos, onde as condições geográficas eram bastantes favoráveis à agricultura. De acordo com Novaes (1977), a história brasileira nos três primeiros séculos, está fortemente relacionada à expansão comercial e colonial europeia na época moderna. Esta se apresenta, em primeiro lugar, como um desdobramento da expansão marítimo-comercial europeia que assinala a abertura dos tempos modernos.

A colonização através da agricultura tropical, surge como a solução através da qual se tornou possível valorizar economicamente as terras descobertas, garantindo-lhes a posse (pelo povoamento), conforme aponta Novaes (1977). O autor aponta que a medula do sistema colonial, reside no monopólio do comércio, sendo que em torno da preservação desse privilégio, assumido inteiramente pelo Estado, ou reservado à classe mercantil com a metrópole ou parte dela, é onde gira toda a política do sistema colonial. Novaes (1977) problematiza que uma parte significativa da massa de renda real que fora produzida na colônia é transferida para a metrópole através do sistema de colonização e apropriada pela burguesia mercantil. Tal transferência corresponde às necessidades históricas da expansão da economia capitalista de mercado na etapa da sua formação.

A colonização agrícola ocorrida no Brasil tem seu início dentro de uma estrutura de monopólio do sistema colonial. Novaes (1977) argumenta que, onde não foi possível dedicar-se desde cedo a mineração dos metais nobres, como no caso da América espanhola, a colonização tratou de se especializar na produção de produtos agrícolas tropicais, sendo o açúcar¹ o produto que ocupava no princípio do século XVI uma posição importante no mercado europeu.

O escravismo, o tráfico negreiro, as várias formas de servidão formam, o eixo em torno do qual se estrutura a vida econômica e social do mundo ultramarino. Assim, o pesquisador brasileiro disserta “A estrutura agrária fundada no latifúndio se vincula ao escravismo e através dele as linhas gerais do sistema; as grandes inversões exigidas pela produção encontram rentabilidade somente se organizadas em grandes empresas” Novaes (1977, p. 60).

Prado Júnior (1979) aponta que o sucesso da exploração agrária brasileira está relacionado com a larga disponibilidade de terras, em cuja apropriação não concorreu com o

¹ A cultura da cana-de-açúcar e o fabrico do produto nas regiões quentes e úmida do território brasileiro, apresentaram-se na quarta década do século XVI, como uma solução que permite ao mesmo tempo valorizar economicamente a extensa colônia, integrando-a nas linhas do comércio europeu, e promover o seu povoamento e ocupação efetiva, facilitando a sua defesa ante a concorrência colonial de outras potências (NOVAES, 1977, p. 58).

número relativamente reduzido dos empreendedores da exploração agrária que se tornaria a sua classe dominante. A massa escrava, apenas recém-egressa da escravidão, ou ainda os imigrantes que a partir do século XIX vieram reforçar os contingentes de força de trabalho do campo brasileiro, nunca estiveram em condições de disputar para si o patrimônio fundiário da nação. Prado Júnior (1979) argumenta que o papel que historicamente coube a essas massas trabalhadoras do campo brasileiro, salvo exceções, é de fornecer mão-de-obra a minoria privilegiada dirigente desta empreitada que é e sempre foi a agropecuária brasileira.

Na importante análise de Prado Júnior (1979), o autor aponta que a grande exploração de tipo comercial, como no caso a agropecuária brasileira, tende, quando a conjuntura lhe favorece, a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, além de suas culturas de subsistência. Conforme argumenta, a elevação do nível tecnológico das atividades rurais, que parece atender o interesse de todos os interesses (pelo menos é o que se ouve). No entanto, a avaliação de uma técnica não pode se fazer em termos absolutos, sem considerar outras circunstâncias, sendo que a técnica é um meio e não um fim em si própria, sendo que o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria nas condições do trabalhador, e as vezes ocorre o contrário², conforme aponta Prado Júnior (1979).

Do período colonial ao Brasil contemporâneo decorreu um largo período histórico, trazendo fortes transformações a primitiva e rudimentar organização colonial, começando pela a ocupação e integração num todo unificado, do atual território brasileiro, com forte adensamento demográfico, afluxos de novos contingentes migratórios, ou ainda a diversificação das atividades econômicas nas quais se inseriu um largo setor industrial, com conseqüente progresso urbano e a constituição de um forte mercado interno que a colônia não conheceu Prado Júnior (1979).

No entanto, essa nova e complexa estrutura social brasileira, apesar de fortes diferenças que as separam do passado, não logrou superar esse passado, assentando-se em última instância, nos velhos quadros econômicos da colônia, com seu elemento fundamental que essencialmente persiste, o que vem a ser a obsoleta forma de utilização da terra e a organização agrária que daí resulta, conforme argumenta Prado Júnior (1979). Na formação do Brasil, desponta o processamento de uma economia que possui um caráter agroexportador, onde o ordenamento da produção é definido pelas demandas externas. Prado Júnior (1979) argumenta que a grande

² Prado Júnior (1979) argumenta que nas zonas açucareiras do Nordeste, o trabalhador rural vivia no fim da década de 1970 em piores condições do que a anos anteriores. E o fator diretamente responsável por isso, foi precisamente o progresso e desenvolvimento econômico daquelas zonas.

concentração de propriedade fundiária que é característica da economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais, políticas que de forma direta ou indireta derivam de tal concentração, a utilização da terra fez-se predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria. Daí decorrem os ínfimos padrões de existência de uma grande parcela da população brasileira (padrões materiais, e como consequência, também culturais).

2.2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

2.2.1 A visão marxista da dependência

A teoria marxista da dependência foi uma consequência da Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro e Che Guevara, que chegaram ao poder em 1959. Naquele período, ninguém considerava o início de um processo que pudesse ser anticapitalista, principalmente num país próximo a Miami. O êxito da revolução trouxe fortes abalos ao cenário, e despertou grande expectativa na busca do socialismo latino-americano. Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra submeteram conceitos diante dessa expectativa. Os autores participaram ativamente contra ditaduras militares, incentivando projetos de esquerda num período agitado da Unidade Popular Chilena em 1970, e da queda do sandinismo em 1990, de acordo com Katz (2020).

Conforme, estes três pensadores buscaram concordância com tendências radicais do nacionalismo e retiraram-se das perspectivas conservadoras dessa corrente. As conceituações de subdesenvolvimento ocorreram conectadas com os debates da esquerda naquele momento. “Os teóricos da dependência polemizaram com as interpretações liberais que atribuíam o atraso regional à absorção insuficiente da civilização ocidental ou a herança cultural indígena, mestiça e hispano-portuguesa.” Katz (2020).

Traspadini (2022) salienta que Marini problematizou a diferença entre ortodoxo e dogmático. A autora aponta que um dos equívocos do pensamento marxista foi o dogmatismo, e que este se esteia na ocorrência de uma verdade absoluta. Em contrapeso, a ortodoxia, caminho percorrido por Marini, é centrada no rigor do método em direção de uma boa fundamentação sobre os episódios que serão pesquisados. No texto *Dialética da Dependência*, torna-se evidente o método materialista quanto a história latino americana, não sendo esta à parte da história dos países centrais, mas de “um elemento integrado e também indissociável do sentido de totalidade posto em movimento por um determinado grupo com o afã de internacionaliza e protagonizar seu modelo” Traspadini (2022)

Na tese de Marini (2020), as classes dominantes são apontadas como causadoras da dependência e pela barbárie, e o caminho para acabar com a situação seria através da libertação dos trabalhadores das classes dominantes. Conforme Osório *et al.* (2017), os intelectuais da TMD não explicam somente as razões da dependência, mas as legalidades que dominam a reprodução do capital no ceio do capitalismo dependente.

2.2.2 *As trocas desiguais*

Um ponto importante destacado na literatura de Ruy Mauro Marini, é a constatação das trocas desiguais entre as economias primário exportadoras e as economias industrializadas. Conforme o autor destaca, “a inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências que coloca nos países capitalistas a passagem à produção de mais-valia-relativa” (MARINI, 2000, p. 113). O brasileiro argumenta que esta é compreendida como exploração do trabalho assalariado, que diante da metamorfose das condições de tecnologia de produção, tem como resultado a desvalorização da força de trabalho. Marini argumenta:

Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, não mais valor. É justamente este fato o que leva ao capitalista individual a procurar aumento de produtividade, já que isso lhe permite rebaixar o valor individual de suas mercadorias, em relação ao valor que as condições gerais da produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores – ou seja, uma mais-valia extraordinária. Assim, essa mais-valia extraordinária altera a repartição geral da mais-valia entre diversos grupos capitalistas, ao traduzir-se em lucro extraordinário, mas não modifica o grau de exploração do trabalho na economia ou no ramo considerado, isto é, não incide na cota de mais-valia (Marini, 2000)

Conforme Osório *et al.* (2017) argumentam, os estudos das mais-valias extraordinárias são realizados considerando a competição entre capitais dentro da mesma indústria, sendo resultado de um aumento de produtividade do trabalho, permitindo ao capital mais produtivo aumentar a massa de valores de uso gerado em uma unidade de tempo, acima do restante dos capitais. O autor afirma, portanto, que não há uma formação de mais valor, os quais se apropriam, de um menor tempo socialmente necessário, o que torna possível que seu valor individual se encontre abaixo do valor social. Nesse sentido, Osório exemplifica:

Se em uma hora de trabalho no ramo X for produzido um valor de 10 e forem produzidos regularmente 5 valores de uso, o valor de cada produto é 2. Ou seja, os 10 de valor são distribuídos entre os 5 produtos produzidos naquela hora.
Se um capital desse ramo consegue aumentar a produtividade e em uma hora de trabalho já produz 10 produtos, cada produto tem um valor individual de 1,0, que multiplicado por 10 produtos nos dá o valor total de 10 naquela hora. (OSÓRIO *et al.* 2017, p. 54, tradução nossa)³.

³ *Si en una hora de trabajo en la rama X se produce un valor de 10 y se producen regularmente 5 valores de uso, el valor de cada producto es de 2. Es decir, los 10 de valor se reparten entre los 5 productos producidos en esa hora.*

Osório *et al.* (2017) argumentam que o capitalista que produz nestas condições pode obter uma mais-valia extraordinária, vendendo seus produtos por um preço maior do que do valor individual (1.0) e abaixo do valor social (2.0) para ganhar demanda aos capitais em concorrência dentro do ramo. Marini destaca que o que estabelece a parcela de mais-valia não é a produtividade do trabalho, mas o grau de exploração do mesmo, ou seja, “a relação entre o tempo de trabalho excedente⁴ e o tempo de trabalho necessário⁵, isto é, o equivalente de seu salário”, conforme Marini (2000).

Para o autor brasileiro, a oferta mundial de alimentos que a América Latina ajudou a gerar, obteve seu pico na segunda metade do século XIX, sendo um componente decisivo para que os países industriais depositem no comércio externo o interesse de suas carências de meios de subsistência Marini (2000). A consequência dessa oferta que acabou por se ampliar pela queda dos preços dos bens primários no mercado internacional, é de reprimir o valor real da força de trabalho nos países industrializados, possibilitando que o acréscimo da produtividade “se traduza em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas”, conforme Marini (2000)

Outro ponto importante destacado pelo autor brasileiro, é que a ampliação da oferta mundial de alimentos e matérias-primas foi seguido pela baixa dos preços desses produtos, quando comparado aos bens alcançado pelas manufaturas. Marini abarca que: “como os produtos industriais se mantêm relativamente estável e, em todo o caso, declina lentamente, a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários. Essa abordagem pode ser verificada no texto de Marini (2022) que leva o título Sobre a Dialética da Dependência onde afirma:

A diversidade do grau de desenvolvimento das forças produtivas nas economias que se integram ao mercado mundial implica em diferenças significativas em suas respectivas composições orgânicas do capital, que apontam para distintas formas e graus de exploração do trabalho. À medida que o intercâmbio entre elas vai se estabilizando, tende a se cristalizar um preço comercial cujo termo de referência é, mais além de suas variações cíclicas, o valor das mercadorias produzidas. Em consequência, o grau de participação no valor global realizado na circulação internacional é maior para as economias de composição orgânica mais baixa, ou seja, para as economias dependentes. (MARINI, 2022, p. 221-222)

Conforme Osório *et al* (2017), na troca de mercadorias no mercado internacional, os valores integrados são substituídos em preço de produção onde ocorre transferências de valor

Si un capital de esa rama logra elevar la productividad y en una hora de trabajo ahora produce 10 productos, cada producto tiene un valor individual de 1.0, que multiplicado por 10 productos nos da los 10 de valor total en esa hora

⁴ Tempo de trabalho excedente refere-se ao tempo em que o operário produz mais valia. (MARINI, Dialética da Dependência, 2000)

⁵ Tempo de trabalho necessário refere-se ao tempo em que o operário reduz o valor da força de trabalho. (MARINI, 2000)

entre as diferentes estruturas econômicas e sociais, como um componente dinâmico da expansão da acumulação capitalista. O mexicano argumenta que o valor criado por economias menos produtivas acaba sendo apropriado pelo capital de outras economias mais produtivas. Na base disto está o processo de transferências de valor, que operam entre economias distintas. Nesse sentido, Marini (2022) reflete:

A transferência de lucros e, conseqüentemente, de mais-valia para os países industriais aponta no sentido de formação de uma taxa média de lucro em âmbito internacional, liberando, portanto, o intercâmbio de sua dependência estrita em relação ao valor das mercadorias; em outros termos, a importância, que, na etapa anterior, tinha o valor como regulador das transações internacionais, cede progressivamente lugar à primazia do preço de produção (o custo de produção mais o lucro médio, que, como vimos, é inferior à mais valia, no caso dos países dependentes). Somente então se pode afirmar que (apesar de seguir estorvada por fatores de ordem extra-econômica, como, por exemplo, os monopólios coloniais) a economia internacional alcança sua plena maturidade e faz jogar em escala crescente os mecanismos próprios da acumulação de capital. (MARINI, 2022, p. 224)

O autor elucida sobre a necessidade de diferenciar os mecanismos que exercem no interior da própria produção, seja manufaturado ou matérias-primas, os que operam no campo de diferentes esferas inter-relacionadas. Marini esclarece que “no primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis do intercâmbio, no segundo adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas”, de acordo com Marini (2000).

Osório *et al.* (2017) desenvolvem que na capacidade de reproduzir essa situação estão os princípios que geram economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Por conseguinte, trata-se de um processo de enorme relevância no campo explicativo das heterogeneidades do sistema mundial capitalista. Por isso a importância de um conceito, troca desigual, e de problematizá-lo com outros que explicar os motivos do subdesenvolvimento no campo com as relações com o desenvolvimento, conforma apontam Osório *et al.* (2017).

Osório *et al.* (2017) abarcam que as trocas não são realizadas no mercado mundial de acordo com o valor contido nas mercadorias, mas na magnitude do valor de capital consumido por ele no processo produtivo, desta forma obtém-se um lucro desproporcional ao seu capital investido. Nesse sentido, aqueles bens produzidos com composição orgânica do capital mais baixas, alcançam o valor de preços de produção abaixo do valor produzido, enquanto aquelas mercadorias produzidas com níveis da composição orgânica do capital mais altas, alcançam preços de produção acima do valor gestado. Tal fato dá as condições que no mercado mundial se produzam transferências de valor das economias dependentes para as economias industrializadas, sendo esse processo denominado como troca desigual.

2.2.3 Superexploração do trabalho

A superexploração é a principal categoria desenvolvida por Marini, e, pode ser compreendida como um mecanismo característico desenvolvido pelos capitalistas latino-americanos para reverter a perda de lucro na relação de dependência com o mundo, sendo que o mesmo mecanismo tem a característica da centralização do poder na mão dos grandes representantes do capital. Osório *et al.* (2017) argumentam que a superexploração é apresentada como uma imposição do capital mundial, pois proporciona a sobrevivência de capitais produtores de bens essenciais para a reprodução do capital em geral, mesmo que as economias subdesenvolvidas tenham perdas e expropriações de valor, enquanto a superexploração consente investimentos de capital estrangeiro para articular lucros extraordinários para as controladoras desses capitais. A troca desigual e a superexploração compõem, assim, uma unidade que permite a reprodução do capital. Nesse sentido, Traspadini (2022) disserta:

[...] enquanto os trabalhadores dos países mais desenvolvidos eram, ainda em meio à exploração capitalista, tratados ao mesmo tempo como operários e consumidores, na periferia os trabalhadores não se transformam em sujeitos de consumo. Assim, enquanto na América Latina se produz para satisfazer o mercado interno e ajustar as perdas ocorridas neste, os países centrais se preocupam em desenvolver relações comerciais desiguais que possam favorecer a ampliação tanto de seus mercados internos quanto de sua hegemonia internacional. (TRASPADINI, 2022, pp. 50-51).

Conforme ficou demonstrado anteriormente, o problema que posiciona a troca desigual para os países latino-americanos não se trata de contestar à transferência de valor que implica, “mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la a nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-lo no plano da própria produção”, destaca Marini (2000). O autor abarca que nesse entendimento, o aumento da intensidade do trabalho aparece com um aumento de mais-valia, lograda diante de uma maior exploração dos trabalhadores e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo ocorre com o aumento da jornada de trabalho, ou seja, da ampliação da mais-valia-absoluta em sua forma clássica. Se trata, portanto, de aumentar o tempo de trabalho excedente. Marini salienta três mecanismos de extração do trabalho excedente: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário para o trabalhador repor sua força. Nesse sentido, Marini (2000) argumenta:

O aumento da jornada de intensidade de trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento da mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento da sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta em sua forma clássica; à diferença do primeiro, se trata aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente [...] Deve-se observar, finalmente, que consiste em reduzir o consumo do operário além de seu limite normal pelo qual “o fundo necessário do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de

acumulação de capital”, implicando assim um modo específico de aumentar o trabalho excedente. (MARINI, 2000, pp. 123-124)

Marini (2000) aborda que os três mecanismos denominados configuram um modo de produção criado puramente para a maior exploração do trabalhador, e não do desenvolvimento da sua capacidade produtiva. Argumenta que nesses três mecanismos a característica fundamental ocorre pelo ato de negar ao trabalhador as condições mínimas para repor o desgaste de suas forças de trabalho. Nos dois primeiros casos, pelo dispêndio da força de trabalho acima do normal, provocando-se assim o seu esgotamento de forma prematura. “No último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal” Marini (2000).

Traspadini (2022) argumenta que tais mecanismos opressores do capital, que atuam de forma cada vez mais estruturados, sempre se levantou forças antagônicas, as vezes com mais força, outras com menos. Expõe que a integração latino-americana por parte do capital denota o emprego excessivo da superexploração e do subimperialismo⁶, destacando serem elementos estruturais da dependência da América Latina, no entanto, a integração de trabalhadores e trabalhadoras do continente seguem com a necessidade de notabilizarem-se por valores e postulados diferentes aos que tem sido operário. A autora menciona que ante o Mercosul, Alca ou ainda os Tratados de Livre Comércio bilaterais, surgem a Via Campesina, a Cloc, entre outros movimentos organizados que lutam em prol das soberanias nacionais, alimentares e territoriais, argumenta Traspadini (2022).

2.2.4 O ciclo do capital na economia dependente e o processo de industrialização

Marini (2000) discorre que a América Latina é conduzida a reproduzir no seu centro as relações de produção que estavam na origem desse mercado que estabelecia seu caráter e expansão. Tal processo seria marcado por uma grande incoerência, pois a acumulação de capital baseada na habilidade produtiva do trabalho, nos países industriais, os países latino-americanos tiveram de fazê-lo diante de uma acumulação gerada na superexploração do trabalho. Nisso se estabelece a natureza da dependência latino-americana. Argumenta:

A base real sobre a qual esta se desenvolve são os laços que ligam a economia latino-americana com a economia capitalista mundial. Nascida para atender as exigências de circulação capitalista, cujo eixou de articulação está constituído pelos países industriais e centrado então sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo. Opera-se assim, do ponto de vista de país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais

⁶ Destacando que subimperialismo é um conceito criado por Marini para ajudar a compreender como as empresas, instaladas na América Latina, exercem um papel complementar na lógica de dominação do imperialismo, sobre nossas economias, sobre as nossas riquezas e sobre nossos mercados. (TRASPADINI, 2022)

do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é, a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2000, p. 132).

Nesse sentido, Marini (2000) argumenta que se trata de um ponto chave para a compreensão da economia da América Latina. Tal oposição que gera o duplo caráter de produtor e consumidor dos trabalhadores, se vê de certa forma contraposta pela forma que assume o capital. Ainda que o capital priorize o consumo produtivo do trabalhador, deixando de lado o consumo individual, isto lhe surge como consumo improdutivo. Tal contradição que é evidente entre o consumo individual dos trabalhadores e a reprodução do capital se interrompe, pois, tal consumo, acaba por recompor ao capital a aparência que lhe é fundamental para iniciar um novo ciclo, ou seja, a forma dinheiro. Nesse sentido, o consumo individual dos assalariados representa um componente importante na criação de demanda para as mercadorias produzidas. No entanto, na economia primário-exportadora da América Latina, tal processo acontece de outra forma, conforme destaca Marini (2000):

Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, se preocupar-se em criar as condições para que este a recomponha, sempre que seja possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços produtivos [...] A economia exportadora é, então, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhes são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. (MARINI, 2000, p. 134).

É nesse sentido que ocorre a privação do consumo individual do trabalhador em favor das exportações ao mercado internacional, onde se reprime a demanda interna para satisfazer demandas externas. Assim, a fragmentação entre o consumo individual fundamentado no salário e o consumo individual gerado pela mais-valia não acumulada, origina uma estratificação do mercado interno e uma distinção das esferas de circulação. A esfera baixa baseia-se na produção interna e a esfera alta conflui com a produção externa pelo comércio de importações. Conforme Marini (2000), quando o sistema capitalista alcançar determinado grau de desenvolvimento, os países latino-americanos vão entrar na industrialização a partir de bases de exportação. Tal contradição caracterizará o ciclo do capital nessas economias e seus efeitos sobre a exploração do trabalho refletirá o caminho dessas economias. O consumo da classe trabalhadora é um componente importante para criar demanda de mercadorias produzidas, sendo um ponto relevante para que o fluxo da produção seja resolvido de forma correta no fluxo

de circulação. Os dois tipos de consumo do trabalhador tendem a se integralizar, no decorrer do ciclo do capital, extrapolando a situação inicial de oposição que se encontravam.

O desenvolvimento da América Latina baseado na produtividade do trabalho, tem como consequência ou aumento da mais-valia e da demanda gerada pela parte desta que não se acumula, sendo assim o consumo individual das classes não produtivas cresce, e assim, tende a empurrar o avanço na produção de bens de consumo manufaturados em geral, além da produção de artigos suntuários. A demanda complementar dos produtos suntuários que cria o mercado externo é bastante limitada, pois a comercialização entre os países que produzem esses bens, o avanço de uma nação provoca um retrocesso na outra, o que causa por parte da última os mecanismos de defesa. No caso dos países dependentes, essa demanda se limita às classes mais altas, diante da forte concentração de renda, de acordo com Marini (2000).

Marini (2000) faz uma análise do processo de industrialização das economias latino americanas. Argumenta que por mais relevante que o desenvolvimento industrial ocorreu no centro da economia exportadora, nos países como Brasil, México, Argentina, entre outros, não alcançou a conformação de uma verdadeira economia industrial que pudesse produzir mudanças significativas no desenvolvimento econômico desses países. Nesse sentido, o faz a crítica de que a indústria era destinada a produção de bens primários, constituindo nesse caso, o que Marini (2000) aponta que é “o centro vital do processo de acumulação”. Os desequilíbrios da industrialização estão relacionados com as trocas desiguais.

Conforme destaca, somente após a crise internacional do capitalismo, entre o período da primeira e da Segunda Guerra, acaba por prejudicar a acumulação baseada na produção para o exterior, sendo que o eixo de acumulação se move para a indústria e dá origem à moderna economia industrial que prevalece na região. Assim, Marini (2000) aponta que “a esfera alta da circulação, que se articulava com a oferta externa de bens manufaturados de consumo, desloca seu centro de gravidade para a produção interna, passando sua parábola a grosso modo com a que descreve a esfera baixa”. Marini (2000) relembra que naquele momento parecia que o movimento que apresentava a economia exportadora começava a corrigir-se, e que o capitalismo dependente começava a consertar-se, e se inclinava para uma configuração parecida à dos países industriais clássicos, sendo nestas bases que floresceram na década de 1950, as correntes desenvolvimentistas, que defendiam que os problemas socioeconômicos da América Latina, foram gerados através de uma insuficiência no desenvolvimento capitalista e o aceleramento desta faria desaparece-los.

Marini (2000) abarca que para compreender a especificidade da globalização, torna-se necessário conhecer as características que a preparam. nos anos 1950, os parques industriais

nos países latino-americanos foram ampliados, surgindo novos ramos produtivos. Entra nesta lista a indústria de automóveis por exemplo, sendo isso graças a importação de equipamentos, em que os ingressos se computavam em modos monetários, permitindo assim, tornar menos rígido os limites da disponibilidade de divisas. Para o autor o fenômeno tem dupla determinação: de um lado, a rapidez das inovações nos países centrais, tornava obsoletos as máquinas e equipamentos que não se encontravam amortizados, tornando atrativo transferi-los aos países dependentes, onde poderiam seguir a ser utilizados; por outro lado, havia a questão das proteções tarifárias e imposição de cotas com estes últimos acrescentada às facilidades instituídas pelo o Estado na busca por Capital estrangeiro propiciava às empresas mercados garantidos, mas no entanto, criaram-se novos problemas, conforme destaca o autor:

Primeiro, a brusca introdução de inovações em parques industriais caracterizados por um parco desenvolvimento técnico levou a uma grande *heterogeneidade tecnológica*, particularmente nos setores a que se dirigiu o investimento estrangeiro: os bens de consumo suntuários e os bens de capital, agudizando as transferências internas de mais-valia, através dos preços de produção e acelerando o grau de concentração da economia. Segundo porque, passado o prazo de maturação dos investimentos, estas encontravam dificuldades para reinvestir seus lucros no mercado nacional, pela saturação relativa ao mesmo ao mesmo e se colocava então exportá-las às matrizes; surgiam assim novas pressões sobre as divisas disponíveis, o que levou à queda das taxas de crescimento na região e pôs na ordem do dia o lema da restrição à repartição de lucros, a da exportação de manufaturas. Foi nesse contexto que surgiram os organismos da integração regional, como ALAC, o Pacto Andino e o Mercado Comum Centro-americano. (MARINI, 2000, pp. 273-274)

A medida que a industrialização da América Latina avança, há uma alteração da composição de suas importações por meio da redução do item alusivo a bens de consumo e a substituição de matérias-primas, produtos semielaborados e maquinaria destinados para a indústria. Ocorre que a crise do setor externo dos países da região não permitia que as necessidades em elementos naturais do capital constante (que eram cada vez maiores) fossem satisfeitas através do intercâmbio comercial. Diante disso se adquire forte importância a importação de capital externo, seja em forma de financiamento ou de investimento direto na indústria. Marini (2000) argumenta:

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como o Brasil já exportavam aço), reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear, etc.) monopólio da tecnologia correspondente (MARINI, 2000, p. 145).

Nesse sentido, a tecnologia utilizada pelo capitalista das economias dependentes não é fruto do progresso técnico através do avanço tecnológico, e sim da introdução de tecnologias importadas, sendo que esses competidores externos estarão sempre com uma tecnologia

avançada e a cada troca de máquina e equipamentos que o capitalista interno tiver de fazer, terá de buscar fora. Isso faz com que aumente o capital externo dentro do país no setor da produção.

As crises periódicas que provocam centralização dos meios de trabalho, eliminando o menos eficiente, reduzindo a força de trabalho, e reduzindo as taxas de lucro começam a ser verificadas nos meados dos anos 1960, sendo que o problema só pode ser resolvido mediante a crise do capitalismo dos anos 1970, onde é possível apurar uma onda de compras e fusões de ativos, como também de acordos tecnológicos. Conforme o intelectual brasileiro, a globalização traz à tona traços específicos à internacionalização do capital com processos de regionalização, que avança na especialização da produção em cada país de maneira consensual. A globalização corresponde a uma nova fase do capitalismo, agindo em escala planetária. O neoliberalismo alavanca os grandes centros capitalistas, solapando fronteiras nacionais na intenção de liberar caminho para circulação de mercadorias, de acordo com Marini (2000).

Conforme destaca Katz, (2022), a especialização da América Latina em produtos primários continua impedindo o desenvolvimento da região. Argumenta que o modelo das maquiladoras mexicanas enfrenta sério problemas, pois continuam montando peças para a grande indústria estadunidense, e tem perdido força diante de competidores da Ásia. O Tratado de livre comércio com os norte-americanos deu lugar a outro acordo, o T-MEC⁷, que faz a readaptação das fábricas na fronteira para satisfazer demandas de indústrias do Norte. A regressão industrial contagia a região e acabar por atualizar os desequilíbrios apontados pelos teóricos da dependência. O neoliberalismo, além de agravar o desemprego e a informalidade, também gerou um alargamento entre as faixas de renda nas regiões do planeta, ampliando a violência e as desigualdades. A tendência no mundo é de segmentação do trabalho, entre os setores formal/estável e informal/precarizado.

2.3 A ATUALIDADE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Como já foi apontado, Marini (2000) pesquisou sobre o ciclo dependente das economias latino-americanas, considerando que a crise de industrialização, os desequilíbrios financeiros, produtivos e comerciais da região. Katz (2020) expõe que as mesmas contradições ainda se fazem presentes no atual cenário de declínio industrial, exploração retrógrada dos recursos naturais, fragilidade financeira, e chama a atenção o papel desempenhado pela China na atual conjuntura.

O argentino aponta que o Brasil perdeu a dimensão do aparato industrial dos anos 1980.

⁷ Acordo de livre-comércio entre EUA, Canadá e México

“A produtividade estagna, o deficit externo se expande e os custos aumentam com a deterioração da infraestrutura de energia e transporte. De acordo com Katz (2022), por isso, o país enfrenta um visível retrocesso na exportação de alta e média tecnologia. De acordo com o Katz (2022), esse retrocesso representa a decadência de um setor, antes mesmo de atingir seu amadurecimento. Expõe ainda que a ampliação da classe média abrange a inclusão de novos bens da educação, saúde ou habitação nos gastos cotidianos, não sendo equivalente no aumento do crédito ou endividamento, e por isso, considera um equívoco apontar o Brasil como um país de classe média. A aquisição de celulares ou computadores não mudou a 84ª posição no índice mundial de desenvolvimento humano conforme aponta Katz (2020).

Katz (2022) também traz a problemática sobre os efeitos do extrativismo, argumentando que a tecnificação da agricultura introduziu importantes transformações na economia da América Latina. O agronegócio obteve um reforço no sentido de orientar sua produção para fora em detrimento do abastecimento interno. O modelo extrativo para importação reforça as atividades primárias ao invés das atividades industriais. Tal modelo reforça essas economias às flutuações internacionais quanto ao preço das matérias-primas. “O PIB da Argentina, por exemplo, contraiu e expandiu significadamente em 12 oportunidades nos últimos 35 anos. A mesma oscilação apresentou no Brasil uma intensidade menor”, conforme Katz (2020).

Traspadini (2022) argumenta que o atual momento oferece uma particularidade relevante quanto ao capital internacional, sendo que, tanto na esfera produtiva quanto na esfera financeira, se utiliza mecanismos mais claros sobre a forma de dominação da América Latina exercida por órgãos Supranacionais como o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional), aponta ainda que a dominação hegemônica de corporações ligadas aos bancos representa a forma com que cartéis e trustes controlam o mundo na atualidade. Conforme a autora:

Esse grau de dependência tornou as economias de nossos países ainda mais vulneráveis. A dominação do capital internacional sobre a América Latina relata outro momento particular de sua apropriação privada sobre o continente ao se consolidar a etapa neoliberal do modo de funcionamento político do capitalismo – final do século XX e início do século XXI. (TRASPADINI, 2022, pp. 55-56).

Traspadini (2022) problematiza que a forma como o imperialismo se utiliza do dólar estadunidense como forma de espoliação nunca foi tão claro. Neste momento, as economias da América Latina são exploradas não apenas pelos baixos salários, mas a partir de algumas especificidades, entre elas

b) pelo envio de remessas de lucros das corporações transnacionais sem nenhum controle e sob permissivas concessões tributárias e fiscais oferecidas pelos Estados nacionais latino-americanos. Grupos internacionais são nacionalmente favorecidos pelo desenvolvimento das forças produtivas no campo da informática e da informação

e se transformam nos produtores e especuladores mundiais.

f) a desnacionalização das empresas que atuam nos setores estratégicos e mais dinâmicos das economias latino-americanas. Essa nova propriedade, do capitalismo estrangeiro, que alguns países tem um peso significativo no Produto Interno Bruto (PIB), leva à transferência permanente do lucro obtido aos seus países, em vez de serem reinvestidos, em âmbito nacional, como eram antes. (TRASPADINI, 2022, p. 56- 57)

Traspadini (2022) argumenta que durante o processo de efetivação da subordinação neoliberal das economias da América Latina ao capital financeiro, a mesma transferiu, na década de 1990, 1 trilhão de dólares de suas riquezas para os centros do capitalismo. Destaca ainda que a dependência das economias periféricas se agrava diante do uso contínuo da força militar imperialista como forma de alcançar os lucros de suas empresas e impor as regras aos países da periferia que busquem independência.

Um elemento importante a se destacar na atualidade é o grande salto registado pela China na relação comercial com a América Latina. Conforme argumenta Katz (2020), trata-se de outra dimensão da dependência. Conforme o autor as transações saltaram de 10 bilhões de dólares em 2000 para 240 bilhões em 2015, expondo uma forte assimetria nessas relações. A região exporta matérias-primas em troca de manufaturas. O grande asiático não fornece apenas produtos industriais aos países latino-americanos, mas arrebatou dos latino-americanos os mercados desses produtos, aponta Katz (2020).

O argentino expõe que a China expande seus investimentos de forma muito rápida, sendo que os mesmos estão focados na captura de recursos naturais. Nesse sentido, “fornece recursos para prospeção de petróleo, perfuração de mineração e projetos agrícolas. Melhorar portos e as rodovias para garantir o transporte de bens primários” Katz (2020). O problema disso é a imposição de cláusulas estritas quanto ao fornecimento de insumos e transferência de tecnologia (que nunca ocorre). Katz (2020) problematiza que certamente a presença da China desafia a dominação dos EUA, sendo que o país asiático avança com cuidado no terreno da diplomacia. O resultado desse confronto está indefinido, mas os países latino-americanos continuarão a ser relevantes em qualquer resultado.

3 A TEORIA SISTEMA MUNDO DE IMMANUEL WALLERSTEIN

3.1 ORIGENS HISTÓRICAS DA ECONOMIA MUNDO CAPITALISTA

Wallerstein (1974) desenvolve na sua obra “O Sistema Mundial Moderno”, o conceito de divisão internacional do trabalho, expondo que o componente primordial dessa estrutura internacional resulta na divisão do mundo em estamentos hierárquicos, sendo centro, periferia

e semiperiferia, conforme aponta Martins (2015). De acordo com Katz (2020), o enfoque do intelectual estadunidense apresenta muitas concordâncias com a teoria marxista da dependência, tendo recolhido ideais dessa concepção e incidido nos debates dependentistas. A teoria origina-se no início dos anos 1970, apontando um novo ponto de vista sobre a realidade. Algumas das suas conceitualizações tinham estado presentes num longo período, e outras eram novas e não tinham recebido um nome até então.

Arienti e Filomeno (2007) argumentam que a abordagem do Moderno Sistema Mundial incorpora o método da longa duração proposto por Braudel⁸ como referência para as suas análises que possuíam não só hipóteses inovadoras de interpretação histórica, mas também, pretensões globalizantes e estruturantes no sentido de organizar determinações de várias estruturas da história do sistema.

Braudel (1987), aponta o que depende propriamente da troca e que designa, ao mesmo tempo, como a *economia de mercado* e *capitalismo*, argumentando que essa dupla denominação indica que se entende distinguir um do outro.

Conforme Braudel (1987), a realidade econômica nunca se apoia em corpos simples, mas aceita sem muita dificuldade que possam existir, pelo menos, duas formas da chamada economia de mercado (A, B), que são discerníveis com um pouco de atenção. Na categoria “A”, o autor coloca as trocas cotidianas do mercado, os tráficos locais ou a pouca distância: dessa forma, o trigo, a madeira que encaminhada para a cidade próxima; e mesmo os comércios de maior raio de ação. Dessas trocas “transparentes”, onde cada parte conhece de antemão os limites e as particularidades e onde os lucros, sempre medidos, e sempre possível de avaliar, reúne sobretudo, camponeses, artesãos e clientes, uns do próprio burgo, outros das aldeias vizinhas. Neste caso, no máximo, haverá vez por outra, dois ou três comerciantes, isto é, entre o cliente e o produtor o terceiro homem: o intermediário. E esse comerciante pode, através de manobras de estocagem, antecipar-se aos camponeses na entrada de um burgo, comprar a preços mais reduzidos as mercadorias deles e em seguida oferece-las ele próprio aos compradores. Conforme aponta Braudel (1987) essa é uma fraude elementar, presente na periferia de todos os burgos e mais ainda de todas as cidades, capaz, quando se amplia em grandes proporções, de fazer subir os preços.

Mesmo no burgo ideal, com comércio regulamentado, leal, transparente, a troca segundo a categoria “B”, a dos intermediários e “atravessadores”, fugindo à transparência e ao controle,

⁸ Historiador famoso pelas inovações da Escola dos Annales e pelo método da longa duração, deu uma contribuição à abordagem., ao incluir o conceito de economia-mundo, como proposto por Wallerstein, nas análises do terceiro volume de *Civilização, Economia e Capitalismo*. Arienti e Filomeno (2007)

não está totalmente ausente, destaca Braudel (1987). O autor aponta:

Mercadores itinerantes, marchantes, agentes de grandes atacadistas, contatam os produtores em suas casas. Ao camponês eles compram diretamente a lã, o cânhamo, os animais em pé, os couros, a cevada ou o trigo, as aves domésticas, etc. ou compram-lhes até esses produtos antecipadamente, a lã antes da tosquia dos carneiros, o trigo quando ainda está verde. Um simples bilhete assinado na estalagem da aldeia ou na própria fazenda sela o contrato. Em seguida, eles encaminham suas compras, por carroças, animais de carga ou barcaças, para as grandes cidades ou portos exportadores. Tais exemplos são encontrados no mundo inteiro, em torno de Paris quanto em Londres, em Segóvia para as lãs, em Nápoles para o trigo, na Puglia para o azeite, na Insulíndia para a pimenta (BRAUDEL, 1987, p. 36).

Conforme destaca, esse tipo de troca substitui as condições normais do mercado coletivo por transações individuais, onde há uma variação arbitrária segundo a situação respectiva dos interessados. Trata-se de trocas desiguais em que a concorrência, dificilmente tem lugar e onde o comerciante dispõe de duas vantagens: ele rompeu a relação direta entre o produtor e aquele a quem a mercadoria se destina, e dispõe de dinheiro para compras à vista, o que constitui seu principal argumento, destaca Braudel (1987).

Nesse sentido, Braudel (1987) aponta dois tipos de troca; uma “terra a terra”, competitivo, transparente; outro superior, sofisticado e dominante. Não se trata dos mesmos mecanismos, tampouco os mesmos agentes que regem esses dois tipos de atividade, sendo que é no segundo que se situa a esfera do capitalismo.

Braudel (1987) enfatiza que o Estado Moderno não fez o capitalismo, mas o herdou, sendo que ora o favorece, ora o desfavorece; ora deixa estender-se, ora lhe quebra as molas, sendo que o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele próprio é o Estado.

Wallerstein (1974) argumenta que nos fins do século XV e início do século XVI surgiu a economia-mundo europeia. Não se tratava de um império, no entanto, era tão extensa quanto, e compartilhava algumas de suas características. Era diferente e também era nova. Tratava-se de um sistema social que o mundo não conhecia até então, tratando-se de uma entidade econômica e não política, no sentido oposto dos impérios, cidades-estados e nações-estados. Consistia numa economia-mundo, pois as ligações vitais entre os fragmentos do sistema eram econômicas, mesmo sendo reforçada por laços culturais e as vezes por arranjos políticos e estruturas confederadas. O autor destaca que os impérios foram constantes no mundo durante 5000 anos, tendo existido vários deles em diversas regiões do mundo, sendo que sua centralização política era a sua força, mas também sua fraqueza. Força no sentido que garantia fluxos econômicos da periferia para o centro através da força, e fraqueza, pelo fato da burocracia que era necessária diante da estrutura política que tendia a absorver parte dos altos lucros, principalmente quando a extorsão gerava revoltas que ampliava as despesas militares

Wallerstein (1974) aponta que existiram outras economias-mundo antes, mas, no entanto, transformaram-se em impérios e cita como exemplo a China, Pérsia e Roma. A diferença é que na economia mundo as “técnicas do capitalismo moderno e a tecnologia da ciência, que estão, como sabemos, ligadas por alguma forma, permitiram que a economia-mundo prosperasse, produzisse e se expandisse sem a emergência de uma estrutura política unificada” Wallerstein (1974). Para Wallerstein (1974), numa economia-mundo, o sistema oferece uma origem de apropriação de excedentes, sendo esta mais lucrativa no longo prazo. Argumenta que a ação política garante direitos monopolistas, e o Estado é menos empresa econômica central, do que uma via de garantir determinados tipos de troca em outras operações econômicas. Enfatiza que uma característica que define tal economia é que ela não se limita a uma única estrutura política, pois existem inúmeras unidades políticas dentro de uma economia-mundo, sendo que estão vinculadas entre si no sistema moderno dentro de um sistema intraestatal. Conforme Wallerstein (1974)

Um sistema mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita de forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo em seu proveito. Tem as características dum organismo, na medida em que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros. Podem definir-se as suas estruturas, em momentos diferentes, como fortes ou fracas, em termos da lógica interna do seu funcionamento.

Definimos um sistema mundial como um sistema em que existe divisão extensiva do trabalho. Esta divisão não é meramente funcional – isto é, ocupacional – mas geográfica. Quer dizer, a gama de tarefas econômicas não está distribuída uniformemente por todo o sistema mundial. Em parte, isto é consequência de considerações ecológicas, sem dúvida. Mas na sua maior parte é função da organização social do trabalho, que aumenta e legitima a capacidade de certos grupos dentro do sistema explorarem o trabalho de outros, isto é, receberem uma maior parte do excedente (WALLERSTEIN, 1974, p. 337-339)

Conforme Wallerstein (1974) destaca, durante o século XII havia diversos impérios e pequenos mundos, sendo que muitos destes tinham suas margens interligadas. Aponta que a Europa do Noroeste era uma área marginal quanto a economia, e o principal modo de organização social era o que se chamou de feudalismo, que cresceu diante da desintegração do Império Romano, e que o feudalismo europeu foi uma série de pequenos nódulos econômicos onde a produtividade e a população se ampliavam de maneira lenta, e os mecanismos legais garantiam que boa parte dos excedentes fossem direcionados aos proprietários nobres, que tinham forte controle da máquina jurídica. O nível de atividade econômica era limitado, sendo que a atividade comercial preponderante envolvia a alimentação e artesanato, que era desenvolvido no interior de pequenas regiões econômicas. Nesse sentido, “Dentro da Europa existiam pelo menos duas economias-mundo, uma de tamanho médio baseada nas cidades-

estados da Itália do Norte e outra mais baseada nas cidades-estado da Flandres e da Alemanha do Norte. A maior parte da Europa não estava envolvida nestas redes” Wallerstein (1974)

No império, a organização política possui a tendência de relacionar cultura com ocupação, enquanto na economia mundo a organização política tem a tendência de relacionar cultura com a localização espacial. As economias-mundo são divididas entre os Estados do Centro e da periferia, além de existir também Estados em áreas semiperiféricas que estão entre o centro e a periferia. O autor destaca que algumas das áreas semiperiféricas já haviam sido periféricas anteriormente, sendo isso resultado de uma geopolítica mutável da economia sistema-mundo em expansão, conforme aponta Wallerstein (1974). Nesse sentido:

A semiperiferia é um elemento estrutural necessário numa economia-mundo. Estas áreas tem um papel paralelo ao representado, *mutatis mutandis*, pelos grupos comerciantes intermediários num império. São pontos colectores de qualificações vitais, com frequência politicamente impopulares. Estas áreas intermediárias (como os grupos intermediários num império) desviam parcialmente pressões políticas que os grupos localizados primariamente nas áreas periféricas poderiam noutro caso dirigir contra os estados do centro e os grupos que operam no interior e através dos seus aparelhos de Estado. Por outro lado, os interesses localizados basicamente na semiperiferia acham-se no exterior da arena política dos estados do centro, e é-lhes difícil prosseguir os seus fins através de coligações políticas que poderiam estar abertas para eles se estivessem na mesa arena política (WALLERSTEIN, 1974, p. 339).

De acordo com as problematizações do norte-americano, no período de 1150 a 1300 houve uma expansão na europa no centro da estrutura do modo de produção feudal, sendo uma expansão geográfica, comercial e demográfica. De 1300 a 1450, o que havia se expandido, acabou por se contrair nos mesmos três níveis citados. Tal contração provocou uma crise nas esferas econômica, política e cultural. Conforme destaca, “A síntese cristã medieval estava a ser submetida a múltiplos ataques sob todas as formas que mais tarde viriam a concretizar-se nas primeiras manifestações do pensamento ocidental moderno” Wallerstein (1974).

Wallerstein (1974) aponta três explicações principais para a crise. Numa delas aponta que ela foi basicamente o resultado de tendências econômicas cíclicas, em que o limite de uma determinada tecnologia tinha sido alcançado, seguindo-se de uma contração. A segunda aponta que a crise ocorreu por uma tendência secular após mil anos de apropriação feudal dos excedentes, atingira então, um momento de rendimentos decrescentes. A terceira explicação é climatológica, sendo que houve modificações de clima que ocasionaram queda na produtividade dos solos, aumentando ao mesmo tempo as epidemias. As pressões de tal conjuntura proporcionaram uma transformação social. Nesse sentido, o autor pontua:

[...] o que a Europa desenvolveria e manteria então foi uma nova forma de apropriação de excedente, uma economia-mundo capitalista. Esta teria de basear-se em algo que não a apropriação directa dos excedentes agrícolas, quer na forma de tributo (como tinha sido o caso dos impérios mundo) quer na renda feudal (como tinha sido o sistema

do feudalismo europeu). Pelo contrário, o que se desenvolveria então foi a apropriação de um excedente originado numa produtividade acrescida e mais eficiente (primeiro na agricultura e depois na indústria) por intermédio de um mecanismo de mercado mundial com assistência artificial” (ou seja, não mercantil) dos aparelhos de Estado, nenhum dos quais controlava o mercado mundial inteiramente (WALLERSTEIN, 1974, p. 45).

No século XV surgem restauradores da ordem interna da Europa Ocidental como Luiz XI na França, Henrique VII na Inglaterra ou ainda Fernando Aragão e Isabel Costela na Espanha. Os meios mais importantes que estavam à disposição eram os financeiros, com uma criação de uma burocracia armada e civil que eram suficientemente fortes para realizar a tributação e financiar uma estrutura burocrática ainda mais forte. Os impostos foram chave nesse processo, sendo que boa parte dos rendimentos extraídos do solo pelos camponeses eram destinados para as mãos dos grandes senhores, no entanto, os progressos da tributação tinham ampliado a parcela absorvida pelo Estado pelos agentes do Estado. Conforme Wallerstein (1974):

O Estado? O que era o Estado? Nesta época, era o príncipe, o príncipe cuja reputação era louvada, cuja majestade era preservada, e que pouco a pouco era afastado dos seus súbditos. E era a burocracia, que emergia agora como um grupo social distinto com características e interesses especiais, o principal aliado do príncipe, e que apesar disso [...] permaneceria um grupo social ambivalente. E eram vários corpos parlamentares que os soberanos criaram como mecanismos para auxiliarem na legislação que permitia o lançamento de impostos, corpos compostos muito maioritariamente por nobres, que os reis tentavam usar contra a nobreza e esta tentava usar contra o rei. (WALLERSTEIN, 1974, p. 40).

Wallerstein (1974) argumenta que tal Estado era uma criação do século XIII e não do século XVI. Cita que Yves Renouard reestruturou a forma como as linhas de fronteiras que estabeleciam as atualidades fronteiriças da França, Espanha e Inglaterra se definiam numa série de batalhas ocorridas entre 1212 e 1214, sendo com base nestas linhas que se constituíram sentimentos nacionalistas decorrentes. Neste período se decidiu as linhas de fronteira e de que estas deveriam existir. Ressalta que foi entre os meados do século XII e princípios do século XIV, o ápice da prosperidade agrícola e comercial da idade média, que datam as transformações europeias.

No “segundo” século XVI, pós a paz de Cateau-Cambrésis, houve uma oscilação na balança econômica. Nesse momento o noroeste da Europa torna-se o centro econômico da economia-mundo europeia. Conforme o estadunidense, o surgimento do setor industrial é um componente essencial nesse contexto, sendo pertinente examinar o que ocorreu com Inglaterra⁹ e França nesse período. “o aspecto mais importante da transformação industrial do ‘segundo’

⁹ Neff mantém que até uma data tão recente como 1547, a Inglaterra estava industrialmente estagnada em

século XVI não é a novidade da sua tecnologia, nem a sua organização social. A fábrica e a produção em massa continuavam sendo basicamente desconhecidas” Wallerstein (1974). A mudança importante aconteceu na distribuição geográfica da indústria, sendo que até por volta de 1550, havia poucos pontos de operação industrial em diversas partes da Europa.

No período da baixa idade-média, ocorreu importantes mudanças no destino das exportações inglesas. Primeiramente foram as fontes de matérias-primas (cereais, madeira, couro, metal). No decorrer do século XVI a exportação de tais produtos tinha caído, e os tecidos tinham se transformado na principal exportação inglesa. Conforme Wallerstein, a indústria têxtil inglesa possuía duas características relevantes para a economia-mundo que emergia. “era cada vez mais uma indústria rural na Inglaterra, e envolveu este país numa procura de mercados de exportação alargados” Wallerstein (1974). Nesse sentido, os têxteis transformaram-se no núcleo do comércio da Inglaterra, apesar de que essa indústria encontrou diversas dificuldades no século XVI diante de sua posição exposta, pelo fato de que vender em muitos mercados consistia que o país estava sujeito a mais perdas.

No período dos monarcas Tudor¹⁰, os ingleses aproveitaram as oportunidades para levar adiante as vantagens industriais no “segundo” século XVI. Um fator importante destacado foi a chamada “reforma administrativa” henriquina, ocorrida entre os anos de 1530 e 1542. Esse período administrativo foi dirigido totalmente para o interior e os resultados são diretos e importantes. Os ingleses foram capazes de potencializar “uma capital forte com força cultural e econômica unificadora” Wallerstein (1974).

Quanto à França, pode se verificar que o Estado Francês era mais forte que o inglês por volta de 1600. Wallerstein (1974) aponta que a burocracia era a forma da burguesia ascender na hierarquia social, sendo num grau maior do que a Inglaterra. Havia neste período uma situação de classe relativamente aberta, mas a venda de cargos não trouxe o aburguesamento do poder, e sim uma “feudalização da burguesia” Wallerstein (1974). A relativa facilidade em adquirir posição aristocrática que surgiu no século XVI a “ambiguidade do status nobre” que não agradava a aristocracia francesa e levou intensa preocupação pelos “privilégios honoríficos, além da fixação em regras estritas de comportamento. Sobre os motivos da Inglaterra e Holanda terem produzido uma nobreza “*embourgeoisée*” e a França não, Wallerstein problematiza que na França o feudalismo desfrutava “de uma perfeição e vitalidade clássica que impediam o

comparação com a maior parte dos países continentais, incluindo a França. No entanto, diante da expansão industrial da Inglaterra, entre 1575-1620, a posições de ambos os países acabaram por se inverter.

¹⁰ O Estado Tudor era uma monarquia nacional na Inglaterra, e embora realçasse aparentemente o papel de monarca, o verdadeiro acento residia no seu caráter nacional.

“*embourgeoisement*” da nobreza. Wallerstein expõe:

Na vacilação entre as exigências da burguesia e da aristocracia, as monarquias tanto da Inglaterra como da França foram-se aproximando progressivamente das exigências da aristocracia. A diferença era que em Inglaterra os interesses da burguesia comercial estavam ligados a um centro poderoso, enquanto em França de certo modo estavam ligados à periferia nacional. Esta diferença era consequência de considerações geográficas no quadro da economia-mundo europeia (WALLERSTEIN, 1974, p. 290)

Nesse sentido, o autor argumenta que o resultado disso foi de que para controlar uma burguesia intimamente desassossegada, os monarcas franceses tiveram de reforçar-se e comprar a burguesia através da venda de cargos, sendo que isso afastou o investimento industrial. Os ingleses, a aristocracia, como forma de manter-se viva, aprendeu as formas da burguesia e fundiu-se parcialmente com ela.

3.2 ORIGENS HISTÓRICAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, DA ANÁLISE DO SISTEMA MUNDO E A PRODUÇÃO DE MAIS-VALIA

Conforme já foi mencionado, a análise de sistemas-mundo teve seu início nos princípios dos anos 1970, e seu histórico está vinculado à história do sistema moderno e das estruturas de compreensão que foram concebidas como parte deste sistema. Conforme Wallerstein (2005), no princípio deste sistema, ele estava localizado em apenas uma parte do globo terrestre, principalmente em porções da Europa e América. No entanto, com o tempo se expandiu para todo o mundo. O autor explicita que a economia-mundo é uma grande área geográfica onde existe uma divisão do trabalho, e desse modo, uma troca significativa de bens básicos ou essenciais, além de um fluxo de capital e trabalho. A ininterrupta acumulação de capital gerou a necessidade de mudança tecnológica constante, e também da expansão de fronteiras geográficas, psicológicas, intelectuais, científicas.

Wallerstein (2005) destaca que diante do contexto em que as autoridades religiosas reivindicavam ser a única via de chegar a verdade, esse status vinha sendo desafiado no sistema-mundo moderno há bastante tempo. Alternativas não religiosas recebiam cada vez mais aceitação. Os filósofos defendiam que o ser humano poderia adquirir conhecimento pelo emprego de seu intelecto, em contraponto à recepção da verdade advinda de textos religiosos.

Aproximadamente no século XVIII nasceu a universidade moderna, sendo que nesse período ainda não havia distinções entre ciência e filosofia na hora de definir o saber. A ciência moderna nasce do divórcio entre a filosofia e a ciência, sendo defendida veementemente pelos que defendiam as ciências empíricas. Conforme Wallerstein (2005), a questão mais complexa era o fato de que a faculdade tinha o dever de criar posição das realidades sociais. Destaca que a carência deste estudo foi levantada pela Revolução Francesa e pela agitação cultural que esta

causou no sistema-mundo moderno. A Revolução Francesa espalhou duas ideias revolucionárias: a primeira delas é que a mudança política não era excepcional, e sim algo normal e constante. A segunda foi a de que o direito de um estado tomar decisões autônomas no seu território não pertencia a um monarca ou legislatura, e sim ao povo, sendo que só este poderia legitimar o regime.

No período após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por mudanças decisivas, resultado em novos desafios às ciências sociais. Wallerstein (2005) destaca que três coisas ocorreram naquela época: a) Os EUA tornam-se a potência hegemônica no sistema-mundo, e o seu sistema universitário passa a ser o mais dominante, b) Os países do Terceiro Mundo tornaram-se cenários de conflitos políticos e autoafirmação geopolítica, b) O arranjo de uma economia-mundo que se expandia com o aumento das tendências democratizantes acabou por trazer uma grande expansão no sistema universitário. Tais mudanças desmantelaram as estruturas de saber desenvolvidas e consolidadas nos cem ou cento e cinquenta anos anteriores.

Neste contexto surge a noção de desenvolvimento. Wallerstein (2005) abarca:

A noção de desenvolvimento, como o termo passou a ser utilizado a partir de 1945, baseava-se em um mecanismo explicativo familiar, uma teoria de estágios. Aqueles que usaram este conceito assumiram que as unidades individuais – “sociedades nacionais” – desenvolveram-se todas fundamentalmente da mesma forma (satisfazendo assim a demanda nomotética), mas em ritmos diferentes (reconhecendo as diferenças que os estados pareciam apresentar no presente). Preparar! Foi então possível introduzir conceitos específicos para estudar os “outros” do presente, argumentando que mais cedo ou mais tarde todos os estados acabariam por ser mais ou menos iguais. Esse truque de mágica também tinha um lado prático. Implicava que o Estado “mais desenvolvido” poderia oferecer-se como modelo para os Estados “menos desenvolvidos”, exortando-os a empreender algum tipo de ação mimética que lhes promettesse uma melhor qualidade de vida e uma estrutura de governo mais liberal (“desenvolvimento político”) no final do arco-íris (WALLERSTEIN, 2005, p. 24, tradução nossa)¹¹

Wallerstein (2005) aponta que quatro debates alinhavaram a cena para a emergência de análise do sistema mundo: o conceito de centro-periferia desenvolvido pela CEPAL e a elaboração do conceito marxista de “modo de produção asiático”, discussão que teve abrangência entre acadêmicos comunistas; o debate entre historiadores da Europa Ocidental sobre a transição do feudalismo ao capitalismo; o debate sobre “história total”, além do êxito

¹¹ *La noción de desarrollo, según comenzó a ser utilizado el término a partir de 1945, estaba basada en un mecanismo explicativo familiar, una teoría de estadios. Quienes utilizaban este concepto presuponían que las unidades individuales – “sociedades nacionales” - se desarrollaban todas fundamentalmente de la misma manera (satisfaciendo así la demanda nomotética) pero a ritmo distinto (reconociendo las diferencias que parecían presentar los estados al presente). ¡Listo! Resultaba entonces posible introducir conceptos específicos para estudiar los “otros” del presente sosteniendo que, tarde o temprano, todos los estados terminarían siendo más o menos lo mismo. Este truco de ilusionismo tenía a su vez un costado práctico. Implicaba que el estado “más desarrollado” podía ofrecerse como modelo para los estados “menos desarrollados”, exhortando a estos últimos a embarcarse en cierta suerte de acción mimética que les prometía hallar una mejor calidad de vida y una estructura de gobierno más liberal (“desarrollo político”) al fin del arco iris. (WALLERSTEIN, 2005, p. 24)*

da escola historiográfica dos Anais da França em diferentes partes do mundo.

O debate centro-periferia foi de uma enorme importância dos acadêmicos do terceiro mundo. Wallerstein argumenta que foi com as análises de Raul Prebisch¹² e seus “jovens turcos” latino-americanos na CEPAL, que o conteúdo passou a ter importância dentro do saber acadêmico das ciências sociais. O ponto de partida sustentado era que, o comércio internacional não se constituía em um intercâmbio entre pares. Conforme Wallerstein (2005), alguns países eram economicamente mais fortes do que outros (países centrais), e nesse sentido, podiam negociar em termos em que favoreciam o desvio de mais-valia dos países fracos (periferia) para o centro. Tal condição é chamada de “intercâmbio desigual”. Tal análise entendia que o remédio para a desigualdade era que os estados periféricos empreendessem ações no intuito de instituir mecanismos que equilibrem o intercâmbio no médio prazo. A discussão foi abordada entre seus simpatizantes e entre os que possuíam uma visão. Mais tradicional do comércio internacional, defendida por David Ricardo no século XIX, onde argumenta que se todos seguirem sua “vantagem comparativa”, todos conquistam o máximo lucro.

Os teóricos da dependência desenvolveram versões corrigidas da análise centro-periferia. Muitos argumentaram que a revolução política era necessária para qualquer ação reguladora. A teoria da dependência, conforme Wallerstein (2005), parecia basicamente uma crítica das políticas econômicas implementadas e previstas pelas potências ocidentais. O subdesenvolvimento nessa perspectiva, não era visto como um estado originário, em que a incumbência recaía nos países subdesenvolvidos, mas como uma consequência do capitalismo histórico. As teorias da dependência levantaram críticas aos partidos comunistas latino-americanos, que tinham apoiado uma teoria de estágios de desenvolvimento, onde os países latino-americanos ainda eram feudais ou semifeudais, não tendo ocorrido neles a “Revolução burguesa” que deveria anteceder a “revolução proletária”.

No início dos anos 1970 começa a se falar de forma explícita sobre os sistemas-mundo. Estes foram um empenho para combinar coerentemente as inquietações em relação a unidade de análise, a inquietação com as temporalidades sociais e com as barreiras que tinham sido levantadas entre distintas ciências sociais. Nesse sentido, Wallerstein (2005) disserta:

¹² As categorias de Prebisch foram incorporadas ao sistema-mundo. Conforme Wallerstein, a economia-mundo capitalista era marcada por uma divisão axial do trabalho entre os processos de produção periféricos, o que resultava em uma troca desigual que favorecia os envolvidos nos processos de produção centrais. Uma vez que esses processos tinham a tendência de agruparem em países específicos, era possível abreviar a nomenclatura falando de zonas centrais e periféricas. (ou mesmo de estados centrais e periféricos) desde que lembrassem que eram os processos de produção e não os estados que eram centrais ou periféricos. Na análise do sistema-mundo, o centro-periferia é um conceito relacional, não um par de termos reificados, isto é, que tem sentidos essenciais separados (WALLERSTEIN, 2005, p. 33)

Os sistemas-mundo de análise significavam, antes de tudo, a substituição de uma unidade de análise chamada "sistema-mundo" em vez da unidade padrão de análise, que havia sido o estado nacional. Como um todo, os historiadores têm analisado as histórias nacionais, os economistas as economias nacionais, os cientistas políticos as estruturas políticas nacionais e os sociólogos as sociedades nacionais. Analistas de sistemas mundiais levantaram uma sobrancelha cética, questionando se esses objetos de estudo realmente existiam e se, de qualquer forma, eles eram os locais mais úteis para análise. Em vez de estados nacionais como objetos de estudo, eles os substituíram por "sistemas históricos" que, argumentava-se, existiam até então em apenas três variantes: minissistemas e "sistemas-mundo" de dois tipos (economia-mundo e impérios -mundo) (WALLERSTEIN, 2005, p. 32, tradução nossa).¹³

De acordo com Wallerstein (2005), o conceito que fora primeiramente empregado ao “sistema-mundo moderno” foi adaptado do uso de Braudel em seu livro “Mediterrâneo”, combinando também a análise de centro-periferia da CEPAL. Argumentou-se nesse sentido, que a “economia-mundo moderna” era uma economia-mundo capitalista. Na forma de formular a análise, o autor fez um vínculo com as análises da Karl Polanyi, que havia dissertado sobre a distinção de três formas de organização econômica que havia denominado: a) recíproca, que é uma espécie de dar e receber direto, b) redistributiva, na qual os bens iam do fundo da escala social até o mais alto para retornar, em parte, ao fundo, c) de mercado, onde as categorias dos tipos de sistemas históricos – minissistemas, impérios-mundo e economias mundo pareciam ser outro modo de expressar a três maneiras de organização econômica de Polanyi. Wallerstein (2005) argumenta que os minissistemas utilizavam a reciprocidade, os impérios-mundo a redistribuição, e as economias-mundo as trocas de mercado.

Sobre os motivos que levam um processo de produção central ou periférico, Wallerstein (2005) aponta que, a resposta se encontrava no grau em que cada procedimento particular era relativamente monopolizado ou de livre mercado. Nesse sentido, os processos monopolizados eram bem mais vorazes do que aqueles de livre mercado, e diante do poder desigual das mercadorias monopolizadas, o resultado da troca entre produtos centrais e periféricos eram um fluxo de mais-valia para aqueles estados que tinham um maior número de processos centrais. O estadunidense argumenta que os mercados totalmente livres funcionam como uma ideologia, um mito, mas nunca como uma realidade cotidiana. Um dos motivos deste mito é que um mercado totalmente livre não é uma realidade cotidiana.

¹³ *Los sistemas-mundo de análisis significaron antes que nada la sustitución de una unidad de análisis llamada “sistema-mundo” en vez de la unidad estándar de análisis, que había sido el estado nacional. En su conjunto, los historiadores habían estado analizando historias nacionales, los economistas economías nacionales, los politólogos estructuras políticas nacionales y los sociólogos sociedades nacionales. Los analistas de sistema-mundo encararon una escéptica ceja, cuestionando se estos objetos de estudio existían verdaderamente, y se en todo caso, eran los sitios de análisis más útiles. En lugar de los estados nacionales como objetos de estudio, los sustituyeron por “sistemas históricos” que, se argüía, habían existido hasta ese momento en sólo tres variantes: mini sistemas, y “sistema-mundo” de dos tipos (economía-mundo e imperios-mundo. (WALLERSTEIN, 2005, p. 32)*

O teórico do sistema mundo, Wallerstein (2005), abarca que os capitalistas necessitam de mercados não totalmente livres, mas parcialmente livres. Argumenta que os vendedores querem sempre um monopólio, no sentido de criarem uma ampla margem relativa entre os custos de produção e os preços de venda, e, assim, obter grandes percentuais de lucros. Monopólios perfeitos são raros, mas os quase-perfeitos não são. Necessita-se no caso, de uma maquinaria de um estado relativamente forte que possa apoiar um quase-monopólio. Argumenta que um dos mais fundamentais é o sistema de patentes que reserva direitos de uma “invenção” por determinado número de anos, tornando os produtos novos mais caros para os consumidores e os mais vendidos para os produtores.

Quando transcorre a troca, os produtos competitivos encontram-se em uma posição mais fraca e os quase-monopólicos em uma posição mais forte. Nesse sentido, ocorre um fluxo contínuo de mais-valia dos produtores de produtos periféricos para os produtores de produtos centrais. Conforme Wallerstein (2005), esse processo tem o nome de troca desigual. O autor argumenta que a troca desigual não é a única forma de transferência de capital das regiões fracas para regiões politicamente fortes. Aponta que há também a pilhagem, que é muito utilizada durante as primeiras épocas de incorporação das novas regiões à economia-mundo capitalista. Wallerstein aponta:

Uma vez que, como vimos, os quase-monopólios tendem a se autodestruir, o que hoje é um processo central, amanhã se tornará um processo periférico. A história econômica do sistema-mundo moderno está repleta dessas mudanças, ou degradação de produtos, primeiro para os países semiperiféricos e depois para os periféricos. Se por volta de 1800 a produção de têxteis era provavelmente o processo produtivo central preeminente, em 2000 era claramente um dos processos produtivos periféricos menos lucrativos [...] esses processos têm se repetido com muitos outros produtos (WALLERSTEIN, 2005, p. 47, tradução nossa).¹⁴

Os estados semiperiféricos possuem uma combinação que são relativamente parecidas no processo de produção, estando em uma situação difícil. Encontram-se sob pressão dos países fortes e pressionando os países mais fracos, possuindo a preocupação de ascender ao centro. Ambas as operações requerem participação estatal no mercado global. Conforme Wallerstein (2005), estes estados semiperiféricos adotam com certa agressividade, políticas protecionistas, e ao mesmo tempo tentam melhorar a eficiência das suas empresas internas para competir melhor no mercado internacional.

¹⁴ *Ya que, como hemos visto, los cuasimonopolios tienden a autodestruirse, lo que hoy es un proceso central se convertirá mañana en un proceso periférico. La historia económica del sistema-mundo moderno abunda en estos cambios, o degradación de productos, primero a países semiperiféricos y luego a los periféricos. Si alrededor del 1800 la producción de textiles era con toda probabilidad el proceso productivo central preeminente, hacia el 2000 era claramente uno de los procesos productivos periféricos menos gananciosos [...] estos procesos se han repetido con muchos otros productos (WALLERSTEIN, 2007, p. 47).*

3.3 SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA CAPITALISTA

Immanuel Wallerstein (1997) aponta que se vive um período de bifurcação no desenvolvimento do sistema mundial. Sendo uma transição que ocorre no leito de evolução quase predestinada. O estadunidense elabora duas teses: a) A América Latina não vai se desenvolver, independente das políticas governamentais, pois o que se desenvolve não são os países, e sim a economia mundial capitalista. b) A economia capitalista se desenvolve tanto, que está se autodestruindo, colocando o mundo numa bifurcação histórica que sugere a desintegração desse sistema mundial, não oferecendo garantias de melhoras da existência social.

Conforme problematiza Wallerstein (1997), desde 1945, o cenário da geopolítica mudou com o alcance do mundo não-europeu ou não ocidental. Este mundo dividiu-se em dois setores, o bloco comunista e o Terceiro Mundo. Do ponto de vista dos EUA, o bloco comunista foi abandonado a própria sorte, para que sobrevivesse como pudesse. Nos anos que sucederam 1945, os norte-americanos concentraram seus esforços na ajuda à Europa Ocidental e o Japão a se reconstruírem. Em relação à América Latina, os EUA pregavam a economia neoclássica, no sentido de abrir as fronteiras, permitir investimento estrangeiro e criar infraestrutura para fomentar o desenvolvimento centrado nos setores onde esses países possuíam “vantagens corporativas”.

A política econômica de fronteiras abertas foi criticada por intelectuais como Prebisch (que presidia a CEPAL), onde apontava a recomendação de uma política de substituição de importações com a proteção da indústria nascente. As políticas recomendadas pela CEPAL foram seguidas até certo ponto pelas economias latino-americanas nos anos 1950 e 1960, sendo que essas melhorias não sobreviveram muito tempo, diante da consequência da tendência das atividades econômicas no âmbito mundial, num período Kondratieff-A.

Já as análises dependentistas foram mais políticas. Wallerstein (1997) disserta que esta incorporou em suas reflexões as situações políticas correntes no sistema mundial, considerando o papel das transnacionais, governos ocidentais, do FMI, Banco Mundial e outros esforços imperialistas como negativos e nefastos para as economias latino-americanas.

De acordo com Wallerstein (2005), desde os anos 1970, os da América Latina encontravam-se com sérias dificuldades econômicas e orçamentárias, sendo que não conseguiam resolver tal problema nem parcialmente, sem que tivesse que comprometer suas políticas estatais. Com o estancamento mundial e as derrotas guevaristas e a exclusão dos intelectuais latino-americanos, os poderosos requeriam mais ditaduras militares no sentido de

conter os entusiasmos esquerdistas. Nesse sentido, vem a democratização. No entanto, tal democratização ocorreu diante de ajustes do FMI e a necessidade dos países pobres “apertarem os cintos” ainda mais. Logo após vem a queda dos comunismos. A partir disso, Wallerstein argumenta que “grande parte dos esquerdistas, convertia-se em arautos do mercado, e os que não seguiram esse caminho refutavam, sem dúvida, os senderos luminosos, porém não queriam renunciar à possibilidade de alguma, qualquer luminosidade” Wallerstein (1997).

Foi no ano de 1968 que começou uma derrocada rápida de tudo o que os poderosos tinham arquitetado no sistema mundial com a geocultura liberal pós 1945. Conforme o intelectual do sistema-mundo, dois elementos concorriam para isso: a) a forte alta da economia mundial alcançou seus limites, b) iríamos entrar na fase B do ciclo Kondratieff. Em relação ao ciclo Kondratieff, Wallerstein (2005) aponta dois momentos interessantes: O primeiro ocorre alta dos preços do petróleo lançado pela OPEP em 1973, sendo esse momento marcado pela bonança para os países produtores de petróleo como Venezuela, México e Equador, mas sendo também uma bonança para os bancos transnacionais nos quais foi depositada a renda não gasta. Para os países do terceiro mundo foi desastroso, pois os bancos transnacionais ofereciam de forma estratégica empréstimo aos países pobres em situação de desespero. Os juros compostos da dívida alcançaram uma enorme porcentagem, comprometendo boa parte do orçamento dos países devedores.

O segundo expediente veio do fato de um elemento importante da fase dos ciclos Kondratieff, que é a dificuldade de obter enormes lucros no setor produtivo. Conforme argumenta Wallerstein (2005), a fase B se caracteriza pela restrição do lucro, mas que isso não chega a ser um obstáculo para um grande capitalista. Quando não há lucro na produção, volta-se para o setor financeiro na intenção de extrair lucros da especulação. Dessas ocorrências, o autor aponta que “a perspectiva de reformas graduais que permitiram a eliminação do fosso rico-pobre, desenvolvido-subdesenvolvido, não é possível na situação atual e que todos que a tinham afirmado foram mentirosos e manipuladores” Wallerstein (2005). O estadunidense aponta movimentos da velha esquerda como responsáveis.

Argumenta-se que a revolução de 1968 sacudiu a fé no reformismo, incluindo-se aqueles que se chamavam de revolucionários, no entanto, os 25 anos consequentes com a eliminação de ganhos econômicos dos anos 1945-1970, as ilusões que havia foram destruídas. A derrota dos comunismos em 1989 foi o término da revolução de 1968. Wallerstein (2005) pondera que o colapso da fé popular quanto a uma transformação igualizante é um forte golpe para os defensores do sistema atual. O sistema capitalista mundial está se desagregando diante de um conjunto de vetores, sendo essa desagregação bastante sobre determinada.

Wallerstein (2005) discute de maneira breve alguns vetores importantes para o funcionamento do sistema mundial. Menciona que alguns sustentam que o processo ininterrupto de mecanização da produção terá como resultado a eliminação de empregos possíveis.

Conforme argumenta Wallerstein (2005), os empresários enfrentam dois dilemas que não possuem solução: a desruralização do mundo e a crise ecológica. O intelectual questiona a explicação de que a industrialização exige a urbanização, e aponta que isso não é verdade. Pontua que cada vez que existe um estancamento cíclico na economia mundial, um dos seus efeitos é uma menor mobilização do proletariado urbano contra o declínio de seu poder de compra, criando uma tensão que os capitalistas resistem. A organização operária cresce e começa a se mostrar perigosa, e as reorganizações sociais conquistam um momento que poderiam relançar a economia mundial sobre a base de produtos monopolizados, no entanto, falta a demanda global suficiente. Diante disso aumenta-se o salário dos trabalhadores, sobretudo dos operários, resolvendo assim, os problemas da tensão política e da falta de demanda suficiente, no entanto, a fatia de mais-valia que corresponde aos proprietários tem diminuído. Para compensar tal perda existe uma solução clássica, que é de transportar setores da atividade econômica que não são muito rentáveis para as zonas onde existe uma população rural importante.

Dessa forma, na busca de resolver os recorrentes estancamentos cíclicos, os capitalistas acabam por incentivar a deruralização parcial do mundo. Conforme Wallerstein (1997) pontua, atualmente se aproxima de um ponto onde não haverá população a ser desruralizada, estando essas populações desaparecendo de muitas regiões do mundo. Isso acarretará novas populações de baixa renda para haver compensação dos salários mais elevados de setores proletarizados anteriormente, sendo que o custo do trabalho aumentará mundialmente e os capitalistas nada poderão fazer.

Com a ecologia ocorre algo parecido. Na perspectiva de maximizar os lucros o capitalista tem dois recursos principais: não pagar bem aos operários e não pagar altos preços na produção. Isso ocorre através da externalização de custos. Conforme o estadunidense existem dois métodos principais de externalizar os custos: um deles é aguardar que o Estado acabe pagando pela infraestrutura essencial à produção e venda de mercadorias. O segundo e mais importante é o não pagamento dos custos ecológicos, como não replantar bosques ou ainda não pagar pela limpeza dos resíduos sólidos. aponta que enquanto existirem bosques e zonas ainda não utilizadas, os capitalistas ignorarão as consequências.

Um vetor que apresenta problemas para o Estado é a polarização socioeconômica, estando está cada dia mais aguda no planeta. Como consequência, Wallerstein (1997)

argumenta que haverá fortes movimentos de migração sul-norte, sendo legal ou ilegal, sem que haja mecanismos que possam impedi-lo ou limitá-lo. Além disso, o autor pondera o problema da democratização, sendo que esta não pode existir com tamanha polarização socioeconômica, nem nacionalmente, nem mundialmente. O estadunidense problematiza que a democracia é uma questão de acesso às políticas públicas e a qualidade de vida. Chama atenção às pressões constantes não só no Sul, mas também no Norte, para aumentar gastos em saúde, e educação por exemplo.

Nesse sentido, Wallerstein aponta que nas próximas décadas ocorrerá a desintegração do sistema capitalista. Os poderosos já sabem disso e já preparam várias maneiras de construção do mundo pós capitalista, uma forma de sistema histórico para manter a lógica de exploração.

Sobre a atualidade da teoria de Wallerstein, Martins (2015) aponta que o sistema mundo atualmente é mantido através dos empréstimos concedidos pelo FMI e outras instituições com sede em Washington, entre elas o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Tesouro Direto Americano, que estão vinculados à aplicação da perspectiva neoliberal ao que se nomeou de “Consenso de Washington”. O autor argumenta que a passagem do capitalismo industrial ao capitalismo financeiro, mantém e reforça o sistema mundo. Martins (2015), pondera que cada vez menos se precisa do trabalho humano. A expansão do capitalismo e dos países centrais que utilizam instituições multilaterais para manter o sistema mundo em funcionamento, aponta que o modelo do teórico do sistema-mundo está presente nas estruturas e relações assimétricas entre os países.

3.4 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DA ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO COM A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Wallerstein construiu sua concepção adotando alguns postulados da teoria da dependência, conforme o argentino Katz (2020). O autor compartilha com os dependentistas as críticas às teorias liberais, além de questionar o ocidente como um modelo a ser seguido, polemizando sobre o mito de encontrar o bem-estar simplesmente pela expansão capitalista.

Katz (2020) ressalta que o estadunidense apontou em seus escritos o impacto das trocas desiguais, descrevendo a transferência das rendas para as metrópoles, visão que dialoga com os dependentistas. Além disso, argumentou que os países desenvolvidos fornecem insumos da indústria metropolitana e que tal especialização obstruiu o desenvolvimento interno da periferia. Apontou como a industrialização das economias médias estudadas por Marini estavam ligadas com processos de industrialização global. Dessa forma, conseguiu situar a dinâmica da reprodução dos países dependentes quanto as tendências da acumulação mundial, explicando

de que forma as economias subdesenvolvidas participam em cadeias internacionais de produtos e por qual motivo apenas determinados países da periferia desenvolvem um perfil manufatureiro, conforme aponta Katz (2020)

Katz (2020) resgata que Wallerstein introduziu o importante conceito de semiperiferia para demonstrar a existência de ocorrências intermediárias que historicamente exercem como elementos de ascensão ou rebaixamento do sistema mundial. A condição de semiperiferia anunciou o declínio de antigas potências a condições de médio porte como a Espanha por exemplo, ou ainda a transição para posições de domínio mundial, como EUA e Alemanha. Tal modelo não esclareceu apenas a forma que ocorrem as transferências de renda em escala internacional, mas sofisticou os estudos sobre as alianças ocorridas entre os centros hegemônicos em que estabelecem com seus sócios subalternos a garantia de estabilidade do capitalismo ao acrescentar novas áreas ao sistema-mundo. Tal esquema foi apontado pelos dependentistas. Marini analisou as características das economias latino-americanas industrializadas e diferenciou os países puramente exportadores de matéria-prima.

Quanto as divergências, Katz (2020) destaca que os intelectuais da dependência destacam que o marxismo é um dos pontos que os separa da teoria do sistema-mundo. Wallerstein argumenta que aceita a tipificação marxista somente quando esta implica uma genética de identificação com pensamentos e atitudes radicais, sendo que não compartilha a aplicação atual de tal teoria. O estadunidense indica uma diferença na importância conferida à exploração do trabalho como pilar de diferentes regimes sociais. Nesse sentido, os minissistemas, o império mundo e a economia-mundo, não sendo produzidos a partir de tal base. Dessa forma o intelectual do sistema mundo contrapõe seus modelos ao antigo esquema que conferia ao marxismo, uma sequência de modos de produção (coletivismo primitivo, escravidão, feudalismo e capitalismo). A passagem de um sistema para outro também não é central no seu pensamento, pois tal simplificação é característica das vertentes mais dogmáticas do capitalismo. O estadunidense rejeita a divisão entre economia, ciência política, construindo seus conceitos postulando a reunificação das Ciências Sociais. O argentino também aponta que com essa abordagem ele reivindica o materialismo histórico e a primazia da economia no capitalismo. O autor argumenta:

As diferenças entre os dependentistas latino-americanos e Wallerstein também incluem visões discordantes sobre a estagnação e pauperização absoluta. Para o teórico estadunidense, essas duas características ilustram a presença de uma crise terminal da humanidade. Considera que a maioria dos trabalhadores enfrenta maiores adversidades do que há 500 anos atrás em termos de alimentação, condições de trabalho e expectativa de vida [...] as numerosas polêmicas que Marini desenvolveu para demonstrar que sua teoria não envolvia estagnação ou miséria ilustram sua discrepância com a visão de Wallerstein (KATZ, 2020, p. 160)

Por fim, o argumento dependentista estava baseado na expectativa da construção de um projeto socialista, enquanto Wallerstein só concebia esse processo como algo que pudesse ocorrer apenas globalmente, ressaltando a existência de uma única totalidade mundial. Conforme Katz (2020), o grupo latino-americano não pressupunha resultados vitoriosos, mas se colocava num campo pela construção do socialismo. A tese sistêmica não considerou essa perspectiva, pois entende que o capitalismo entrará em colapso em uma data previsível.

4 BRASIL E O AGRONEGÓCIO DA SOJA

A soja, cultura predominante no Oriente Médio, sobretudo na China, passa a se expandir para o ocidente a partir do século XVIII através de comerciantes europeus e das grandes companhias comerciais. Staevie (2004) aponta que na década de 1970, o Brasil se torna o segundo maior produtor de soja do mundo, sendo que nesse período 2/3 da produção concentrava-se no Estado do RS.

Conforme argumenta Staevie (2004), a partir da década de 1970, a indústria de esmagamento do grão sofreu um forte crescimento, tendo sido impulsionado por cotações internacionais, destacando que a agricultura da soja também sofreu transformações nesses, tomando uma forma mais moderna, onde a chamada “Revolução Verde” se apresenta como expressão desta transformação. Staevie (2004) destaca que esta modernização se inicia na realidade por volta dos anos 1950, com a instalação no país de indústrias de insumos e equipamentos agrícolas durante o plano de metas do governo Juscelino Kubitschek, sendo que somente na década de 1970 a agricultura brasileira se transforma especificamente em agricultura patronal capitalista, consolidando assim um caráter modernizante.

Staevie (2004) destaca que a partir da década de 1970, com o *boom* da soja no Brasil, a produção começa a deslocar-se de forma tímida, para uma área de nova fronteira agrícola, a região do Centro-Oeste. Nesse sentido, a cultura da soja apresenta um deslocamento na direção sul-norte, sendo que os fatores que determinaram este deslocamento foi a condição fundiária da região, com grandes propriedades, as condições climáticas mais homogêneas, a topografia da região mais plana, otimizando a mecanização das lavouras em programas governamentais e privados, voltados ao maior povoamento e desenvolvimento da agropecuária, particularmente da lavoura de grãos, da região Centro-Oeste, de acordo com Staevie (2004).

Conforme Harakiri (2014), a produção do grão da soja está entre as práticas econômicas que apresentaram maior crescimento nas últimas décadas. Tal fato pode estar atribuído a inúmeros fatores, entre eles, o desenvolvimento e estruturação de um comércio internacional vinculados com o comércio de produtos agroindustrial da soja; a solidificação da oleaginosa

como fonte de proteína vegetal, entre outros. Virgílio (2017) aponta que no Brasil, a sojicultura é atualmente o segmento mais importante da agricultura, tendo influenciado questões que excedem o processo produtivo em si, tais como os planos sobre diretrizes do setor agrícola, sobre a posição da economia do país dentro da divisão internacional do trabalho, o perfil de desenvolvimento da agroindústria, as cadeias produtivas, a exigência de produção e uso de tecnologias, ou ainda a necessidade de infraestrutura, onde mostra-se necessário identificar os processos embutidos na produção desse produto.

De acordo com a EMBRAPA¹⁵ (2022), no fim da década de 1960 o Brasil começa a ter interesse pela soja. Nesse período o trigo era a principal cultura do sul do Brasil, e a soja veio como uma opção de verão. A explosão do preço do produto no mercado mundial em meados dos anos 1970, despertou interesse dos agricultores e do governo brasileiro. O país se beneficia das vantagens competitivas em relação a outros países e desde então investe em tecnologia para a adaptação da cultura às condições brasileiras, processo esse liderado pela Embrapa. Hirakuri (2014) aponta que durante o período de 1970 e início da década de 1980, a ampliação da soja se baseou na abertura e solidificação de novas áreas para a agricultura, sendo nas regiões sul e centro-oeste. Tal expansão está relacionada a três fatores: a) mercado favorável; b) políticas de incentivo agrícola ao complexo agroindustrial nacional, c) fortalecimento de uma grande cadeia produtiva que deu a possibilidade da oferta crescente de inovações tecnológicas de produção, vinculadas com inúmeros aspectos como produção de sementes, fertilidade dos solos, pragas e doenças, entre outros, conforme aponta Hirakuri (2014).

Virgílio (2017) argumenta que no interior da cadeia da soja há elementos que promovem o sojicultor com soluções tecnológicas importantes para a produção e constituem canais comerciais essenciais para o exercício e desenvolvimento do seu mercado. Essa cadeia tem a característica de abranger um conjunto de instituições e atores organizacionais, sendo que seu crescimento gera impactos significativos no ambiente de negócios, no contexto social, ambiental, no político e econômico.

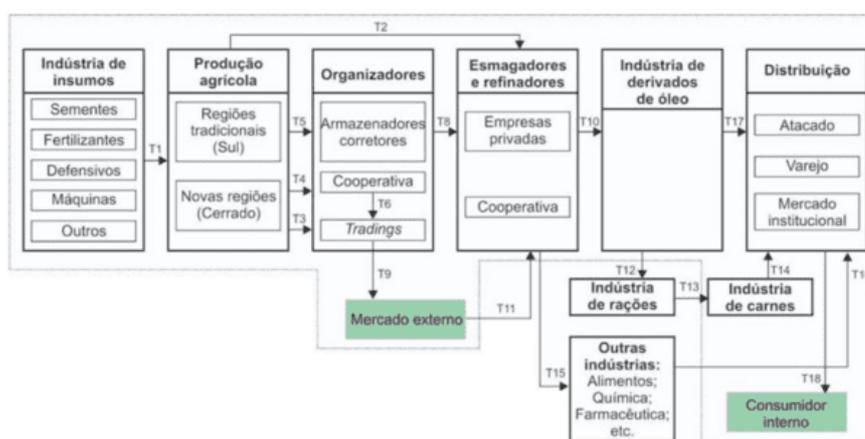
No Brasil o setor agroindustrial divide-se em inúmeras etapas que fornecem suporte e dão sequência ao elo mais fraco, e, consecutivamente, central da cadeia produtiva, ou seja, a produção da soja em grão. Virgílio (2017) aponta que a competitividade da produção se sujeita na busca pela competitividade na aquisição de insumos, que no Brasil, tem o aspecto de corresponder a uma rede de fornecedores com alto grau de concentração e internacionalização que prejudica o potencial de intervenção dos produtores agrícolas em características que

¹⁵ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

interferem diretamente a estrutura do custo de produção, e nas condições da comercialização.

Segue abaixo os segmentos que constituem a cadeia de soja no Brasil.

Figura 01 – Delimitação da Cadeia Produtiva da Soja no Brasil



Fonte: Lazzarini e Nunes (2000, p. 215, *apud* Oliveira *et al.*, 2020, p. 3).

Oliveira (2020) aponta que o esquema acima também ilustra as transações que ocorrem entre os segmentos, sendo que “para a soja em grãos há a possibilidade de importação por drawback (T11) e o produto se relaciona com a indústria de carnes (T13), além de processados que podem se destinar a outras indústrias.

4.1 O SISTEMA DE TRANSPORTE DE CARGAS

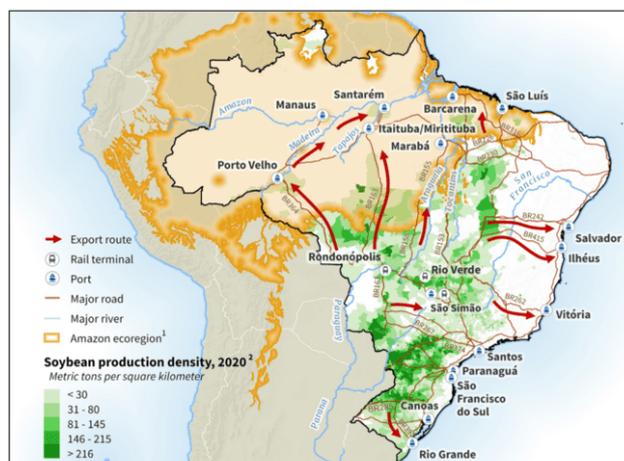
Nesta seção serão respondidas algumas questões do objetivo específico número 1, no que tange aos principais modais de transporte da soja.

O Brasil é o principal concorrente dos Estados Unidos no mercado mundial das oleaginosas. Conforme Salyn (2021) a competitividade do Brasil baseia-se na melhoria contínua de suas infraestruturas de transporte, na perspectiva de reduzir os custos. Soma-se a isso os baixos custos de produção, o aumento da área plantada, a alta produtividade e a moeda desvalorizada. Tanto os produtores brasileiros, quanto os norte-americanos, utilizam os mesmos métodos avançados de produção e tecnologia, sendo que a soja produzida em ambos os países é relativamente intercambiável para os compradores.

Desde 2013, o país sul americano conquistou vantagem de custo suficiente para superar as exportações dos EUA, tornando-se o maior exportador de soja do planeta, no entanto, os EUA continuam com uma parte significativa das exportações. Depois do Brasil e dos EUA como maiores exportadores, seguem Argentina, Paraguai e Canadá, sendo que a China representa o maior mercado para o comércio mundo, conforme Salyn (2020).

Os principais modais de transporte no país são: rodoviário, ferroviário e hidroviário.

Mapa 01 – Principais rotas de exportação da soja (2020)



Fonte: Salyn (2021, p.41)

4.1.2 O sistema rodoviário de transporte

Conforme Neto (2015), a integração de regiões brasileiras ocorreu sob a ótica da construção de rodovias, sendo que o uso de outros modais foi postergado, tendo ficado na espera de projetos de hidrovias e ferrovias. O autor argumenta que no Brasil o modal rodoviário abrange aproximadamente 60% do transporte de grãos do país. De acordo com Salyn (2021), o sistema rodoviário do Brasil se estende por 1.562.682 quilômetros, com quase 14% pavimentado. Conforme o Plano de Transporte e Logística de CNT¹⁶, publicado em 2018, o transporte rodoviário, embora com domínio na repartição modal, apresenta uma infraestrutura com problemas que são decorrentes da deficiência de planejamento, além da execução e manutenção CNT (2018). O estudo aponta dados de 2017, onde a qualidade geral das rodovias avaliadas classificou como regular, ruim ou péssimo correspondeu a 61,8%. Neto (2015) argumenta que o transporte rodoviário é de suma importância no *mix* logístico, e que os problemas podem ser minimizados com desenvolvimento de projetos de infraestrutura.

4.1.3 O sistema ferroviário de transporte

Conforme CNT (2018), ao longo dos séculos XIX e XX, os primeiros passos ferroviários foram desenvolvidos através do setor privado. O transporte mostrou-se eficiente ao escoamento crescente da produção. No ano de 1922, o sistema ferroviário já tinha

¹⁶ Confederação Nacional do Transporte

aproximadamente 29 mil quilômetros de extensão.

Neto (2015) aponta que o modal ferroviário é o segundo mais utilizado no Brasil, sendo responsável pelo transporte de mercadorias de baixo. Conforme o autor, o transporte ferroviário teve perdas significativas nos últimos anos, tendo perdido 66.000 km de malha ferroviária na década que antecedeu o ano de 2014. Segundo Salyn (2021), o sistema ferroviário do Brasil é composto por 12 ferrovias, com extensão de 18.943 milhas, estando concentradas principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Mapa 02 – Expansão Ferroviária Brasileira: projetos em andamento (2020)



Fonte: Salyn (2021, p.62)

Um problema apresentado do sistema ferroviário brasileiro é o sistema de bitolas (distância entre dois trilhos), que possui uma variação de acordo com a região, sendo um empecilho para a integração das regiões, de acordo com Salyn (2021).

Mapa 03 – Sistema Ferroviário Brasileiro: tamanho de bitolas



Fonte: Salyn (2021, p.63)

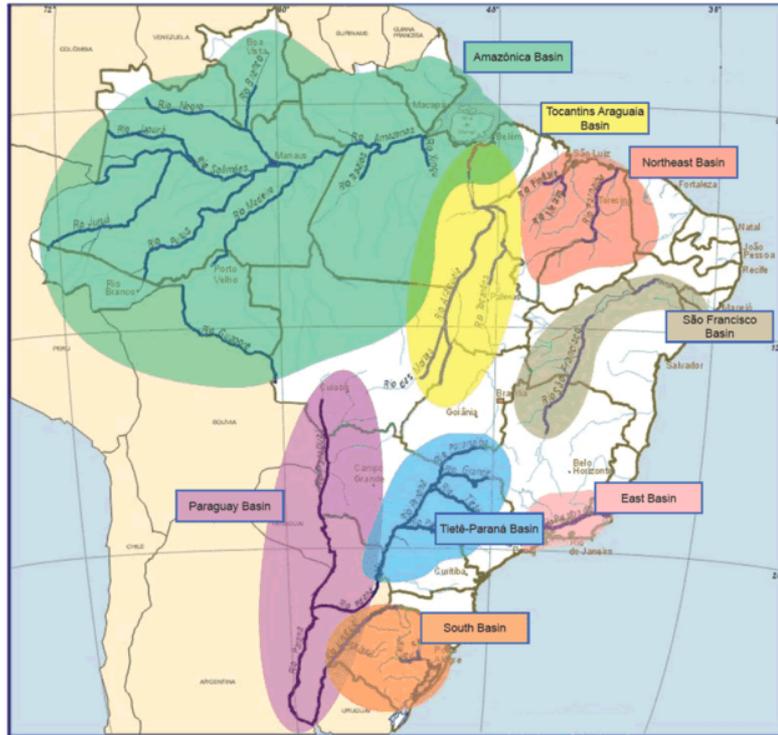
Conforme Neto (2015), o transporte ferroviário tem a característica de transportar grandes volumes com boa eficiência energética, principalmente nas médias e longas distâncias. Argumenta também que o modal apresenta maior segurança em relação ao rodoviário, possuindo um menor número de acidentes e menor incidências de furtos ou roubos, e pontua, que o modal ferroviário é pouco explorado no país.

4.1.4 O sistema hidroviário de transporte

De acordo com Salyn (2021), o Brasil possui 62.999 km de águas superficiais de rios e lagos, sendo 43.999 km de rios navegáveis. Deste total, 19.463 km são navegados comercialmente. Neto (2015) destaca a importância do modal hidroviário no deslocamento de produtos não perecíveis, entre eles os minérios, cascalhos, carvão, grãos, entre outros.

O sistema fluvial do Brasil compreende oito bacias. Conforme Salyn (2021) elas são: Amazônica, Nordeste, Tocantins Araguaia, São Francisco, Leste, Tietê Paraná, Paraguai e Sul. As bacias Amazônica e Paraguai representam 72% da área total das bacias brasileiras. A Bacia Paraguai, por exemplo, atende Argentina, Paraguai e Uruguai.

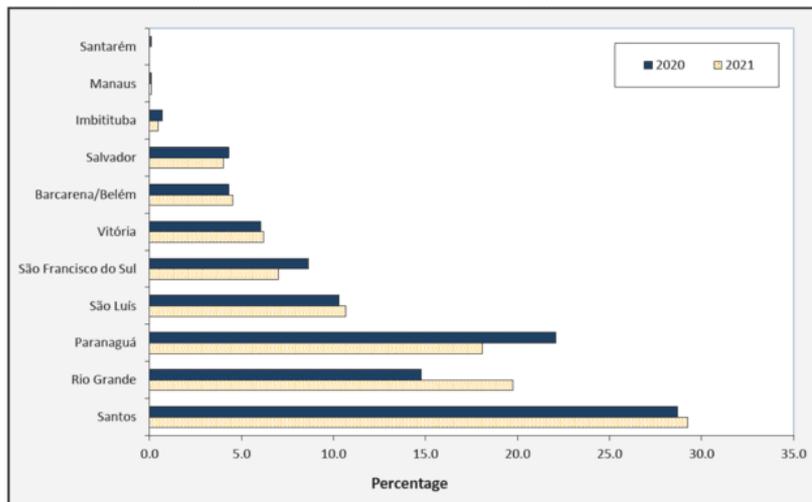
Mapa 04 – Bacias hidrográficas brasileiras



Fonte: Salyn (2021, p. 56)

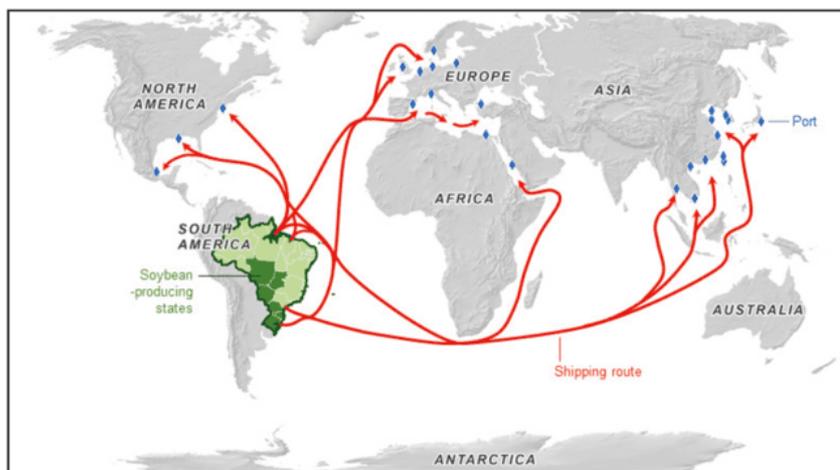
Os portos de Santos, Rio Grande, Paranaguá e São Francisco, dominam o comércio de soja do Brasil para a China, e corresponderam a 74% das exportações para o Grande Asiático em 2021. Os portos do Nordeste de São Luís, Vitória, Salvador e Barcarena responderam por 25% das exportações de soja para a China em 2021. O porto fluvial de Manaus respondeu por 0,1% deste total Salyn (2021).

Gráfico 01 – Exportações de soja do Brasil para a China por porto. (2020-21)



Fonte: Salyn (2021, p. 48)

Mapa 05 - Rotas Mundiais da Exportação da soja brasileira



Fonte: Salyn (2021, p. 42)

De acordo com a CNT (2018), o desenvolvimento do sistema portuário no Brasil, possui bases no Decreto de Abertura dos Portos, que foi promulgado por Dom João VI no ano de 1808. Através deste decreto, o sistema portuário, que era restrito ao comércio de Portugal, foi aberto às Nações Amigas. Posteriormente, em 1934, criou-se o Departamento Nacional dos Portos e Navegação. Em 1993, ocorreu a Lei de Modernização dos Portos (Lei nº 8.630/1993), que acabou por definir os papéis de autoridade portuária, do operador portuário e do Estado na atividade de gestão e regulação do setor. A lei fomentou as concessões e arrendamento dos portos.

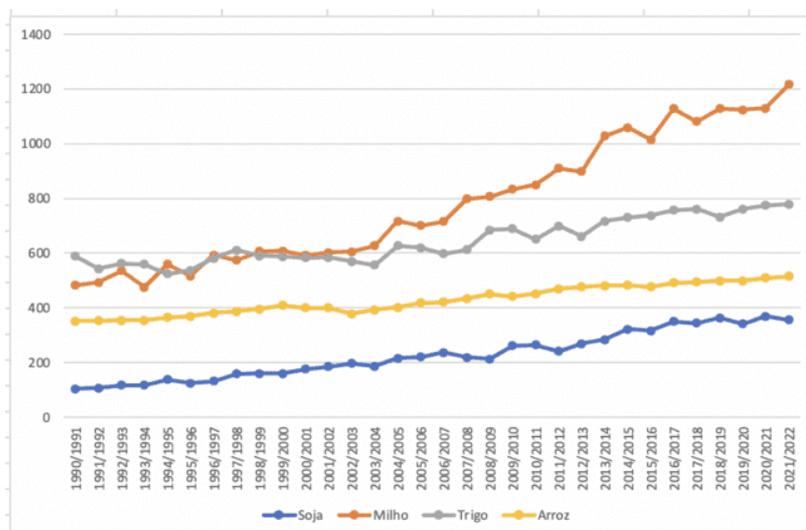
4.2 A EXPANSÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO DE SOJA NO MUNDO E NO BRASIL

4.2.1 A expansão mundial da soja

Nesta seção e nas seções 4.2.2 e 4.2.3 serão apontados os elementos para responder parte objetivo específico 1, ou seja, de como se deu a expansão da produção de soja no Brasil e no mundo, e, além disso, as projeções futuras para a produção e área de produção para os próximos anos.

Hirakuri (2014) aponta que atualmente a soja é parte de um conjunto de atividades que é destaque no mercado internacional. O grão tem sido o quarto mais consumido mundialmente, ficando atrás do milho, trigo e arroz. É a principal oleaginosa do mundo. Cerca de 90% dos grãos consumidos, acabam sendo destinados ao processo de esmagamento, virando farelo e óleo de soja, gerando matéria-prima para a fabricação de rações. Nesse sentido, a demanda pela soja em grão e seu derivado principal é dependente do mercado de carne. Segue abaixo o gráfico da evolução da produção de soja no período de 1990/91 a 2021/22.

Gráfico 02 - Evolução da produção mundial de soja de 1990/91 a 2021/22 (em MT)



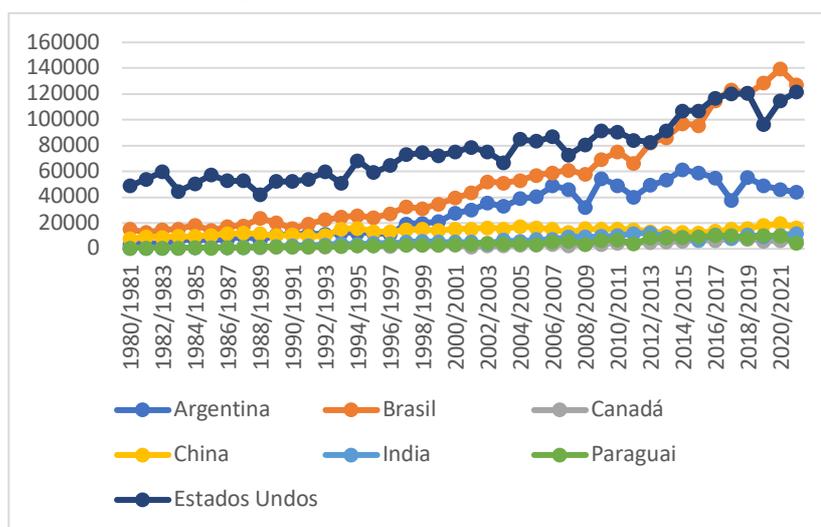
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do USDA (2022).

Verifica-se que entre os anos de 1990/91 e 2022/23, houve um forte crescimento na produção mundial de soja em 375,11%.

De acordo com Hirakuri (2014), o forte incremento da soja está atribuído a inúmeros aspectos distintos, e destaca os seguintes:

1. O grão apresenta elevado teor de proteínas (em torno de 40%) de excelente qualidade, tanto para a alimentação quanto humana;
2. A oleaginosa possui considerável teor de óleo (ao redor de 20%), usado para diversos fins, tais como alimentação humana e produção de biocombustíveis;
3. A soja é uma *commodity* padronizada e uniforme, podendo, portanto, ser produzida e negociada por produtores de diversos países;
4. O cultivo da soja é totalmente mecanizado e bastante automatizado;
5. A *commodity* é a fonte de proteína vegetal mais consumida para produzir proteína animal. Não obstante, seu óleo também assume papel importante ao ser o segundo mais consumido mundialmente, atrás apenas do óleo de Palma. Esses mercados sólidos garantem a soja alta liquidez;
6. Houve expressivo aumento da oferta de tecnologias de produção que permitiram ampliar significativamente a área e a produtividade de oleaginosa, sobretudo a partir dos anos 2000 (HIRAKURI, 2014, p. 13)

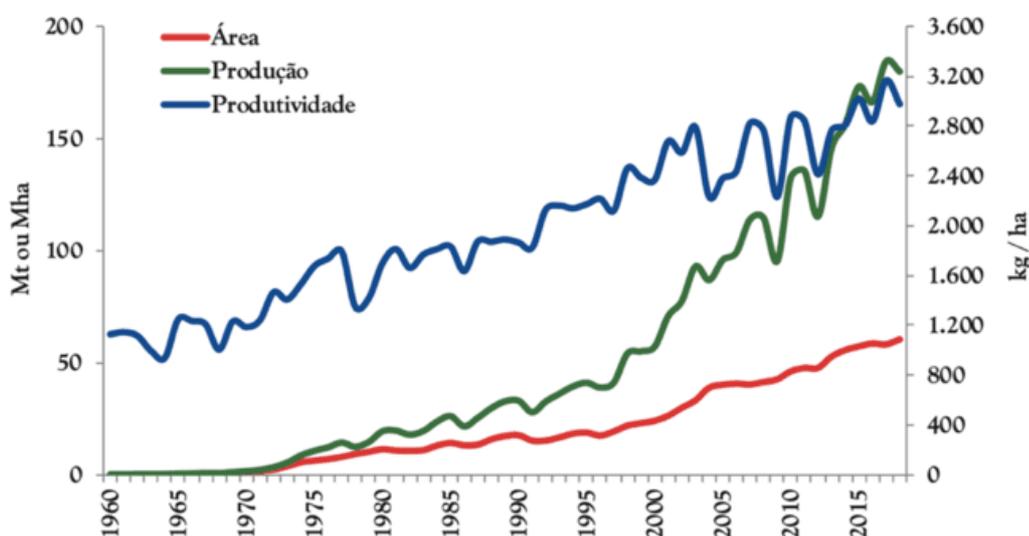
O consumo do grão concentra-se principalmente em três países: Estados Unidos, Brasil e Argentina. Um estudo da EMBRAPA, realizou um comparativo da produção mundial dos principais países produtores desde a década de 1960 até 2015, apontando que países como a China, Índia, além de novos produtores, como por exemplo o Paraguai e Canadá, formam um grupo relevante na produção de soja na escala global, onde junto de outros países de menor participação neste mercado, diluíram, com a participação dos EUA, conforme aponta Gazonni (2018). Abaixo pode se verificar os principais produtores de soja entre os anos de 1980/81 à 2020/21.

Gráfico 03 – Produção dos principais países produtores de 1980/81 a 2020/21 (em MT)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do USDA (2022)

De acordo com Hirakuri (2018), é importante salientar que para determinadas regiões onde predomina o clima temperado, como a Argentina, os ganhos de produtividade foram inferiores aos de produção alcançados diante da adaptação dessa espécie em regiões de baixa latitude e às condições do cerrado brasileiro.

Conforme o autor, os países associados ao Mercosul, compõe a principal região produtora de soja no planeta, conforme aponta Gazonni (2018). Essa expansão da soja, foi responsável por elevar a produção de outros grãos, especialmente o milho, que também é utilizado no grupo de insumos para a formulação de rações para a alimentação de animais produtores de carne.

Gráfico 04 – Evolução da soja no Mercosul

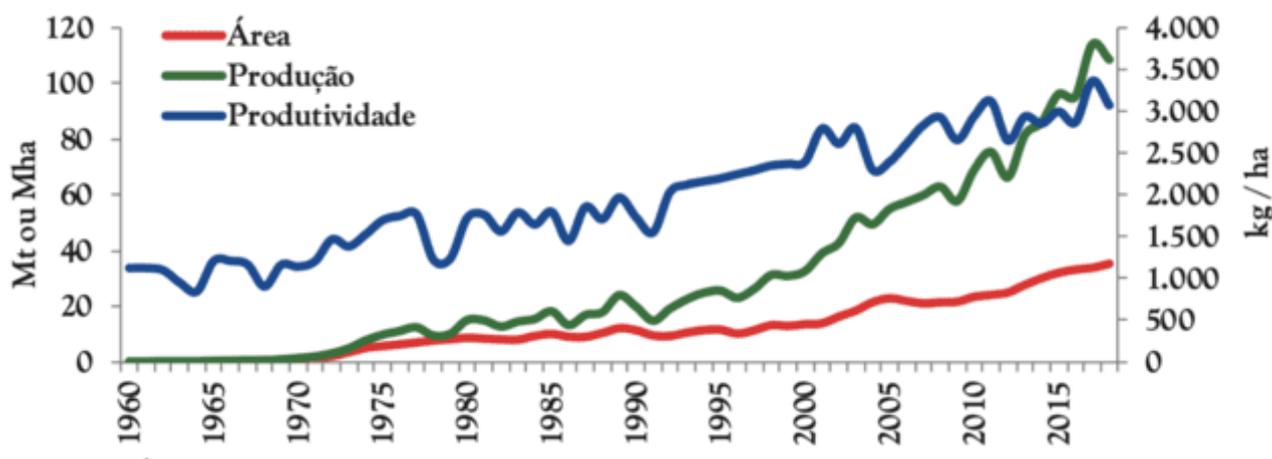
Fonte: Gazonni (2018, p. 36)

4.2.2 A expansão da soja no Brasil

O primeiro registro de soja ocorrido no Brasil foi em 1882 por Gustavo D'Utra, tendo fracassado pelo fato de que a variedade da soja naquele período era adaptada exclusivamente para climas frios. O Grão somente teve êxito quando introduzida no Rio Grande do Sul, na região de clima subtropical. O primeiro cultivo comercial ocorreu na cidade de Santa Rosa (RS), foi somente a partir dos anos 1940 que ela assumiu alguma importância, de acordo com Gazonni (2018)

A trajetória de crescimento no cultivo ocorreu no início dos anos 1960, tendo ampliado sua área em 5,5 vezes somente na primeira década, sendo que desse total 98% foram produzidos nos três Estados da Região Sul. Conforme Gazonni (2018), o período entre 1960 e 2018 o avanço da área cultivada foi de 14.668%, a produção cresceu 41.697% e a produtividade se ampliou em 201% no mesmo período.

Gráfico 05 – Área, produção e produtividade da soja no Brasil

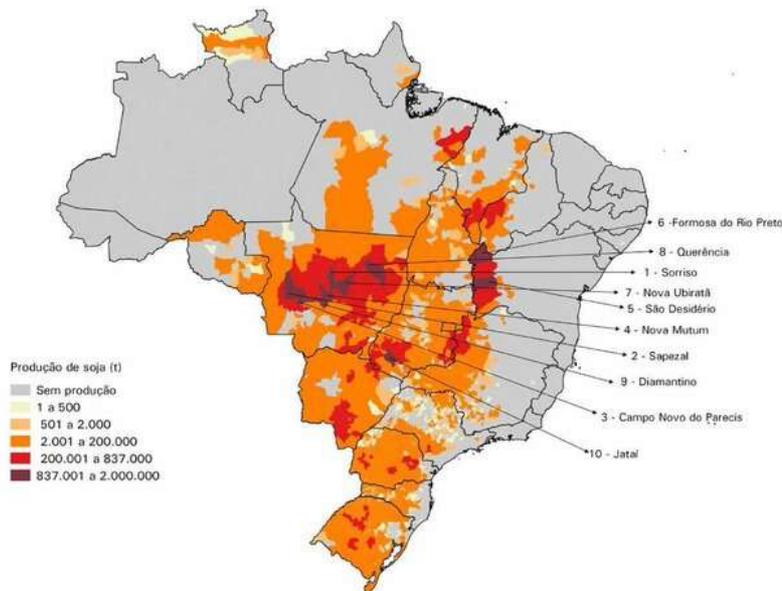


Fonte: Gazonni (2018, p. 70)

A partir dos anos 2000, é possível verificar um forte incremento na produção de soja, sendo que o milho também ganha impulso no período. Gazonni (2018) argumenta que isso se deve a um sistema em que a soja é cultivada como primeira cultura, com semeadura no início da primavera, e o milho como um cultivo posterior. Tal sistema ocupa a terra em parte da primavera, e no outono e verão, especialmente em áreas subtropicais e tropicais a partir do Norte e do Oeste do Paraná até a região norte do país.

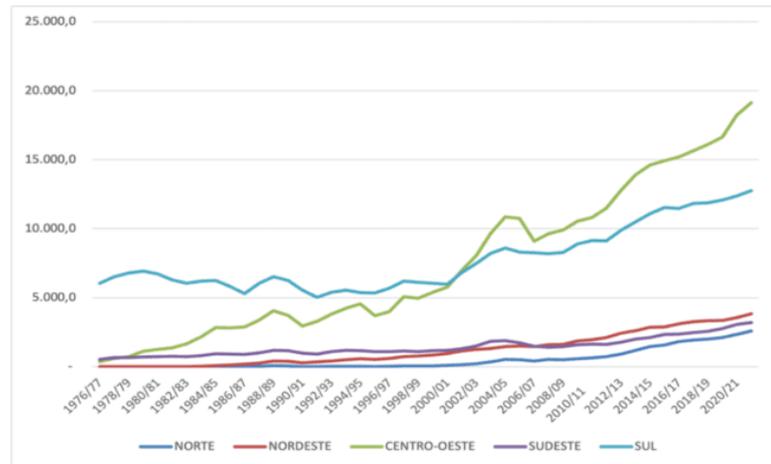
A partir do mapa 06, é possível verificar a visualização da distribuição do produto pelo Brasil. Facilita a identificação das áreas de expansão como Roraima, Pará ou ainda norte de Rondônia, conforme aponta Gazonni (2018).

Mapa 06 – Distribuição espacial da área de soja no Brasil – safra 2014/2015



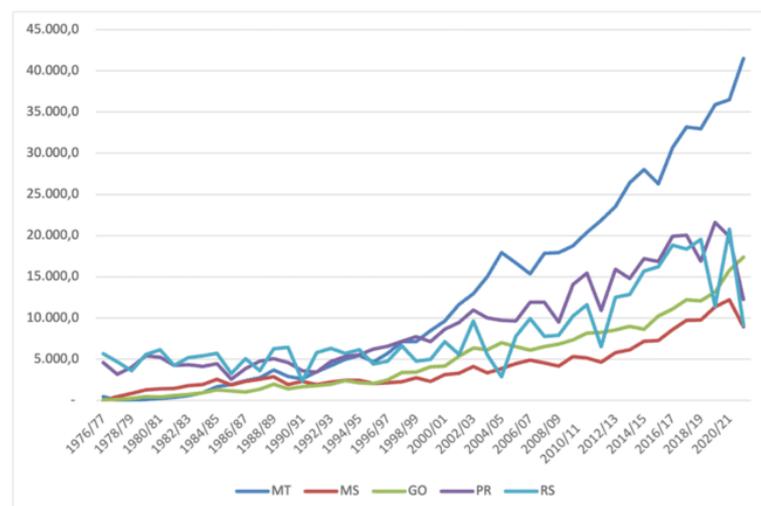
Fonte: IBGE (2015)

Conforme pode ser observado no gráfico 06, as regiões sul e centro-oeste concentram 77% da área nacional de soja. É possível observar que na última década (2011 a 2021) a região norte teve uma área de produção ampliada em 359,1%, a região Nordeste o número foi de 180,5%, no sudeste foi de 199,1%, enquanto no Centro-Oeste e Sul os números são de 176,9% e 140,1% respectivamente, conforme Gazonni (2018). É importante ressaltar que em área total as regiões Sul e Centro-Oeste foram as que mais ampliaram o território de produção, embora seja possível verificar que a região norte o plantio de soja avança sobre a Amazônia, conforme pode ser observado no mapa 06.

Gráfico 06 – Série histórica de área plantada por região – safras 1976/77 a 2021/22

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CONAB (em mil hectares).

O principal produtor de soja do Brasil é o Estado do Mato Grosso, estado que conta com a terceira maior área territorial do país. Conforme Hirakuri (2014), a oleaginosa foi introduzida no estado na década de 1970. Conforme o autor pontua, nas décadas de 1970 e 1980, Mato Grosso era considerado um estado longe dos grandes centros, considerando que os solos eram menos aptos para a agricultura, sendo possível nesse contexto encontrar terras com preço abaixo de outras regiões economicamente mais desenvolvidas do país. No entanto, os programas de desenvolvimento do cerrado, que tiveram apoio de instituições público-privadas, realizaram inovações tecnológicas avançadas que permitiram o desenvolvimento de tecnologias que permitiram do plantio para essas regiões também, conforme aponta Hirakuri (2014). Conforme pode ser observado, no ano de 2000, o Estado já possuía a maior produção do país.

Gráfico 07 – Série Histórica de produção nos principais estados (safra 1976/77 a 2021/22)

Fonte: elaboração própria a partir de dados da CONAB (em mil toneladas).

4.2.3 Projeções de expansão

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento realizou um estudo que oferece projeções da produção de soja para os próximos anos, destacando as cinco principais regiões do país. É possível observar que tais projeções apontam reduções de áreas referente a outros alimentos como o arroz e o feijão, e o aumento da área plantada de soja, conforme pode ser conferido na tabela 01. O estudo do MAPA¹⁷ também apontou que o PIB do agronegócio brasileiro alcançou recordes nos anos de 2020 e 2021, conforme MAPA (2022). Em 2022, o PIB do setor registrou uma queda de 0,8% no primeiro trimestre, estando relacionado em boa parte pelos custos dos insumos no setor agropecuário e agroindustrial. Com o atual conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciado em 23 de fevereiro de 2022, muitas situações adversas surgiram, entre elas o alto preço dos fertilizantes dos quais o Brasil possui dependência externa.

Tabela 01 – Brasil Área Plantada com 5 principais grãos

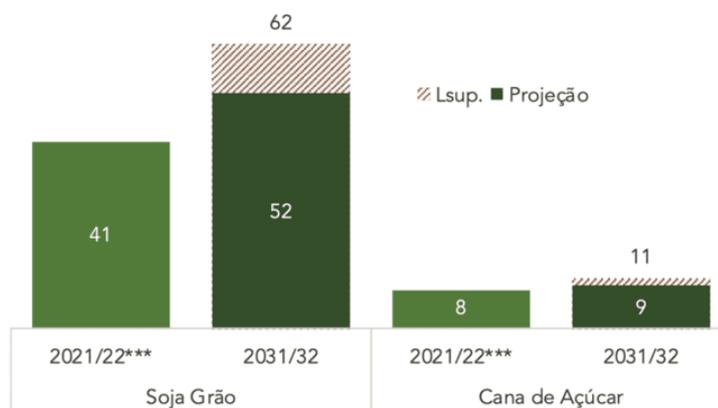
	Mil hectares										
	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Arroz	2.820	2.427	2.400	2.373	2.295	2.008	1.981	1.972	1.703	1.666	1.679
Feijão	3.990	3.262	3.075	3.366	3.024	2.837	3.180	3.172	2.922	2.927	2.923
Milho	13.806	15.178	15.829	15.829	15.693	15.923	17.592	16.616	17.493	18.527	19.944
Soja	24.181	25.042	27.736	30.173	32.093	33.252	33.909	35.149	35.874	36.950	39.531
Trigo	2.166	1.895	2.210	2.758	2.449	2.118	1.916	2.042	2.041	2.342	2.739
Total	46.964	47.804	51.250	54.499	55.554	56.138	58.578	58.952	60.032	62.411	66.817
	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25	2025/26	2026/27	2027/28	2028/29	2029/30	2030/31	2031/32
Arroz	1.618	1.601	1.494	1.371	1.280	1.196	1.099	1.000	906	812	717
Feijão	2.854	2.824	2.678	2.581	2.485	2.388	2.292	2.195	2.098	2.002	1.905
Milho	21.582	22.126	22.401	22.676	22.951	23.226	23.501	23.776	24.051	24.326	24.601
Soja	41.452	42.401	43.395	44.408	45.428	46.453	47.478	48.504	49.531	50.557	51.584
Trigo	2.822	2.871	2.920	2.969	3.018	3.068	3.117	3.166	3.215	3.264	3.313
Total	70.328	71.823	72.888	74.005	75.163	76.330	77.486	78.641	79.801	80.961	82.120

Fonte: MAPA (2022, p. 18)

Conforme pode ser observado na tabela 01, a área de soja deverá se ampliar em 113,3% e a de milho em 78,2%, passando de 24,2 milhões de hectares na safra de 2010/11 para 51,6 milhões de hectares na safra de 2031/2032. No gráfico 08, pode se observar as projeções de expansão da área em cana de açúcar e soja, sendo estas duas atividades que podem competir por área com outras atividades. Essas duas atividades devem apresentar uma expansão de área plantada de 11,0 milhões de hectares, sendo 10,0 milhões de soja.

¹⁷ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Gráfico 08 – Produção, consumo e exportação de soja (mil toneladas)



Fonte: MAPA (2022, p. 43)

4.3 O IMPACTO DA CHINA NA ECONOMIA BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA

4.3.1 Comércio externo latino-americano com a China

Nesta seção e na seção 4.3.2, serão abordados os elementos que visam responder a parte objetivo específico 2, de como a relação da China com a América Latina, aprofunda a dependência estrutural destes países com o Grande Asiático, em especial o caso brasileiro.

Nos últimos anos é possível verificar uma ampliação relevante das relações comerciais da China com os países latino-americanos. Hirakuta *et al.*, (2012) refletem que a China passou de parceiro com pouca representatividade nos anos 1990 e passa a ser um dos principais parceiros comerciais da região. Os EUA foi o principal parceiro dos países da América Latina, respondendo por 34,4% da conta corrente total em 2009, refletindo uma redução de 9 pontos em relação aos anos 1990. A União Europeia também caiu próximo a 9 pontos. Tal movimento ocorre num período em que o Gigante Asiático vem ganhando força no comércio mundial.

Conforme Hirakuta *et al.*, (2012) abordam, a pauta exportadora da América Latina para a China é bastante concentrada, onde a categoria “matérias-primas não comestíveis exceto combustíveis”, respondeu em 2009 por 55% das exportações da região. Nesse caso, fica evidente pelo “indicador de especialização comercial”, que compara as estruturas setoriais do comércio bilateral com as estruturas do comércio total chines.

De acordo com Hirakuta *et al.*, (2012), a análise do comércio entre os países latino-americanos e a China por intensidade tecnológica, demonstra de forma evidente a especialização das duas regiões. Há, portanto uma heterogeneidade estrutural, conforme já foi apontada pelos teóricos deste trabalho. Enquanto as exportações chinesas se concentram em

produtos de alta e de média complexidade, as importações que o país faz da América Latina concentram-se principalmente em commodities primárias. Isso é reflexo das estratégias produtivas chinesas, que fizeram que a pauta exportadora progredisse em direção a produtos com maior intensidade tecnológica, conforme argumentam Hirakuta *et al.*, (2012).

Tabela 02 – Comércio exterior América Latina – China, segundo a intensidade tecnológica dos produtos, 2009 (em % do total)

Classificação	Exportações chinesas para:		IEC	Importações chinesas para:		IEC
	AL	Mundo		AL	Mundo	
Commodities primárias	2,6	4,6	0,57	74,1	22,0	3,36
Intensivo em trabalho/rec. naturais	23,1	25,2	0,91	1,2	3,3	0,37
Baixa Intensidade	11,3	9,8	1,16	3,2	4,4	0,71
Média Intensidade	22,6	18,9	1,19	1,8	18,4	0,10
Alta Intensidade	35,6	37,5	0,95	8,9	37,5	0,24
Não classificado	4,9	4,0	1,22	10,9	14,4	0,76
Total Geral	100,0	100,0	1,00	100,0	100,0	1,00

Fonte: Hirakuta *et al.*, (2012)

Conforme se observa, as exportações chinesas para a América Latina se concentram em intensivos em “trabalho/rec. naturais, média intensidade e alta intensidade”, enquanto as importações se concentram em 74,1% em commodities primárias. Há uma troca desigual nesse contexto, pois enquanto a China exporta bens com maior intensidade tecnológica, maior produtividade do trabalho, a América Latina se pauta na exportação com pouco ou nenhum valor agregado.

4.3.2 Relação externa do Brasil com a China e as trocas desiguais

Nos últimos 30 anos ocorreram importantes transformações nos transportes, comunicação, processamento de dados. A China tem realizado fortes investimentos no Brasil desde o ano 2000, principalmente nos setores primário-exportadores como petróleo, minerais e soja.

De acordo com Baumann *et al.* (2021), examinando a cooperação do Brasil com a China, identifica-se a construção de uma infraestrutura como uma das prioridades dessa cooperação bilateral, ponto em que os dois países são bastante complementares. As empresas chinesas se tornaram atores na edificação da infraestrutura brasileira, concentrando as operações em portos, eletricidade e transporte. Baumann *et al.* (2021) apontam dois exemplos:

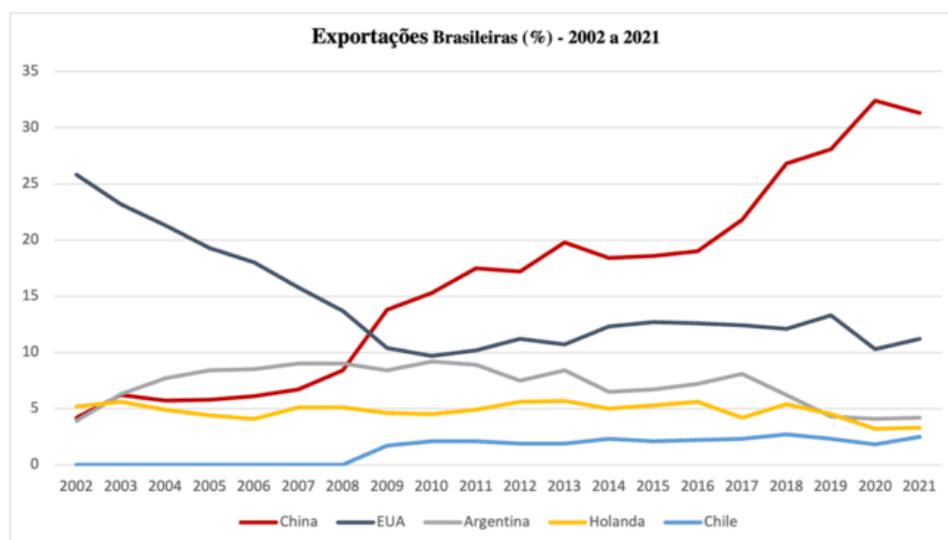
- Na construção portuária, o China Merchants Group e o China Communications Group estabeleceram importantes plataformas logísticas no sul e no norte do Brasil, a saber, o Porto de Paranaguá e o Porto de São Luis, a fim de aumentar a eficiência desses portos e facilitar o transporte de mercadorias – principalmente a importação da soja brasileira – e estimular a economia da região Nordeste do Brasil.
- Em eletricidade, a China Three Gorges Corporation e a State Grid Corporation of China vêm operando e expandindo sua influência no Brasil. Ambas entraram no mercado brasileiro por meio da aquisição de participações em empresas brasileiras de eletricidade (BAUMANN *et al*, 2021, p. 25).

É possível verificar que essa construção de infraestrutura com cooperação chinesa, amplia as estruturas por onde deve ser escoada a produção primária de baixo valor agregado, principalmente a soja, conforme poderá ser verificado mais adiante.

Baumann *et al*, (2021) sustentam que os setores de construção de engenharia, construção de comunicações, projetos petroquímicos e projetos de construção em geral são os preferidos de projetos contratados de empresas chinesas, sendo que o Brasil é o principal mercado para essas empresas investirem em infraestrutura quanto aos países latino-americanos. Conforme Baumann *et al*, (2021), nos últimos anos houve investimentos chineses em projetos importantes como o “Paranaguá Porto e Porto de São Luis, Fase I e II da Hidrelétrica de Belo Monte _+800kV UHV DC Transmissão, Projeto da Estação de Processamento de Gás Natural UPGN, exploração do bloco de petróleo do pré-sal, etc.” Baumann *et al*, (2021).

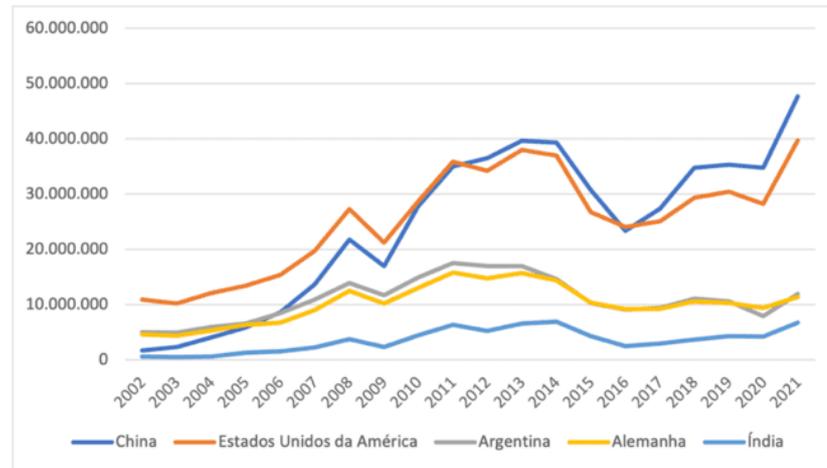
Nos últimos anos o comércio bilateral entre China e Brasil continuou a crescer, sendo que a China possui um déficit comercial com o Brasil, conforme pode ser analisado no gráfico 09, comparando com outros quatro principais parceiros comerciais.

Gráfico 09 – Crescimento do comércio de exportação do Brasil para a China e principais parceiros de 2002 a 2021 em percentual



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TradeMap (2022).

Gráfico 10 – Crescimento do comércio de importação do Brasil com a China e principais parceiros de 2002 a 2021 em valores (US\$)

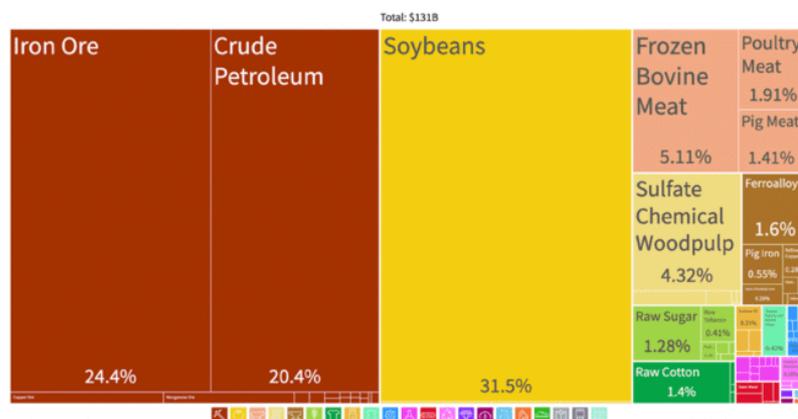


Fonte: elaboração própria a partir de dados do TradeMap (2022).

Através dos gráficos 09 e 10 é possível verificar o impulsivo crescimento das relações comerciais entre China e Brasil. De 2002 a 2021 o Grande Asiático saltou de um patamar de 4,2% de participação das exportações brasileiras, saltando para 31,3% em 2021. O mesmo pode ser observado no total de importações brasileiras saltando de 1,7 bilhão em 2002 para 47,7 bilhões em 2021, um salto de 2.805,7% no período analisado.

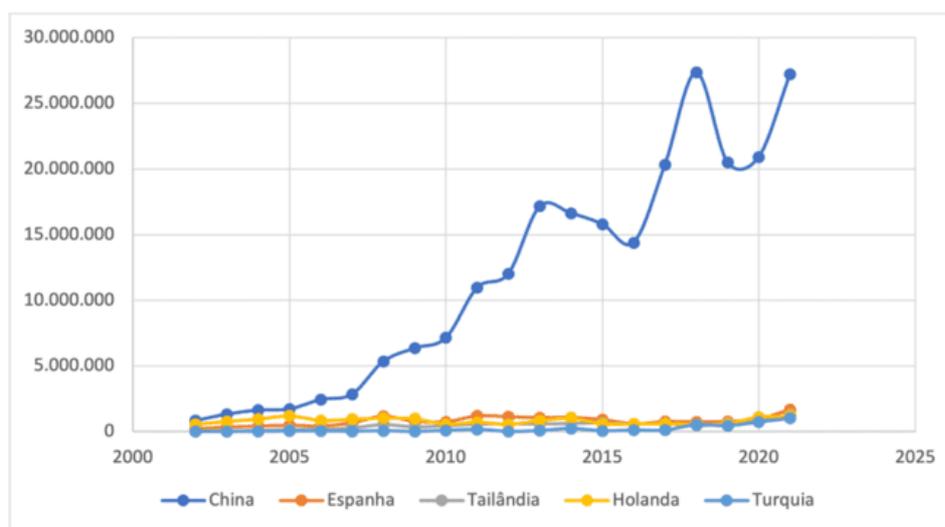
Apesar do vertiginoso crescimento nas relações comerciais de ambas as nações, essas comercializações ocorrem de maneira desproporcional. Enquanto o Brasil exporta basicamente matérias primas com baixo ou nenhum valor agregado, importa do país asiático mercadorias com maior intensidade tecnológica e maior produtividade do trabalho. O principal produto de exportação brasileiro é a soja, conforme já foi citado anteriormente.

Figura 02 – Representatividade de produtos das exportações brasileiras para a China (2019,2020)



Fonte: OEC (2022).

Gráfico 11 - Exportação da soja brasileira para os principais compradores 2002 a 2021(US\$)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TradeMap (2022).

A partir dessa análise de dados, nota-se uma situação preocupante, com uma tendência de especialização da economia brasileira focada num único produto, a soja. A expansão da produção, a substituição de outras culturas em prol da soja e a exploração de áreas até então preservadas contribui para a reprimarização da economia brasileira diante da divisão internacional do trabalho. O produto brasileiro é vendido em sua grande maioria em grãos, sem um processo de maior agregação. Conforme poderá ser verificado a seguir, o Brasil tem perdido no decorrer dos anos a participação da indústria no PIB, com o fortalecimento da produção primária e exportação de commodities. Embora haja um aumento tanto das áreas de produção, quanto na quantidade produzida por hectare, esse benefício não reflete numa melhora de vidas dos trabalhadores.

De acordo com Virgílio (2017), A China realiza um esforço no sentido de beneficiar o próprio produto, pois não tem interesse em adquirir derivados, agregando valor ao produto brasileiro dentro de seu território, e nesse sentido a atuação do Brasil em outros mercados como o farelo e o óleo de soja ficam mais restritos. Além do fato do país não agregar valor ao produto para exportação, há outro fator importante a se considerar, que a dependência externa dos insumos para a produção.

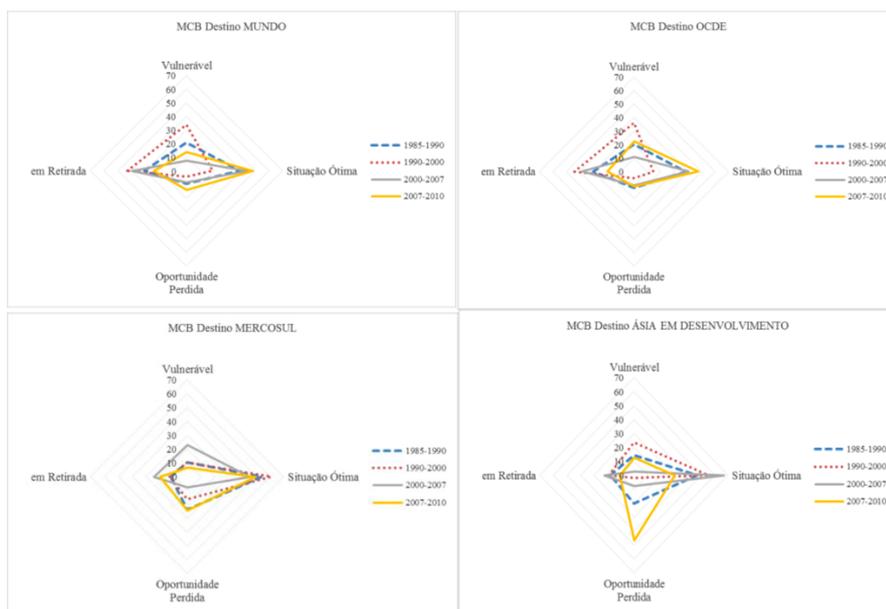
Essa relação assimétrica na pauta exportadora entre Brasil e China é estendida a outros países também. Quando se busca dados da pauta de importação e exportação do Brasil com o resto do mundo, é possível perceber que o Brasil mantém a especialidade de exportação de bens primários e importação de manufaturados.

Fernández e Curado (2019), em artigo publicado na Revista Economia e Sociedade,

analisam a evolução da estrutura de exportações da Argentina e Brasil entre 1985 e 2010 a partir da Matriz de Competitividade de Fajnzylber e Mandeng¹⁹, apontando que os mercados dos países emergentes favorecem as exportações mais dinâmicas e competitivas da Argentina e Brasil, enquanto as exportações brasileira e argentinas ao Mercosul são compostas por manufaturas mais sofisticadas, as exportações aos países asiáticos em desenvolvimento são quase na totalidade de recursos naturais e commodities, destacando que nos períodos analisados o Brasil, nos períodos analisados, possui a presença de exportações em situação Ótima, com os países do Mercosul, sobretudo quando diferenciados em termos qualitativos.

Conforme argumentam Fernández e Curado (2019), entre os efeitos causados pelo efeito China nas economias latino-americanas, está o de reprimarização do padrão das exportações. Os autores apontam que, os recursos naturais aparecem como armadilha à nova inserção no mundo. Além disso, a concorrência da China nos produtos manufaturados em mercados domésticos e terceiros mercados, tornou-se mais forte após a crise internacional de 2008-2009, reforçando o processo de reprimarização dessas economias, apontam Fernández e Curado (2019).

Gráfico 12 - Matriz de competitividade Brasil 1985-2010 (por destino, em % das exportações no ano final)



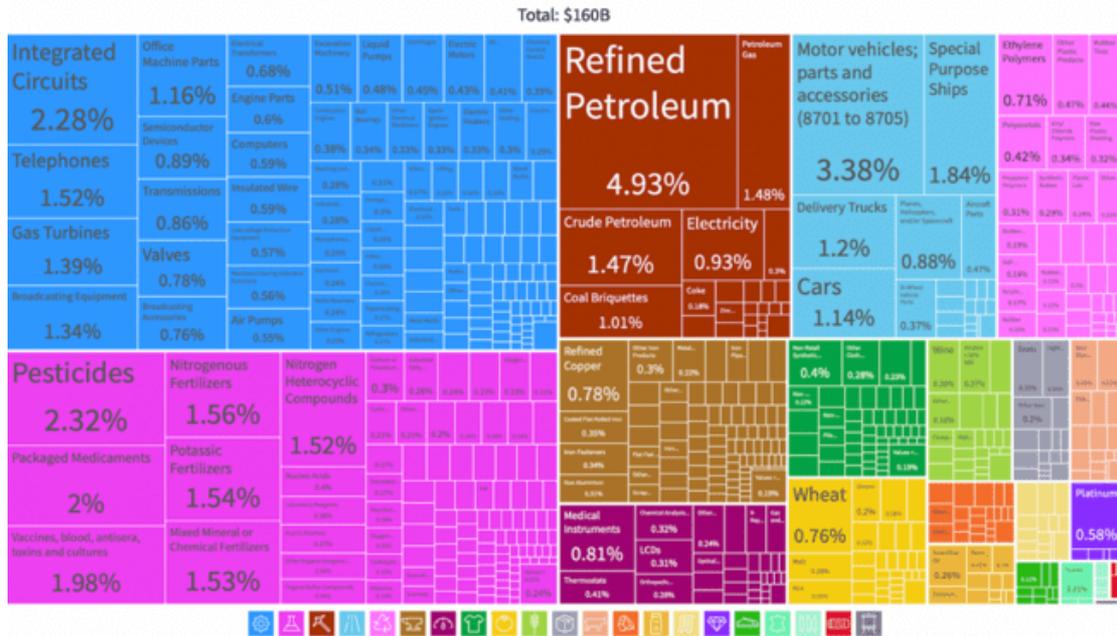
Fernández e Curado (2019, p. 138)

¹⁹ Conforme Fernández e Curado (2019), com a finalidade de interpretar a base de dados do comércio mundial, a Oficina de Estatística das ONU desenvolveu um sistema analítico chamado de “metodologia Fajnzylber-Mandeng”. Tal metodologia trabalha com os conceitos de posicionamento e eficiência, os quais resultam numa classificação quaternária que permite verificar a competitividade setorial de um país em relação a expansão da demanda.

Fica evidente na análise de Fernandez e Curado (2019), que o Brasil mantém uma especialização diferenciada, sendo que com os destinos MUNDO e OCDE a especialização ocorre mais em grupos competitivos do que dinâmicos, enquanto aos destinos do Mercosul e Ásia em desenvolvimento, a especialização se concentra geralmente em grupos mais dinâmicos que nos competitivos.

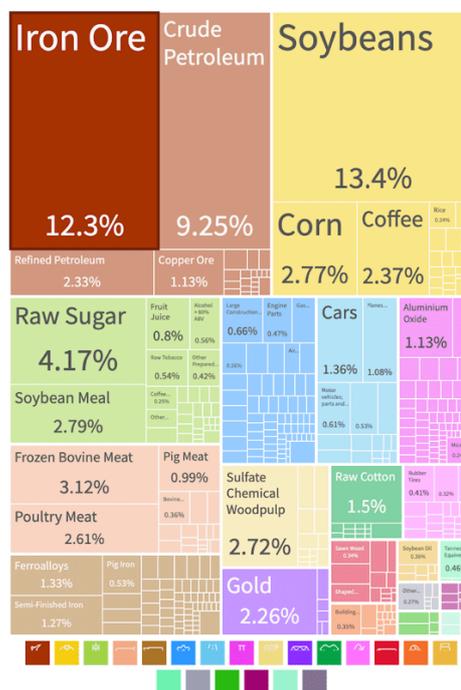
Fernández e Curado (2019) argumentam que o *boom das commodities*, ocorrido no princípio do século XXI, especialmente a demanda asiática por soja, ferro e seus derivados, colocou em xeque as economias brasileira e argentina, mas destaca que a interação de produção entre os dois países latino-americanos, no complexo automotivo e de peças, dinamizou o parque industrial de ambos os países, trazendo a oportunidade de dinamizar e sofisticar as suas matrizes produtivas. Os autores Fernández e Curado (2019) destacam que a expansão dos mercados emergentes no início do século XXI, dificultou a economia brasileira na possibilidade de expansão da sua oferta produtiva exportável, ocasionando perda de oportunidade nos grupos em que historicamente se especializaram: complexo automotivo para o Mercosul, e complexo soja e minério de ferro para a Ásia em Desenvolvimento.

Figura 04 - Representatividade de produtos das importações brasileiras com o mundo (2020)



Fonte: OEC (2022)

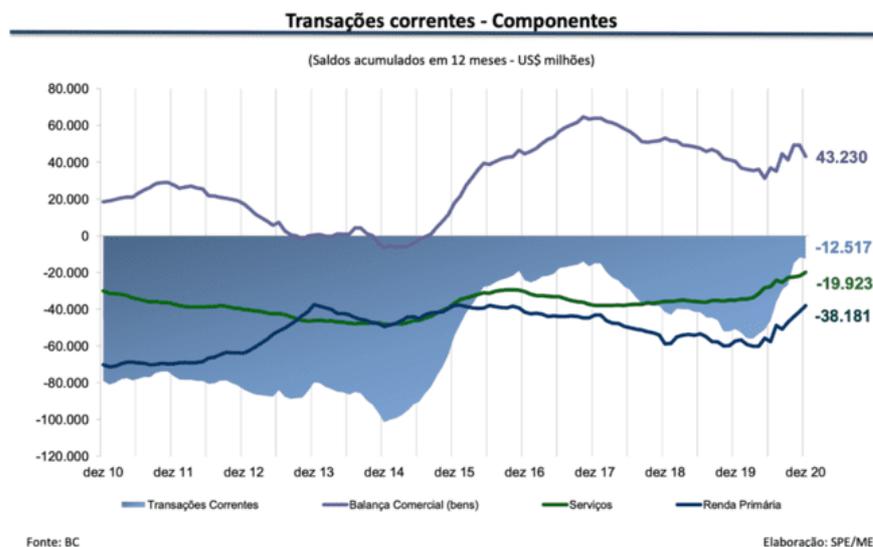
Figura 05 - Representatividade de produtos exportados do Brasil para o mundo (2020)



Fonte: OEC (2022).

Se percebe a importação brasileira de produtos com maior intensidade tecnológica. Embora o Brasil seja exportador de petróleo cru, é importador de petróleo refinado, aprofundando a dependência externa em relação aos países centrais, em especial, os EUA. O fato desta heterogeneidade das economias aponta as claras desvantagens da economia dependente brasileira, principalmente no aspecto do desenvolvimento das forças produtivas. A desigualdade visível nas composições orgânicas do capital acaba implicando na transferência de mais valia para os países centrais, com apropriação de valor dos Estados industrializados contra as economias dependentes.

Outra forma de transferência de mais-valia aos países centrais ocorre por meio da análise do comportamento das despesas do país em relação a importação de serviços que estão intrinsecamente relacionados com setores de maior intensidade tecnológica, conforme aponta Virgílio (2017). Quando essa despesa aumenta, pode haver uma tendência de aprofundamento da dependência de tecnologia. Verifica-se o período de 2010 a 2020, um déficit na conta de serviços e renda primária.

Gráfico 13 – Transações correntes - Componentes

Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

Conforme Costa (2015), o setor de serviços se caracteriza como uma peça fundamental na atual engrenagem da economia mundial. Conforme argumenta, Gandelman (2004, *apud*, COSTA, 2015), é importante destacar que foi estabelecido no âmbito da OMC²⁰, o acordo *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS), característica do direito de propriedade intelectual que está relacionada ao comércio, onde se busca regulamentar a liberalização da propriedade intelectual, abrindo espaço para uma “comoditização” do conhecimento, sendo que estes estão concentrados principalmente nas economias centrais, o que aprofunda a dependência econômica das economias periféricas a esses serviços.

Tabela 03 – Transações correntes: serviços selecionados
(Valores mensais e acumulados no ano (US\$ milhões))

	Mês		Ac. no Ano	
	dez-20	dez-21	2020	2021
Serviços	-1.726	-1.928	-20.941	-17.114
Transportes	-310	-541	-3.247	-4.449
Viagens	-74	-413	-2.350	-2.302
Telecomunicação, computação e informações	-450	-202	-3.415	-3.207
Serviços de propriedade intelectual	-360	-379	-3.428	-4.468
Aluguel de equipamentos	-941	-640	-11.925	-6.844
Outros serviços de negócios	512	277	4.164	4.503
Demais	-102	-29	-740	-345

Fonte: BC

Elaboração: SPE/ME

Fonte: Banco Central do Brasil (2022)

²⁰ Organização Mundial do Comércio

Conforme a tabela 04, o resultado do balanço de pagamentos relaciona a serviços, registrou um déficit de 20.941 milhões, sendo maior que o acumulado em 2021 que registrou 14.114 milhões. É possível verificar o aumento de gasto líquido com transportes e serviços de propriedade intelectual de 2020 para 2021. Verifica-se no mesmo período uma pequena redução no déficit de telecomunicações, computação e informações.

4.4 A REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Nesta seção será respondido o restante do objetivo específico 2, ou seja, os principais motivos da reprimarização da economia brasileira.

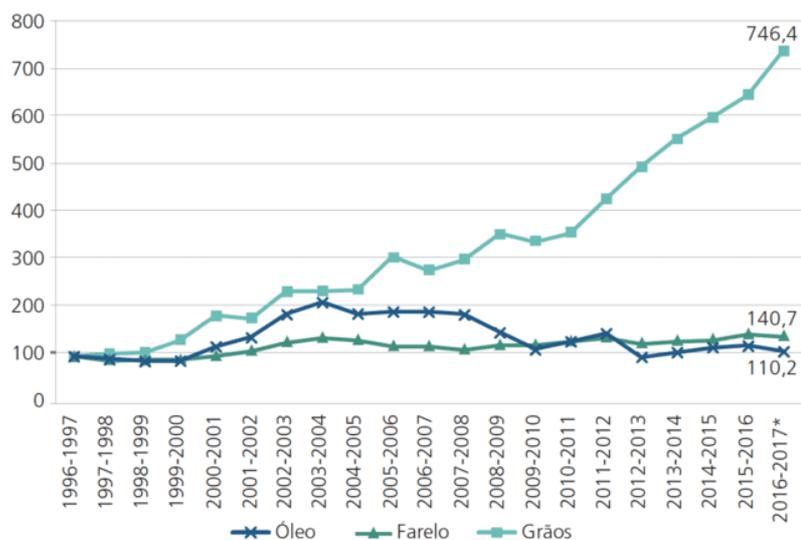
Conforme um estudo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), uma das razões apontadas para a reprimarização da pauta exportadora brasileira é a Lei Complementar Federal número 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida mais popularmente como Lei Kandir²¹. A lei isenta os impostos de circulação de mercadoria e serviços (ICMS) dos produtos primários e semielaborados, sendo nesse sentido um incentivo à exportação de produtos sem valor agregado. O estudo ressalta que antes da Lei Kandir, a tributação no Brasil previa a incidência de uma alíquota diferenciada, sendo 8,5% para óleo de soja, 11% para o farelo e 13% para a exportação do grão, conforme apontam Lemos *et al.* (2018).

Argumenta-se que há uma forte correlação positiva entre taxa de crescimento da indústria e a elevação de produtividade e do crescimento do PIB, sendo isso resultado de que a indústria de transformação possui maiores encadeamentos “a jusante e a montante e maior presença de economias de escala e escopo. Além disso, diferentemente do setor primário, que é demandante de tecnologia, o setor industrial tem maior potencial inovador” Lemos *et al.* (2018).

Conforme o autor destaca, diante desses motivos, muitos países consumidores de soja estabelecem tarifas alfandegárias para cotas de importação e de farelo de soja, isentando por outro lado a importação de grãos. Conforme poderá ser verificado no gráfico 13, a mudança da pauta exportadora aponta o crescimento da exportação da soja em grãos e a redução da exportação de óleo e farelo de soja, conforme apontam Lemos *et al.* (2018).

²¹ O período que compreende 1986 a 1997 corresponde ao período anterior a Lei Kandir, enquanto 1997 até a atualidade, a lei já está vigente. Os dados indicam que a participação do Brasil no comércio mundial de soja subiu em média de 11% no primeiro período para 26% no segundo, enquanto a participação na exportação de farelo de soja caiu, em média, de 31% para 26% (LEMOS *et al.*, 2018, p. 209)

Gráfico 14 – Exportação de soja em grão, farelo e óleo



Fonte: Lemos *et al.* (2018, p. 207).

O autor aborda que há outras questões em relação aos tributos que acabam por desestimular o processamento da soja. Argumenta que o produtor rural paga o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador (Funrural) com incidência de 2,3% em cima da receita bruta das vendas internas, no entanto, está isento caso exporte o produto como pessoa física, causando uma distorção na cadeia, pois internamente o produtor acaba cobrando um sobrepreço da indústria para igualar seus ganhos líquidos, conforme argumentam Lemos *et al.* (2018, p. 207).

É possível verificar que o próprio estado brasileiro fortalece por esses meios a pauta primário exportadora, em detrimento de uma produção com maior intensidade em tecnologia.

Tabela 04– Capacidade instalada da indústria de óleos vegetais - 2015

Capacidade de processamento	2014		2015		Varição
	Mil t/dia	%	Mil t/dia	%	%
Até 600	11,9	6,6	13,4	7,2	12,8
601 a 1.500	38,6	21,4	40,0	21,4	3,6
1.501 a 3.000	97,6	54,1	101,6	54,2	4,1
3.001 a 4.000	7,5	4,2	7,5	4,0	0,0
4.001 a 6.000	18,1	10,0	18,1	9,6	0,0
6.001 a 7.000	6,7	3,7	6,7	3,6	0,0
Acima de 7.000	-	0,0	-	0,0	-
Total diário*	180,4	100,0	187,3	100,0	3,8

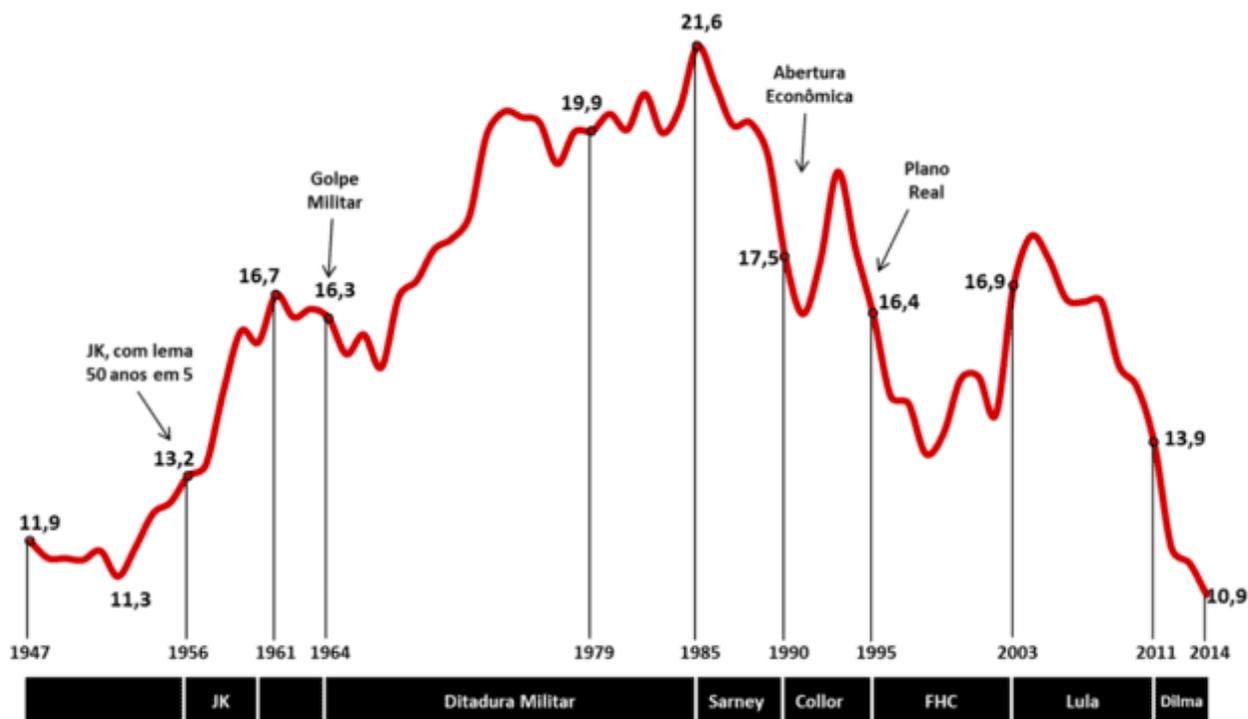
Fonte: Lemos *et al.* (2018, p. 208)

O Brasil passou nas últimas décadas por transformações importantes na sua base produtiva. Principalmente após as políticas de abertura e privatizações baseadas no arcabouço do “Consenso de Washington”, a indústria vem apresentando sinais de declínio na América Latina. Assim, o Brasil vem buscando os superávits comerciais em setores primários, o que reforça a presença do que chamam de “doença holandesa”²².

Conforme relatório da FIESP²³, o processo de desindustrialização que ocorre no Brasil, acontece de forma mais acelerada do que em outros, especialmente a partir dos anos 2000. Argumenta que a participação na indústria de transformação do PIB no ano de 2018 ficou em 10,9%, conforme FIESP (2015).

Pode ser verificado no gráfico 14, é possível verificar a evolução da participação da indústria de transformação no PIB por período, apontando o ascenso da industrialização e o seu declínio.

Gráfico 15 – Evolução da Participação da Indústria de Transformação no PIB (em %) de 1947 a 2014



Fonte: FIESP (2015, p. 12).

A partir do gráfico é possível analisar o período pós Segunda Guerra Mundial, com a adoção da política econômica cepalina de substituição de importações, com políticas industriais

²² Refere-se ao foco na exportação de recursos naturais e a queda da participação das manufaturas.

²³ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

que foram capazes de alterar a estrutura industrial doméstica. Conforme Marini (2000), foi durante esse período que Getúlio Vargas, após ser eleito em 1951, se define por uma política progressista e nacionalista, onde criou o BNDES, e defendeu a ideia de concretizar o Plano Salte, com implementação de investimentos públicos nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia. Além disso o Plano de Estradas e o Fundo Nacional de Eletrificação, além do monopólio Estatal da Petrobrás e o monopólio da energia elétrica (Eletrobrás), empresa que foi privatizada pelo governo Jair Bolsonaro em 2021. Também é possível verificar um processo de industrialização no período da ditadura militar, que fora realizado a partir de capital externo, e que ocasionou posteriormente a crise da dívida externa e a moratória dela em 1987. Logo após veio a abertura econômica com Fernando Collor, as privatizações e o plano real. A participação da indústria de transformação só veio se ampliar novamente no final do governo Fernando Henrique Cardoso e início do governo Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, é possível verificar que tal ascendência foi curta, e esse índice é acompanhado por uma sequência de quedas, representando um declínio de 6 pontos em apenas 9 anos. É importante destacar que é justamente nesse período que se ampliam as exportações de soja no Brasil.

Conforme destaca a FIESP (2015), o processo de desindustrialização se intensificou em meados dos anos 2000, diante da sobrevalorização do câmbio, que tirou a competitividade da indústria de transformação no país. Atualmente, embora o país seja um grande exportador em volume de mercadorias, representou apenas 1,3%²⁴ das exportações mundiais, sendo isso resultado da pauta exportadora de mercadorias com baixa ou nenhuma intensidade tecnológica.

4.5 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E DEPENDÊNCIA EXTERNA PARA PRODUÇÃO

Nesta seção se desenvolverá as respostas para o objetivo específico 3, ou seja, quais os impactos socioambientais são gerados pelo agronegócio da soja no Brasil.

O termo “revolução verde” refere-se ao aumento da produtividade agrícola a partir do uso de tecnologia, onde seja possível reunir variedades a doses consistentes de água, fertilizantes e outros produtos agroquímicos, conforme argumenta Bibi (2012). Um dos objetivos da revolução verde é que a utilização de HYV²⁵, que tem contribuído para a ampliação da produção agrícola, sendo que esses resultados pretendem atuar não apenas com a extensão da terra cultivada, mas também com a implementação de novas tecnologias.

Bibi (2012) destaca que Norman Borlaug, geneticista, patologista agrário e vegetal é

²⁴ TradeMap (2022)

²⁵ High yielding variedades

conhecido como o pai da revolução verde, e possuía uma linha de pesquisa com o objetivo de atenuar as áreas de risco de fome. Conforme Bibi (2012) elucida, a RV²⁶ é considerada como um processo de aumento de produtividade no setor agrícola, sendo possível várias aplicações:

A autora abarca:

- Produção e uso de novas sementes geneticamente selecionadas, chamadas de ‘Raças Híbridas’ (criadas através da reprodução cruzada de muitas variedades para reproduzir a combinação desejada de características em um único).
- O desenvolvimento e uso de novas técnicas agrícolas, com referência à aplicação das novas variedades de sementes “high performance” ou HYV (high Variedades de Rendimento) (BIBI, 2012, p. 3-4, tradução nossa).²⁷

Finalmente, o sucesso das aplicações da RV foram a alta produtividade, além de resistência de muitas doenças de plantas e a insensibilidade ao fotoperíodo na perspectiva de alcançar um aumento na produtividade agrícola. Conforme Bibi (2012) pondera, a ideia central da RV é superar as dificuldades do contexto agrícola, fazendo uma correção ²⁸do ambiente natural, além de criar condições para possibilitar o cultivo de algumas plantações específicas.

Apesar disso, a forte mecanização da agricultura pode colocar limitações diante da probabilidade de criação de força de trabalho ocupada na agricultura. Conforme argumenta Bibi (2012), a forte mecanização está presente, diante de uma forte transferência tecnológica para os países mais pobres na produção de bens de capital, sendo que isso pode trazer altos riscos, pois além dos requisitos que a técnica transferida pode requerer e que pode variar dependendo do país, há um alto fator de risco de dependência econômica, causado pela presença de necessidades, recursos e habilidades técnicas externas que os meios das máquinas podem solicitar, esterilizando as probabilidades de usufruir os recursos e conhecimentos nativos.

Um estudo interessante publicado em 2020 na Revista de História Comparada da UFRJ²⁹, propõe uma análise das políticas agrárias durante os governos progressistas na América Latina, onde o autor argumenta que as políticas neoliberais para a agricultura latino-americana aprofundaram a questão da concentração de terras, expandiram a monocultura, espoliaram as terras indígenas e camponesas, além de consolidar negócios transnacionais que envenenaram os solos, o ar e as águas, destacam Santos *et al.* (2020).

²⁶ Revolução Verde.

²⁷ 1) The production and use of new genetically selected seeds, calls “Hybrid Races” (created through crossed reproduction of a wide number of varieties to reproduce the desired combination of characteristics in a single one).

2) The development use of new agricultural techniques, with reference to the application of the new seed varieties “high performance” or HYV (high yielding varieties).

²⁸ Bibi (2012) argumenta que se o problema for a falta de água, a solução teria sido a irrigação de terras, se fosse a fertilidade reduzida do solo, a solução seria a aplicação de fertilizantes; se parasitas e ervas daninhas invadissem as colheitas, a solução consistiria na aplicação de enormes doses de antiparasitários e pesticidas.

²⁹ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Transnacionais do mercado de agrotóxicos se expandem: Syngenta, Down Chemical, Monsanto, Bayer etc. [...] difunde-se na região o glifosato, herbicida mais utilizado no agronegócio mundial, questionado por diversas organizações internacionais de saúde diante de sua toxicidade. Na América Latina seu uso se intensificou com o desenvolvimento da soja RR (*Roundup Ready*), a semente transgênica da Monsanto mais vendida na região (SANTOS *et al.*, 2020, p. 261).

Santos *et al.* (2020) argumentam que o “consenso do glifosato”³⁰ refere-se a uma decisão dos governos progressistas latino-americanos em prol do agronegócio, em detrimento do acesso à terra pela Reforma Agrária, ao contrário do que previa por exemplo o paradigma cepalino do século XX, que estava atrelado ao processo de industrialização via substituição de importações e à reforma agrária distributiva. Nesse sentido, os governos progressistas aderiram ao modelo agrário exportador, convertendo estes excedentes em políticas de distribuição de renda, no entanto, sem alterar a estrutura das propriedades agrícolas.

4.5.1 Agrotóxicos, fertilizantes, sementes e máquinas

Nesta seção e nas seções 4.5.2 e 4.5.3 serão respondidos dois objetivos específicos, o objetivo específico 4, de qual a participação de empresas multinacionais na cadeia produtiva da soja, a dependência externa para a produção e o restante do objetivo específico 3, sobre os impactos socioambientais gerados pelo agronegócio da soja.

Na América Latina o uso de pesticidas se ampliou 111% entre os anos de 2000 e 2015, ampliando o uso de 350 mil toneladas/ano para 740 mil, sendo que o Brasil ocupou a segunda posição nessa análise com um crescimento de 146% no período analisado por Santos *et al.* (2020). Além disso, o uso de fertilizantes também teve expansão.

De acordo Moraes (2019), O Brasil consumia em 1991 algo em torno de sete vezes menos agrotóxicos que os Estados Unidos, sendo que em 2015 as quantidades de ambos os países estão próximas.

³⁰ Síntese interpretativa das políticas agrárias progressistas na América Latina proposta por (SANTOS *et al.*, 2020).

Tabela 05 – Uso de pesticidas: quantidade total (em mil toneladas) – média centrada (3 anos)

Uso de pesticidas: quantidade total (em 1 mil toneladas) – médias móveis centradas (três anos)									
	1991	1995	1999	2003	2007	2011	2015	2015 (1991=100)	Percentual sobre total mundial (2015)
Argentina	26	41	63	63	77	112	208	794	5,1%
Brasil	58	93	129	181	285	345	375	643	9,2%
Paraguai	3	11	7	15	25	35	27	806	0,7%
Uruguai	2	3	4	7	12	19	17	901	0,4%
África do Sul	17	18	26	27	27	27	27	162	0,7%
China	787	1.079	1.287	1.351	1.620	1.792	1.787	227	43,6%
Índia	73	60	47	40	26	50	56	77	1,4%
Canadá	29	32	42	35	45	66	76	257	1,8%
Estados Unidos	396	427	429	420	391	391	408	103	9,9%
México	27	27	27	16	47	52	46	171	1,1%
Japão	80	80	80	68	62	54	53	66	1,3%
Alemanha	31	29	33	35	41	43	47	152	1,1%
França	95	90	107	78	76	62	71	75	1,7%
Itália	93	80	82	88	78	68	61	66	1,5%
Reino Unido	30	34	35	31	22	17	19	62	0,5%
Mundo	2.290	2.675	3.034	3.150	3.583	3.953	4.098	179	-

Fonte: Moraes (2019, p. 19)

Moraes (2019) argumenta que ao longo do período em análise, ocorreram mudanças importantes quanto a dimensão da produção agrícola, e da extensão da área cultivada, sendo que por esse motivo, em parte, levou a expansão do consumo de agrotóxicos. No entanto, para cada hectare de área cultivada, o Brasil esteve entre os que mais intensificaram o uso de agrotóxico.

Outra forma de apresentar os dados é dividir a quantidade de agrotóxico utilizada pela população. Conforme Moraes (2019), isso corrige uma distorção no indicador de quantidade aplicada por área.

Tabela 06 - Uso de pesticidas aplicado por habitante – médias móveis centradas

	1991	1995	1999	2003	2007	2011	2015	2015 (1991=100)
Argentina	0,8	1,2	1,7	1,7	1,9	2,7	4,8	607
Brasil	0,4	0,6	0,7	1,0	1,5	1,7	1,8	475
Paraguai	0,8	2,2	1,3	2,7	4,2	5,5	4,1	524
Uruguai	0,6	0,8	1,2	2,2	3,6	5,5	4,9	823
África do Sul	0,4	0,4	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	113
China	0,7	0,9	1,0	1,0	1,2	1,3	1,3	191
Índia	0,1	0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	<0,1	52
Canadá	1,0	1,1	1,4	1,1	1,4	1,9	2,1	201
Estados Unidos	1,6	1,6	1,5	1,4	1,3	1,3	1,3	81
México	0,3	0,3	0,3	0,1	0,4	0,4	0,4	119
Japão	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	65
Alemanha	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	149
França	1,6	1,5	1,8	1,2	1,2	1,0	1,1	66
Itália	1,6	1,4	1,4	1,5	1,3	1,1	1,0	62
Reino Unido	0,5	0,6	0,6	0,5	0,4	0,3	0,3	55
Mundo	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	131

Fonte: Moraes (2019, p. 21)

Obs.: (Em Kg/hab).

O quadro abaixo apresenta agentes que agem no sentido de influenciar a regulação dos agrotóxicos no Brasil. Nota-se a evidente influência de empresas estrangeiras na regulação de agrotóxicos no Brasil, o que reforça a perspectiva de dependência de agrotóxicos importados, e a influência sobre a regulação do Estado brasileiro quanto a possíveis restrições.

Figura 06 – Grupos no Estado, indústria e sociedade civil com atividades voltadas a influenciar a regulação de agrotóxicos

Por menos restrições	Por mais restrições
Segmentos do Estado e partidos políticos <ul style="list-style-type: none"> – Segmentos do Mapa. – Parlamentares: no Congresso Nacional, especialmente por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária, criada em 2002. – Governos locais. – Partidos políticos. 	Segmentos do Estado e partidos políticos <ul style="list-style-type: none"> – Meio ambiente: segmentos do Ministério do Meio Ambiente. – Saúde pública: segmentos do Ministério da Saúde, incluindo Anvisa, Fiocruz e Inca. – Direitos humanos e proteção de setores vulneráveis: Conselho Nacional de Direitos Humanos, Ministério Público, defensorias públicas. – Parlamentares. – Governos locais. – Partidos políticos.
Produtores de pesticidas e associações de classe <ul style="list-style-type: none"> – Empresas: Syngenta, Basf, Bayer, produtores de agrotóxicos genéricos, entre outras. – Associações de classe e grupos <i>ad hoc</i>: Sindiveg, Andav, Andef, Aenda, Aliança. – Projetos e grupos <i>ad hoc</i>: Projeto Abelha, Prohuma, Projeto Colmeia Viva. 	Organizações de proteção ao meio ambiente ou agroecologia <ul style="list-style-type: none"> – Associação Brasileira de Agroecologia, Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, Articulação Nacional de Agroecologia, Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA), Fórum Nacional de Combate ao Uso Abusivo de Agrotóxicos, Greenpeace Brasil, Instituto Socioambiental.
Produtores rurais, beneficiadores de alimentos e associações de classe <ul style="list-style-type: none"> – Associações estaduais ou locais de produtores: CNA, dentre outras. – Cooperativas agrícolas. 	Organizações de saúde pública <ul style="list-style-type: none"> – Abrasco.
	Organizações de proteção de consumidores <ul style="list-style-type: none"> – Idec.
	Organizações de proteção ao trabalhador, direitos humanos ou desenvolvimento <ul style="list-style-type: none"> – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Cáritas Brasileira, ActionAid, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.
	Empresas e associações de empresas <ul style="list-style-type: none"> – Supermercadistas, Abras.

Fonte: Moraes (2019, p. 39).

É possível verificar na tabela 08, a concentração do mercado de agrotóxico no Brasil, onde um pequeno número de empresas estrangeiras, sendo a Syngenta, Bayer e Basf as três primeiras, que totalizam quase 40% do total comercializado no país em 2017.

Tabela 07 – Vendas de agrotóxicos no Brasil, por empresa (2017) – em US\$ milhões correntes

	Empresa	Faturamento	Percentual	Percentual acumulado
1	Syngenta	1.587	17,8%	17,8%
2	Bayer	1.036	11,6%	29,5%
3	Basf	890	10,0%	39,5%
4	FMC	642	7,2%	46,7%
5	DuPont	579	6,5%	53,2%
6	Dow	571	6,4%	59,6%
7	Nufarm	504	5,7%	65,3%
8	UPL	500	5,6%	70,9%
9	Adama	448	5,0%	75,9%
10	Monsanto	410	4,6%	80,5%
11	Arysta + Chemtura	384	4,3%	84,8%
12	Iharabras	351	3,9%	88,8%
13	Nortox	280	3,1%	91,9%
14	Albaugh Brasil	200	2,2%	94,2%
15	Ourofino	195	2,2%	96,4%
	Outras	323	3,6%	100,0%
	Total	8.900	-	-

Fonte: Moraes (2019, p. 40)

Segundo Santos *et al.* (2020), a soja transgênica RR, foi o produto que mais estimulou a importação do glifosato, sendo que entre 2000-2012, o uso do produto se ampliou em 124%, enquanto a produtividade cresceu 9,5%. Estima-se também que 25% do glifosato do mundo seja comercializado no Brasil.

De acordo com Bibi (2012), houve muitos prós e contras em relação RV. Conforme aponta, houve aumento da demanda por sementes e insumos, além de fenômenos como a concentração de terras e uma mudança na estrutura social nos contextos em que foi implementada.

Além disso, as sementes protegidas por patentes têm importância relevante, pois a cada semeadura influencia no custo-benefício do produto. Outro ponto importante destacado é as patentes são uma chave expressiva para assumir o controle dos recursos biológicos e da cadeia alimentar, aponta Bibi (2012). O monopólio de plantas e semente concentrados nas mãos de apenas uma grande empresa, coloca em risco a soberania alimentar do planeta. Nesse sentido, há um avanço do capital sobre a soberania dos Estados, além de ampliar a dependência estrutural das nações afetadas.

Bibi (2012) argumenta sobre a dependência externa para a produção. Conforme aborda, a forma de dependência mais forte está relacionada às sementes, sendo que não permitem sua utilização ao longo do tempo. A autora expõe que na segunda geração, as sementes de HYV perdem suas características, não permitindo seu uso ao longo do tempo, sendo que todos os anos os agricultores são obrigados a comprá-las novamente. Dessa forma, as tecnologias da Revolução verde se tornam um instrumento de expropriação dos agricultores para laboratórios de empresas que distribuem o poder entre indústrias e agricultores, destaca Bibi (2012). Argumenta:

Os custos de produção são muitos altos porque, conforme analisado, as variedades do HYV podem ser consideradas altamente responsivas, com alto desempenho; isso significa que elas podem produzir em condição de recebimento de quantidades elevadas de insumos; enfim, geralmente, estes não são produzidos em países da África, Ásia e América Latina, mas necessitam ser importados de fora. Nesse sentido, se a Revolução Verde reduziu a dependência alimentar de um lado, substituiu esta dependência de outro. (BIBI, 2012, p. 16).

A autora argumenta que a dependência em relação às sementes também está relacionada à dependência de fungicidas e de fertilizantes, que tem o fornecimento concentrado por empresas transnacionais, dependendo de insumos externos que devem ser comprados em conjunto (embalagens, sementes, adubos), conforme Bibi (2012).

De acordo com Medina (2021), no Brasil, a Vale era a maior empresa que produzia fósforo e a única produtora de Potássio, no entanto, a empresa foi adquirida pela Mosaic,

Fertilizantes em 2018. Quanto às fabricantes dos fertilizantes, o Brasil tem forte participação da multinacional Yara. Além disso, destaca que o Grupo Fertipar e a Heringer são as empresas brasileiras com a maior participação no mercado de fertilizantes brasileiro, conforme pode ser observado na tabela 08.

Conforme abarca Medina (2021), outro setor em que o agronegócio de soja é dependente externamente, é o setor de máquinas agrícolas, sendo este bastante oligopolizado diante de um expressivo processo de fusões e aquisições. Destaca-se neste setor três empresas: John Deere, AGCO (compondo as marcas Massey Ferguson e Valtra) e CNH (Com as marcas Case e New Holland). Conforme destaca Medina (2021), essas três empresas juntas concentram 99,6% das vendas de tratores e 100% das colheitadeiras.

4.5.2 Agroindústria e comercialização

As grandes multinacionais exportadoras ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, acabam por oligopolizar a governança da cadeia da soja no Brasil e no mundo. Conforme abarca o autor, “até 1995, a única empresa do grupo ABCD que possuía unidades de esmagamento de soja no Brasil era a Cargill. Após alguns anos de intenso processo de fusões e aquisições, ADM, Bunge e Dreyfus também passaram a ter unidades de beneficiamento do grão”, destaca Medina (2021, p. 243). As multinacionais estrangeiras controlam 83,9% da comercialização da soja brasileira.

É possível verificar na tabela 09, a predominância de multinacionais estrangeiras na produção de máquinas agrícolas. As empresas estadunidenses concentram no ano de 2015 70,4% do Market Share na venda de tratores para o Brasil, as empresas italianas concentram 25,7% deste total, enquanto o Brasil 3,8%. Em 2020 as multinacionais estadunidenses, se concentraram num total de 67%, as italianas 32,5%, e o Brasil 0,4% de Market Share.

Tabela 08 – Market Share das empresas fabricantes de máquinas agrícolas vendidas no Brasil

	Empresas	País sede do controlador	Marcas	2015			2020		
				Unidades vendidas	Market share (%)	Participação brasileira (%)	Unidades vendidas	Market share (%)	Participação brasileira (%)
Tratores	AGCO	EUA	Massey Ferguson	9160	25,6	0	5617	16,9	0
			Valtra	7976	22,3	0	4433	13,4	0
	CNH	Itália	Case	2299	6,4	0	3127	9,4	0
			New Holland	6897	19,3	0	7664	23,1	0
	John Deere	EUA	John Deere	8041	22,5	0	12164	36,7	0
	Agrale S.A	Brasil	Agrale	1340	3,8	3,8	143	0,4	0,4
Colhedoras	AGCO	EUA	Massey Ferguson	404	10,3	0	357	6,4	0
			Valtra	124	3,2	0	51	0,9	0
	CNH	Itália	Case	607	15,5	0	1031	18,5	0
			New Holland	1215	31,0	0	1872	33,5	0
	John Deere	EUA	John Deere	1567	40,0	0	2269	40,7	0
	Total (%)					1,9			0,2

Fonte: Medina (2021, p. 244)

4.5.3 Impactos ambientais

Bibi (2012) analisa que a RV teve no meio ambiente e saúde um impacto que causou enorme perda de biodiversidade relacionada a problemas como erosão da terra, desmatamento, ampliação dos riscos relacionados à perda de cultivo e diversificação de culturas na produção tem sido enfatizado ao longo do tempo. Conforme a autora:

O choque ligado à introdução de novas variedades HYV, antes não presentes na natureza, aumentou riscos ligados ao surgimento de novas bactérias e insetos nocivos, não coevoluídos com os habitats e circunstâncias. Ao contrário, os defensores da biodiversidade acham que os sistemas de colheita baseados sobre a biodiversidade manteriam sua própria defesa (BIBI, 2012, p. 26, tradução nossa)³¹

Os pesticidas e os fertilizantes utilizados possibilitaram o controle de forma mais uniforme por parte dos agricultores, permitindo regular as composições químicas necessárias para uma maior resposta das plantas em condições de rendimento, além de facilitar a eliminação de agentes químicos. Bibi (2012) abarca que a partir de outro ponto de vista, a resistência aos herbicidas acaba por excluir a possibilidade de rotação e associação de culturas, pois as demais lavouras teriam sido destruídas por esses herbicidas. Além disso, a crescente mineralização dos solos torna o terreno mais fácil de se fragmentar pelos agentes atmosféricos e assim trazem processos de erosão. Conforme já foi observado anteriormente, o bioma do Cerrado é onde a soja mais se expande no país atualmente. Um estudo publicado na revista *Elsevier*, as empresas tropicais, que assumiram um papel importante na direção da governança global de conservação na última década. O estudo aponta, que desde 2010, as empresas desenvolvem mecanismos para enfrentar os riscos de desmatamento em suas cadeias de abastecimento, destacam Garret *et al*, (2022).

Um dos assuntos que tem sido debatido recentemente é de que as empresas estão debatendo o uso de pagamentos por serviços ambientais (PSA), conceito que ganhou destaque no início dos anos 2000, quando ONGs buscaram formas mais eficazes de incentivar o comportamento conservacionista. No entanto, os programas de PSA raramente alcançam melhorias nos resultados de conservação onde foram implementados, apontam Garret, *et al*, (2022).

O estudo de destacam Garret *et al*, (2022) concentra-se no cerrado brasileiro, onde é analisado os possíveis resultados políticos de um esquema autônomo de soja-Cerrado-PSA que paga aos agricultores para não plantar soja em áreas onde é possível desmatar de forma legal.

³¹ The shock tied to the introduction of new varieties HYV, not present in nature before, increased risks connected to the rise of new bacteria and harmful insects, not Co-evolved with the habitats circumstances. On the country, the biodiversity defenders think that harvest systems based on biodiversity keep their own defense. (BIBI, 2012, p. 26)

Conforme o autor pondera, o Cerrado é o bioma com uma enorme biodiversidade, que cobre 21% do território brasileiro, onde abrange florestas densas, savanas abertas e campo. A Lei de Proteção da Vegetação Nativa do Brasil (código florestal), permite que 65% a 80% da Vegetação Nativa de uma propriedade seja derrubada no Cerrado e áreas protegidas cobrem somente 8% da região - Lei 12.651/2012 -, de acordo com Garret *et al*, (2022).

Diante dessa falta de proteção, desde 2000, o Cerrado brasileiro mais que dobrou a quantidade de desmatamento causado pela soja quando comparado com a Amazônia.

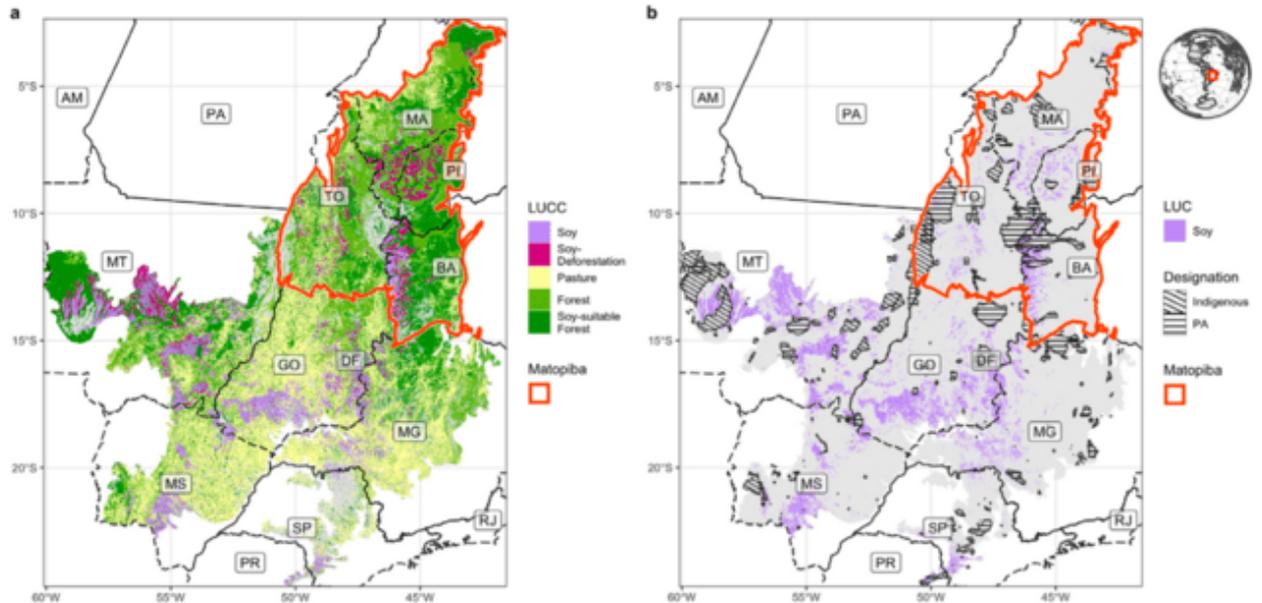
A soja substituiu pelo menos 1,3 milhão de hectares de vegetação nativa durante esse período, com uma média de mais de 108.000 hectares ao ano. Tal fato resultou em emissões de dióxido de carbono totalizando 1,8 milhão de Gg de dióxido de carbono entre 2002 e 2010, de acordo com Garret *et al*, (2022).

Conforme o estudo, dentro do Cerrado, a região de Matopiba (que compõe os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), conforme poderá ser observado no mapa 07 (com destaque em laranja), é preocupante, pois existem muitas áreas que podem ser desmatadas nessa região e são bastante aptas para a produção Rausch (2019, *apud*, RD GARRET, 2022, p. 5). Outra região importante destacada no contexto do desmatamento de soja no Cerrado é o estado do Mato Grosso, que também pode ser observado no mapa 07. Garret *et al*, (2022) apontam que, no entanto, a região é um pouco mais protegida pelo código florestal do que o Matopiba, por se tratar da região da Amazônia Legal.

Conforme argumentam Garret *et al*, (2022), em 2015 ainda existiam 15 milhões de hectares, um terço da vegetação nativa remanescente no Cerrado, que estavam aptas para a soja legalmente desatável.

Finalmente, Garret *et al*, (2022) destacam que apesar de forte ameaça de desmatamento causada pelo agronegócio da soja no bioma do Cerrado, o PES enfrenta um desafio no sentido de conseguir agricultores que de outra forma desmatariam se inscrevam com sucesso no programa. Há o problema que 25% dos estabelecimentos ainda aguardam título de terra, ou de pessoas que estão arrendando ou ocupando estas terras.

Mapa 07– Mudança no uso e cobertura da terra (LUCC) e cobertura do uso da terra (LUC) no bioma do Cerrado brasileiro entre 2001 e 2019

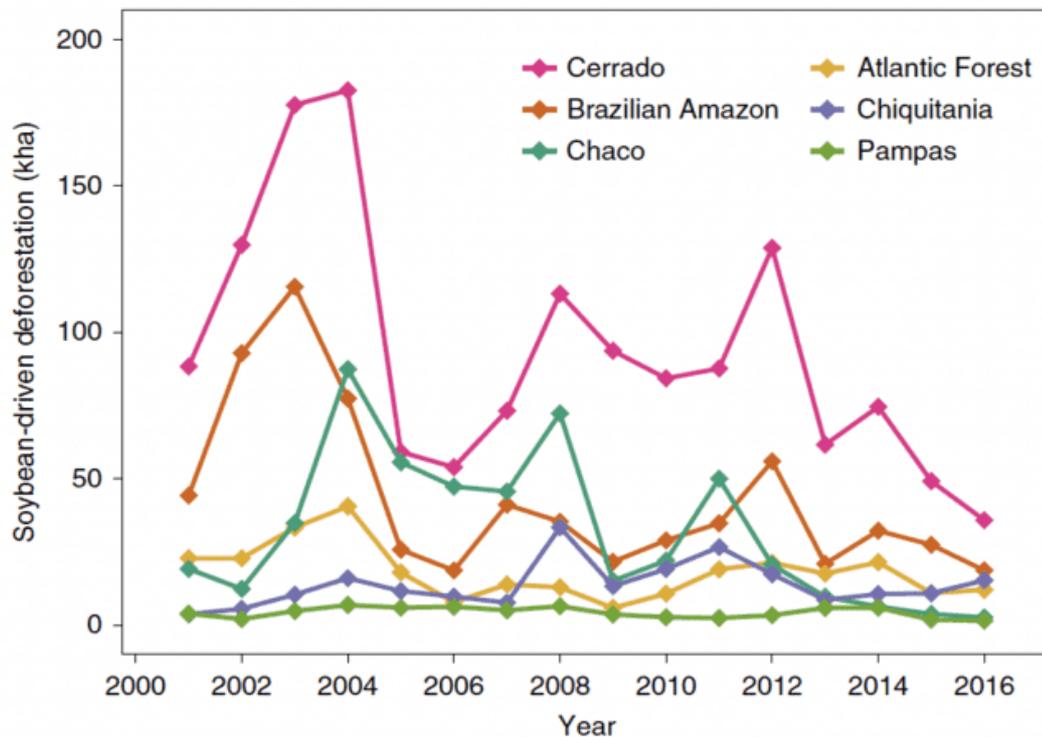


Fonte: Garret et al, (2022, p. 5)

Outro estudo interessante sobre o tema foi publicado pela revista *Nature Sustainability*. O estudo aponta que a escalada de tensões entre EUA e China motivem a busca do Grande Asiático em mais importações de produtos primários da América Latina, incentivando o desmatamento, no sentido de preencher o déficit com os EUA em relação a soja, destaca Song *et al.* (2021).

Conforme o estudo aponta, o desmatamento direto causado pela soja na Amazônia brasileira aumentou de 2001 a 2003, reduzindo entre os períodos de 2004 e 2005, e permaneceu relativamente baixo até 2016. No caso do Cerrado, o desmatamento causado pela soja também aumentou desde 2004 e 2005, permanecendo relativamente alto depois disso.

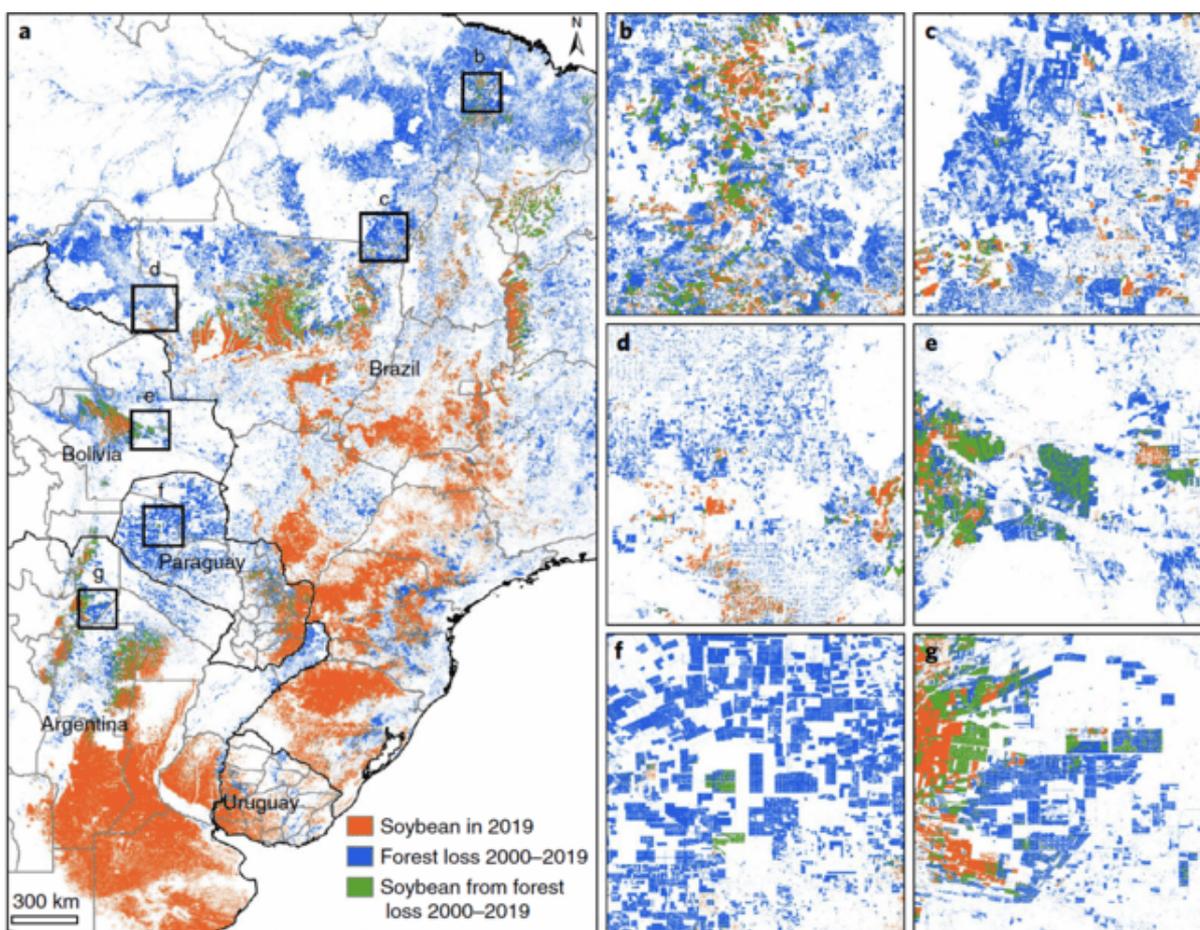
Gráfico 16 – Área anual de desmatamento causado pela soja por bioma



Fonte: Song, *et al.*, (2021, p.5)

O tamanho da expansão da soja como a causa direta do desmatamento facilita o desenho da implementação e o monitoramento de políticas de conservação específicas. Conforme Song *et al.* (2021, p. 5) argumenta, o declínio do desmatamento causado pela soja na Amazônia até o ano de 2016 é atribuído à Moratória da Soja na Amazônia. No sentido de ampliar a moratória voluntária, o Ministério do Meio Ambiente e o Banco central do Brasil eliminaram os créditos agrícolas para agricultores e pecuaristas nos municípios com as maiores taxas de desmatamento, conforme Song *et al.* (2021). No entanto, os estudos revelam tendências crescentes em alguns municípios da Amazônia, no leste do Pará por exemplo.

Mapa 08 ³²– Potencial de expansão futura da soja em terras com perda de floresta.



Fonte: Song *et al.* (2021, p. 6).

Uma parte importante destacada no estudo de Song *et al.* (2021), diz respeito à atribuição da soja como a causa próxima do desmatamento no contexto da perda total das florestas na América do Sul. Song *et al.* (2021) destaca que entre 2000 e 2019, a perda de florestas foi 84Mha na área de estudo, sendo que menos de 10% dessas terras desmatadas foram convertidas em soja. Embora seja uma proporção relativamente baixa, essas terras estão concentradas no ativo das fronteiras de desmatamento.

³² A soja no ano de 2019 é mostrada em laranja, com a soja convertida da perda florestal entre 2000 e 2019 mostrada em verde. A perda florestal entre 2000 e 2019 que não é convertida para cultivo de soja é mostrada em azul e representa áreas onde pode haver expansão futura de soja. A área de soja convertida diretamente da floresta representa menos de 5% da área total de perda florestal. **A)** visão geral do continente **bg**, zonas regionais mostrando os detalhes nas fronteiras ativas; nordeste do Pará, Brasil (**b**); sudeste do Pará, Brasil (**c**); parte do sul de Rondônia, Brasil (**d**); parte central de Santa Cruz, Bolívia (**e**); Boquerón, Paraguai (**f**); parte de Salta, Argentina (**g**). (SONG *et al.*, 2021).

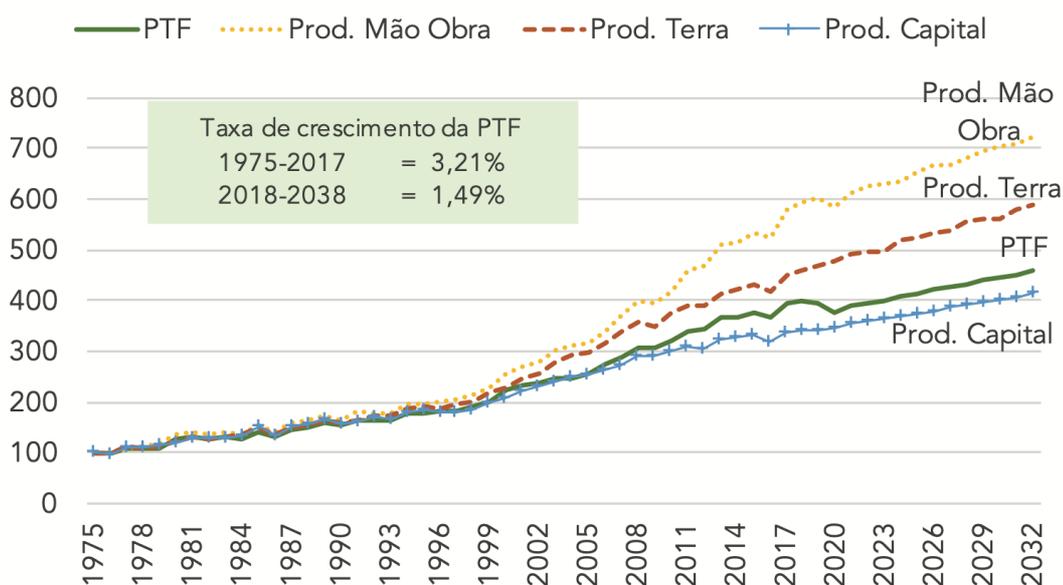
4.6 A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Por fim, nesta seção abordar-se-á sobre a superexploração do trabalho.

Tanto Wallerstein (1974; 2005), quanto Marini (2000), apontam que o processo ininterrupto de mecanização da produção terá como resultado a eliminação de empregos possíveis. No caso brasileiro é possível verificar um aumento expressivo da produtividade do trabalho na produção agrícola e uma redução da participação da indústria de transformação no PIB (conforme pode ser verificado no gráfico 14).

De acordo com as projeções do MAPA (2022), a tendência de da PTF³³, da Produtividade da Força de Trabalho, da Produtividade da Terra e da Produtividade do Capital tendem a se ampliarem ainda mais. Conforme as projeções do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, observa-se três tendências ao analisar os dados da produtividade de 1975 a 2021: “redução da mão de obra ocupada; redução ou baixo crescimento da área plantada devido aos ganhos de produtividade da terra; aumento do uso do capital”, conforme MAPA (2022). Pode ser verificado no gráfico abaixo, os fatores de produção apresentam direções opostas do crescimento de capital e mão de obra. De um lado a agricultura torna-se a cada dia mais intensiva em capital, de outro lado existe um processo de substituição de trabalho nas operações, conforme destaca MAPA (2022).

Gráfico 17 – Projeções da PTF

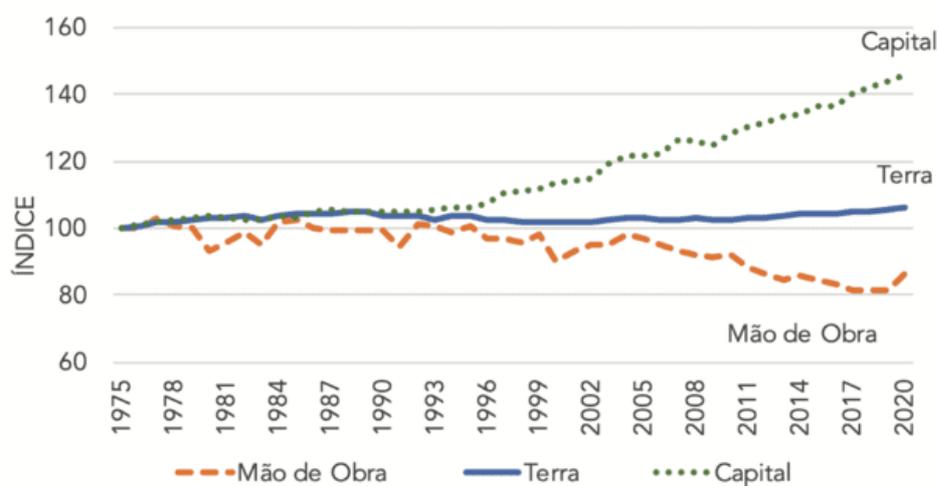


Fonte: MAPA (2022, p. 21)

³³ Produtividade Total dos Fatores

Verifica-se também que “ajustou-se uma função de produção e concluiu-se que essa função é dominada pelo capital”, destaca MAPA (2022, p. 20). Conforme o gráfico 16, verifica-se que a partir dos anos 1990, o capital passa a crescer em outra direção, assumindo desta forma, uma elevada taxa de crescimento. A Terra se mantém estabilizada com tendência de alta nos últimos anos, trabalhando com pujante concentração, destaca o MAPA (2022)

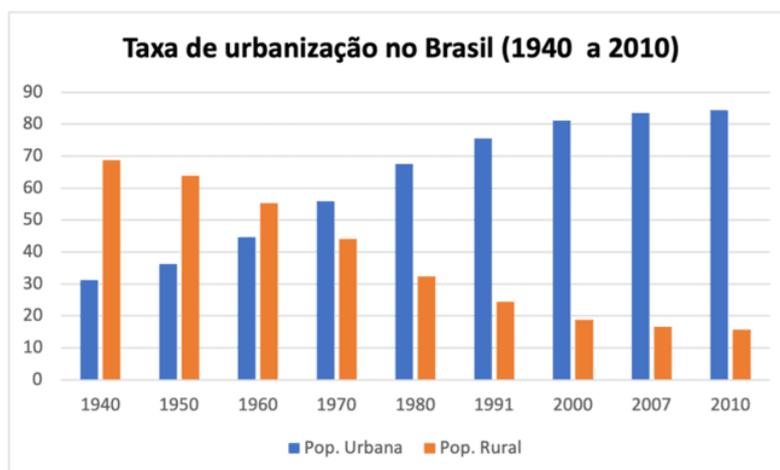
Gráfico 18 – Índices de quantidade de capital, terra e mão de obra



Fonte: MAPA (2022, p. 22)

Além disso, observa-se no Brasil um forte movimento de desruralização e ampliação da população urbana, conforme foi problematizado por Wallerstein (1974; 2005) e Marini (2000). Conforme pode ser verificado no gráfico 18, verifica-se que a partir dos anos 1970, a população urbana ultrapassa a rural, e mantém-se em ascensão desde então, atingindo 84,36% em 2010.

Gráfico 19 – Taxa de urbanização no Brasil (1940 a 2010)

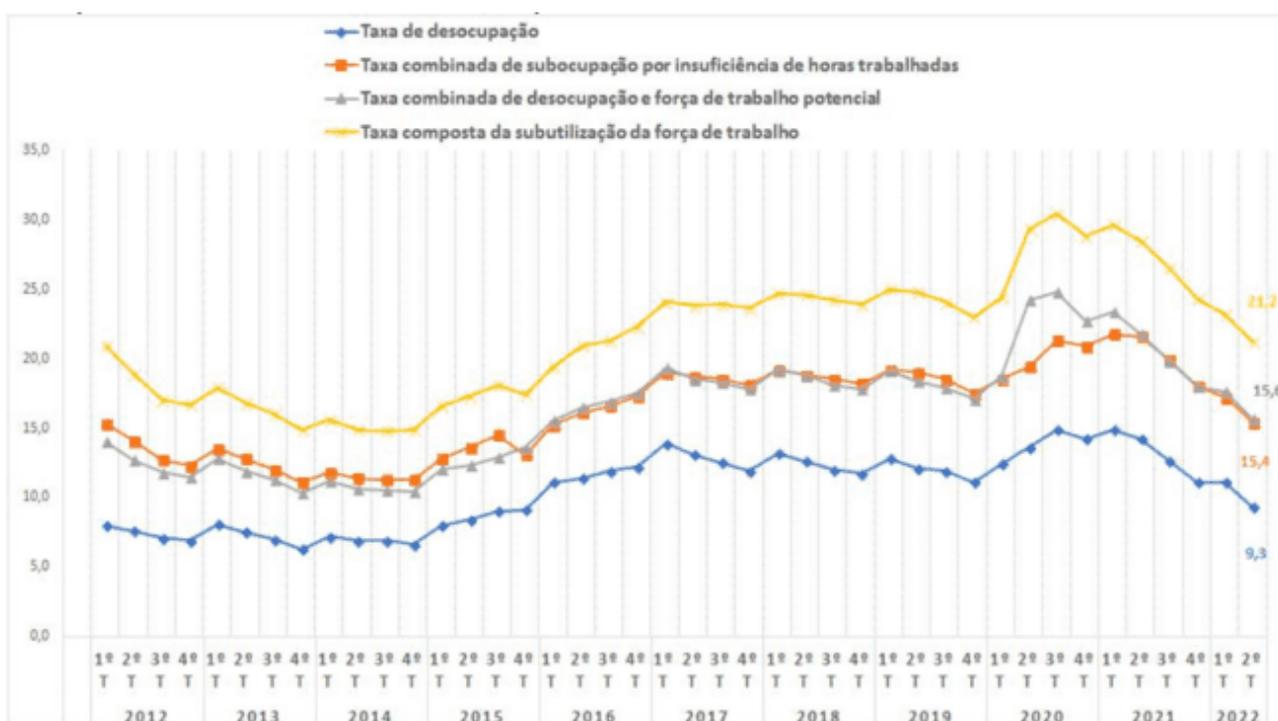


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2022)

Apesar da crescente produtividade do trabalho e da produção, isso não se reflete necessariamente numa melhora de vida dos trabalhadores brasileiros. A crescente mecanização e introdução de novas tecnologias na agricultura não contribui para a geração de novos empregos, nem para uma melhora substancial na vida dos trabalhadores brasileiros, sendo que a população rural, expulsa das áreas rurais, ocupam as cidades num país que a cada dia reduz a participação da sua indústria.

É interessante apontar alguns dados do trabalho publicados pela PNAD ³⁴ referentes ao ano de 2022. Conforme apontam, o Brasil possui 10,1 milhões da população economicamente ativa está desocupada, e 4,3 milhões estão desalentadas. O gráfico 19 aponta a série das quatro taxas de subutilização³⁵ da força de trabalho no país. No segundo trimestre de 2022, a taxa de desocupação ficou em 9,3%, enquanto a taxa composta da subutilização do trabalho atingiu 21,2%, conforme dados do IBGE (2022).

Gráfico 20 – Taxa de desocupação e taxas combinadas (%) de subutilização da força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência – Brasil



Fonte: IBGE (2022, p. 7).

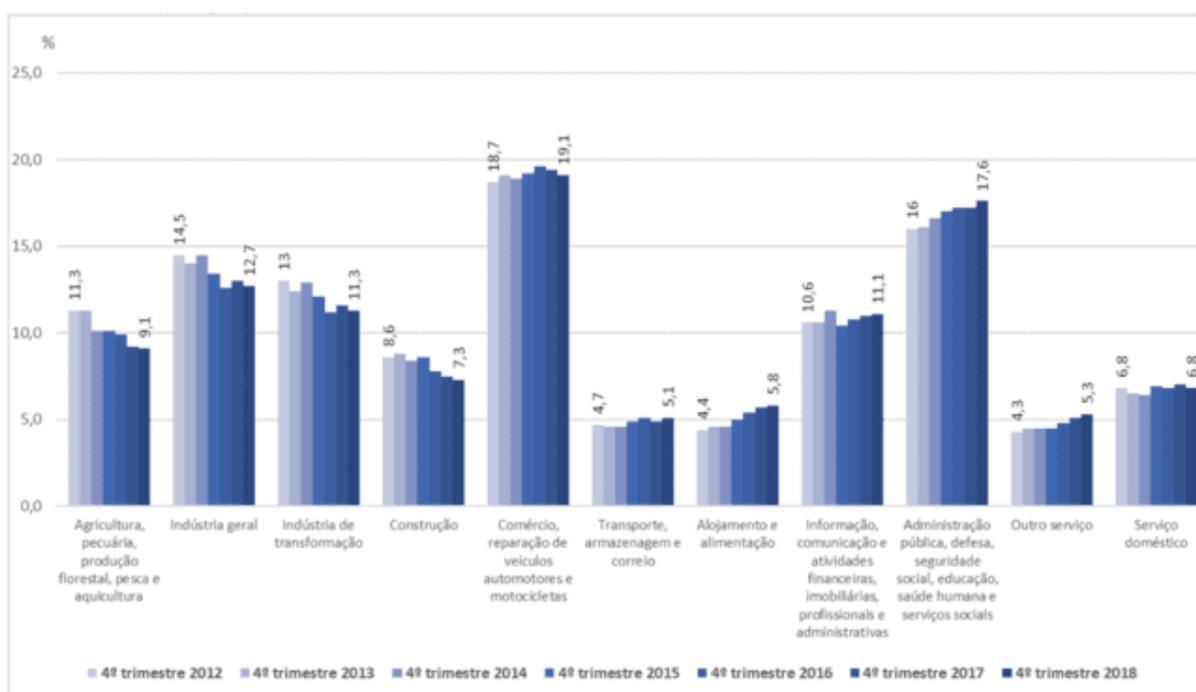
³⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

³⁵ A subutilização do trabalho é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho.

Percebe-se que as maiores taxas de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e desocupação concentram-se nos estados do Nordeste brasileiro, as menores na região sul, centro-oeste e Norte. Além disso, os valores mais expressivos da força de trabalho potencial foram observados nos estados do nordeste, e as menores na região sul, e região centro-oeste.

É relevante destacar que segundo o IBGE (2019), que do quarto semestre de 2012 até o mesmo período em 2018, a agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, a indústria geral e a indústria de transformação representaram as maiores reduções em sua participação na população ocupada, sendo que os grupamentos que tiveram um aumento maior de participação foram o alojamento e alimentação e a administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais.

Gráfico 21 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, por grupamentos de atividade econômica, Brasil - 4o trimestre de 2012-2018

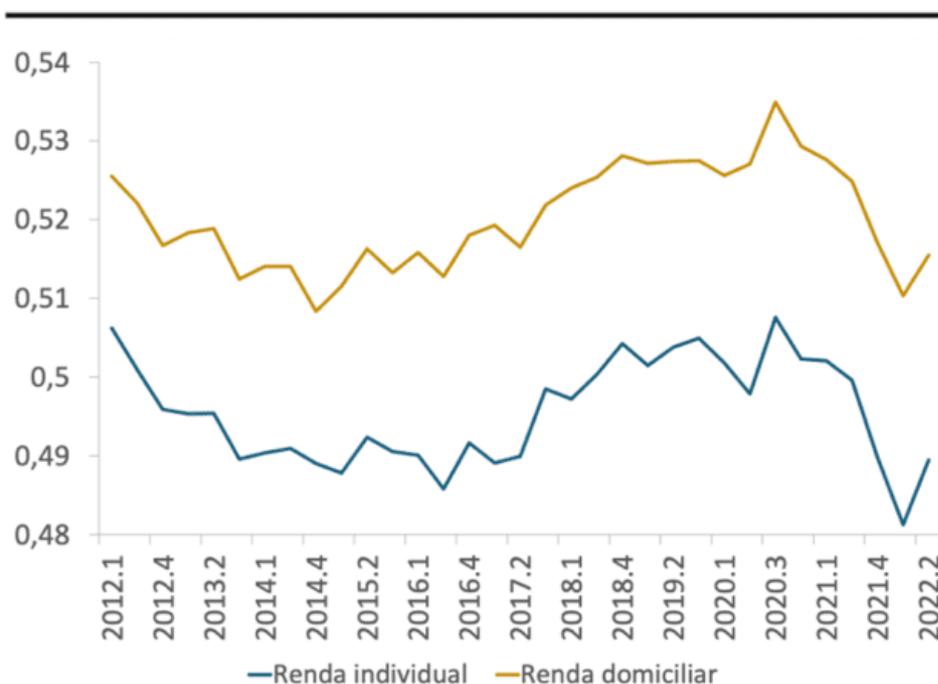


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Fonte IBGE (2019, p. 23)

O gráfico 21 aponta a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual. Esse índice cresceu de 0,508 no quarto trimestre de 2014 para 0,535 no terceiro trimestre de 2020. Para a renda individual, o índice passou de 0,486 no segundo trimestre de 2016 para 0,508 no terceiro trimestre de 2020, destaca Carvalho (2022)

Gráfico 22 – Índice de Gini: Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos

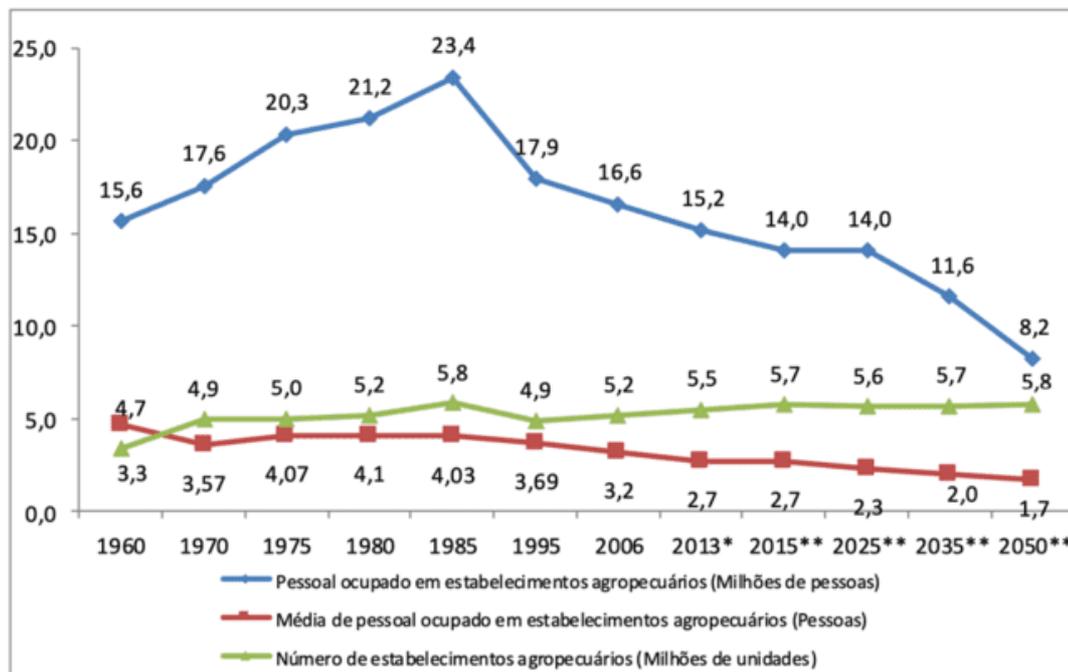


Fonte: Carvalho (2022, p. 10)

Conforme o DIEESE (2014) , a população brasileira somava 190 milhões de pessoas, conforme o último Censo Demográfico de 2010. A população rural era próxima de 30 milhões de pessoas. O estudo aponta que o número de habitantes rurais tem reduzido de forma acelerada nos últimos anos. A expectativa é que em 2050, a população rural brasileira seja estimada em 8% de um total de 226,3 milhões de habitantes no país, aponta o DIEESE (2014). Conforme argumentam, a mudança do perfil da população acarreta transformações no mercado de trabalho, e exigem mudanças de postura do movimento sindical brasileiro.

O estudo do DIEESE (2014) aponta uma redução de pessoas ocupadas por número de trabalhadores ocupados por estabelecimento. Em 1985 havia cerca de 4 ocupados por estabelecimento, em 2013, reduziu-se para 2,7. O gráfico 22 aponta essa realidade e faz uma expectativa até 2050.

Gráfico 23 – Pessoal ocupado, número de estabelecimentos agropecuários e número de ocupados por estabelecimento – Brasil – 1960 a 2050.



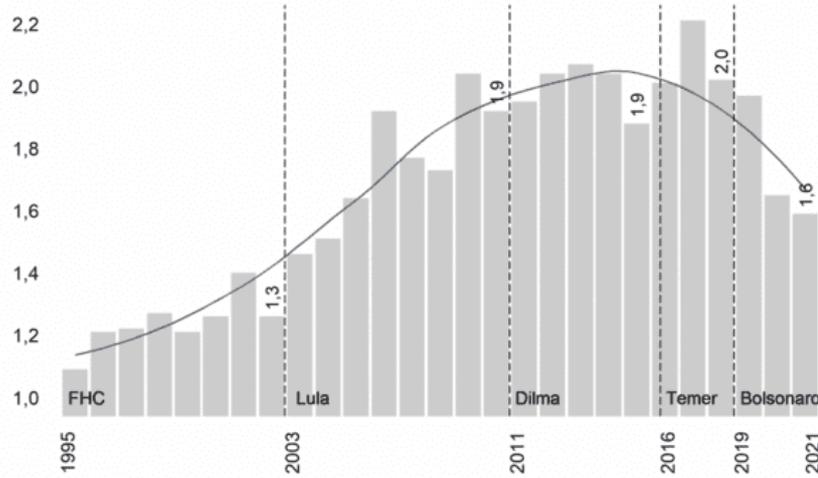
Fonte: DIEESE (2014, p. 7)

Conforme o DIEESE (2014), a redução da ocupação rural é um reflexo das mudanças ocorridas no meio rural, que caracterizam, a contínua especialização e mecanização do processo agrícola, e a consequente redução de postos de trabalho, “uma das expressões mais visíveis da modernização da agricultura” DIEESE (2014, p. 7).

O trabalho escravo continua sendo uma realidade da economia brasileira. Conforme DIEESE (2014), de 1995 a 2014, realizou-se 1587 operações de fiscalização para a erradicação do trabalho escravo, onde 45.588 trabalhadores foram resgatados, sendo 44% desse total no meio rural. As principais atividades econômicas com trabalhadores resgatados são: lavouras, pecuária, reflorestamento carvão vegetal, extrativismo, cana de açúcar e desmatamento.

O número de cestas básicas que um trabalhador pode comprar com um salário-mínimo tem reduzido nos últimos anos, o que coloca em contradição o fato de que o Brasil é um dos maiores produtores de grãos do mundo, enquanto os trabalhadores reduzem seu poder de compra. Conforme dados do DIEESE (2014), o poder de compra do trabalhador em relação aos alimentos da cesta básica tem apresentado quedas consecutivas desde 2018.

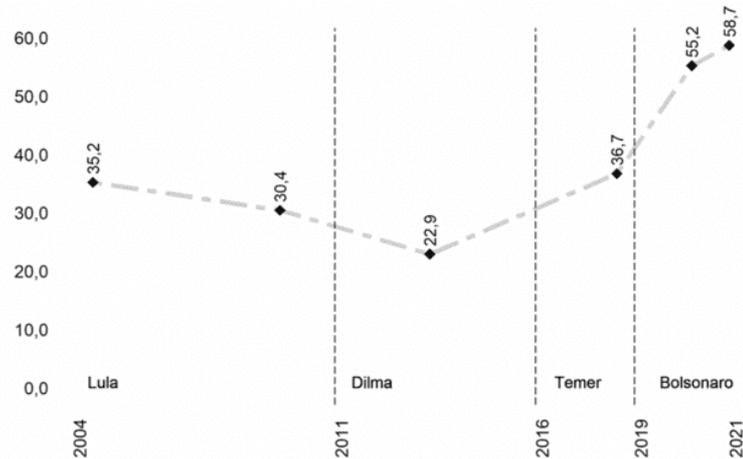
Gráfico 24 – Número de cestas básicas que o salário-mínimo pode comprar



Fonte: DIEESE (2021)

Outro dado interessante, é que embora haja um crescimento vertiginoso na produção de alimentos no Brasil, conforme já foi demonstrado, a parcela da população que se encontra em insegurança alimentar tem se ampliando. Em 2021/2022 15,5% da população estava na condição de insegurança alimentar grave, passando fome

Gráfico 25 – Parcela da população com algum tipo de insegurança alimentar (%)

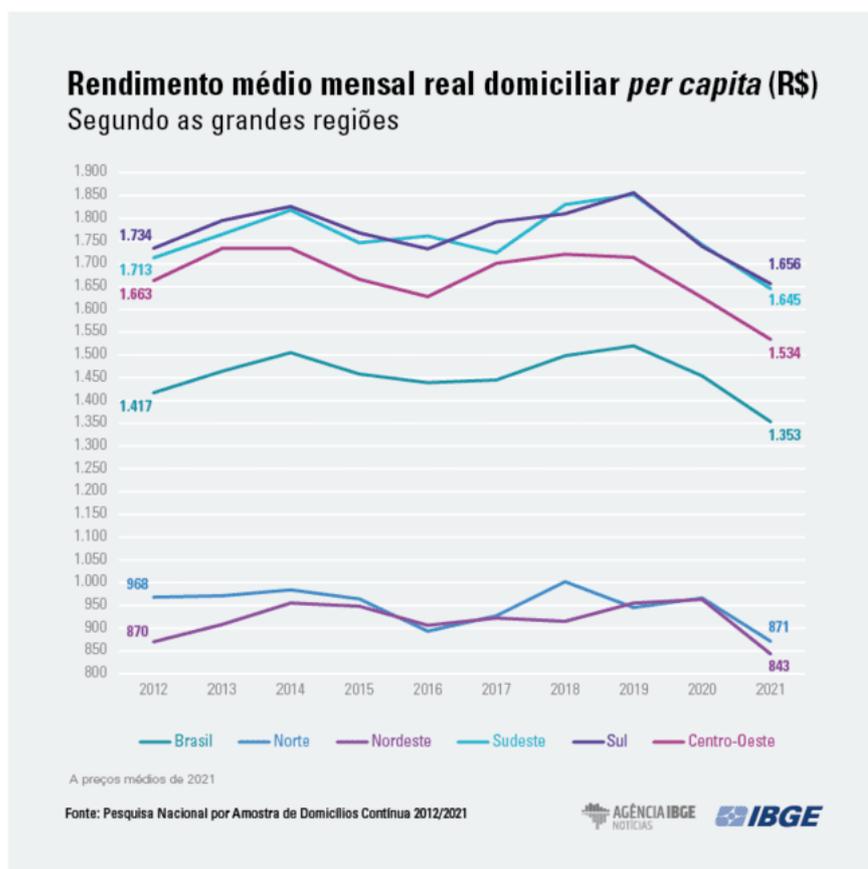


Fonte: DIEESE (2021)

Conforme IBGE (2022), o rendimento domiciliar per capita em 2021 esteve ao seu menor nível desde 2012. De acordo com os dados, o percentual de trabalhadores com rendimento caiu de 61% em 2020 para 59,8% em 2021, sendo que a queda teve mais intensidade no Norte, aponta o IBGE (2022). O Instituto aponta que a queda do rendimento mensal domiciliar teve mais intensidade entre as classes com menor rendimento. Há nesse contexto

uma enorme concentração de renda. O IBGE (2022) aponta que o ano de 2021, a renda média do 1% da população que ganha mais era 38,4 vezes maior que o rendimento médio de 50% dos que ganham menos

Gráfico 26 – rendimento médio mensal real domiciliar per capita (R\$). Segundo as grandes regiões



Fonte: IBGE (2022).

Conforme o apontamento, a desigualdade cresceu para o conjunto da população e estabilizou para a população ocupada. O índice de Gini do rendimento domiciliar per capita se ampliou de 0,524 para 0,544, conforme IBGE (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente análise se pode verificar a atualidade dos pensamentos de Marini (2000; 2022) e Wallerstein (1974; 1997; 2005) na análise da estrutura econômica dos países dependentes da América Latina, em especial, o caso do Brasil. O Brasil a partir da conquista, no século XVI, inseriu-se ao sistema capitalista mundial na perspectiva de satisfazer as demandas externas, exportando matérias primas e alimentos buscando satisfazer necessidades que não eram suas, mas dos países imperialistas que dominavam a economia mundial. Primeiro

foi o ciclo do Pau-Brasil, depois veio a cana-de-açúcar, o ouro, o do café, e assim por diante. Hoje vive-se o ciclo da soja, principal commodity de exportação, e principal cultura produzida pela agricultura brasileira.

É possível perceber, que a infraestrutura logística do país (portos, hidrovias, ferrovias), está estruturada na perspectiva de escoamento da produção primária do país em direção aos países centrais, sendo que os investimentos estrangeiros nesta área são concentrados em setores que visam ampliar o volume da exportação primária, e por consequência aprofundar a dependência estrutural da economia. Percebeu-se que a China tem forte interesse no investimento nestes setores. O transporte rodoviário é o principal modal de transporte do produto, se estendendo por 1.562.682km dentro do território. O segundo modal mais utilizado para o transporte de soja é o ferroviário, mas que apresenta perdas significativas nos últimos anos, além de possuir um sistema de bitolas que inviabiliza as integrações entre as regiões do país. O sistema hidroviário compreende 8 bacias por onde passa embarcações de transporte de soja. O porto de Santos é o principal porto de exportação de soja do país.

A cultura da soja tem tido uma ampliação relevante no mundo, tanto em área produzida, quanto em produtividade, sendo atualmente o quarto grão mais produzido. O incremento da produção está atribuído a vários fatores, como o elevado teor de proteínas utilizada para a alimentação humana e animal, a mecanização da sua produção que exige poucos braços de trabalhadores, a introdução de novas tecnologias que viabilizaram um aumento de produção por hectare plantada, entre outros. Um dos problemas apontados por esta grande expansão, é que o Brasil tem substituído as lavouras de outras culturas, que servem de alimento para a classe trabalhadora, para a produção de soja. Conforme pode ser verificado na seção 4.2.3, o Ministério de Agricultura e Pecuária estabeleceu projeções sobre o plantio de soja, vislumbrando que até 2031 mais 10 milhões de hectares devem se ampliar na produção da oleaginosa, avançando sobre áreas onde se produz arroz ou feijão.

Sendo assim, a expansão da produção de soja abrange a cada ano uma área maior do território brasileiro, gerando uma homogeneização da produção agrícola contra a diversificação produtiva necessária para o abastecimento do mercado interno. Nesse caso, a condição de satisfazer demandas externas em detrimento do mercado interno, coloca em risco a soberania alimentar do país, jogando um enorme contingente da população a uma condição de subnutrição e insegurança alimentar. As projeções futuras para a cultura da soja é de que mais áreas serão integradas ao cultivo com perspectivas de aumento de produtividade e de intensidade do trabalho, o que significa que será necessário cada vez menos trabalhadores na área rural, tendo assim, uma tendência de ampliação da população urbana, confirmando a teoria de Wallerstein

sobre a desruralização do mundo.

A China ocupa um lugar importante na cadeia produtiva da soja no Brasil, sendo a principal produtora do produto e concentrando 70% de toda a soja vendida pelo Brasil no mercado internacional. Percebe-se a partir do ano 2000 um importante incremento da participação chinesa no mercado de importação e exportações de mercadorias com o Brasil. Essa relação bilateral favorece o Grande Asiático no sentido que ele compra do Brasil produtos com pouco ou nenhum valor agregado e exporta bens com alta intensidade tecnológica, o que configura as “trocas desiguais” tão discutida por Marini (2000) e Wallerstein (2005). Além disso é possível verificar a ampliação de empresas chinesas agindo em setores de infraestrutura de portos, eletricidade e transporte, setores de interesse chinês no sentido da ampliação da capacidade de logística para o fluxo de bens primários no país. A soja é o principal produto que o Brasil exporta à China, em grãos e sem valor agregado.

As tecnologias utilizadas no plantio e na colheita são basicamente estrangeiras, com pouca participação do Brasil. Destaca-se a Syngenta, comprada pela Empresa Pública China National Chemical e a estadunidense ACGO.

A atividade primária exportadora da soja, acaba por aprofundar a especialização do Brasil em apenas um produto. A expansão da produção, a substituição de outras culturas pelo grão da soja, contribui para a reprimarização da pauta exportadora brasileira, solidificando a posição que o país ocupa na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de matérias-primas e alimentos. O produto é vendido em sua grande maioria em grãos, sem nenhum valor agregado. O principal estado produtor atualmente é o do Mato Grosso.

Como o Estado brasileiro prioriza o modelo agrário exportador, o setor industrial tem perdido força nas últimas décadas. Um exemplo de incentivo do Estado à reprimarização da economia brasileira, é a Lei Complementar Federal 87, de 13 de setembro de 1996, mais conhecida como a Lei Kandir, que isenta os impostos de circulação de mercadorias e serviços dos produtos primários. A forma de desindustrialização mais acelerada ocorre a partir dos anos 2000, junto com o crescimento exponencial da exportação da soja brasileira.

A chamada “Revolução Verde”, que visa uma ampliação da produtividade ser observada com cautela, pois apesar de trazer aumento de produtividade, isto não significa, necessariamente, uma melhora na condição de vida dos trabalhadores, pois há uma forte mecanização presente nela, e uma forte dependência externa dos países mais pobres em relação às nações industrializadas, gerando dependência econômica dos países periféricos.

Além de boa parte da produção da soja ser exportada para o exterior, em especial a China, o cultivo possui uma alta dependência de empresas multinacionais (principalmente dos

EUA), seja pela produção de sementes, de agrotóxicos, de máquinas e fertilizantes. O monopólio do conhecimento concentrado nas economias centrais aprofunda a dependência estrutural do país. Além disso, o Brasil exporta produtos com baixa intensidade tecnológica, que terão valor agregado nos países industrializados. A dependência do país em relação aos insumos de produção aponta uma extração da mais-valia na exportação, no transporte e na produção da soja. Ou seja, o Brasil fica com uma fatia menor de todo o processo de comercialização do produto a nível mundial, sendo que o grão é mais elaborado fora do país, gerando lucros para as empresas estrangeiras.

O Brasil conta com uma frágil regulação sobre o uso de agrotóxicos, sendo que existe uma forte influência de empresas estrangeiras que dominam o mercado como a Syngenta, Bayer, Basf entre outras, e setores do agronegócio que atuam via institucional para garantir essa condição. O atual Congresso Nacional brasileiro possui a “bancada ruralista”, com muitos deputados e senadores que reforçam o setor agroexportador, além de concentrar uma parte considerável do orçamento da União às atividades extrativas e do agronegócio. Além disso, a indústria de sementes de soja é protegida por patentes. As patentes acabam sendo um recurso de controle biológico da cadeia de alimentos, sendo que as semente RR por exemplo, não produzem a partir da segunda geração, o que torna os produtores dependentes das multinacionais, mantendo os mesmos com a necessidade de compra contínua da semente.

Os impactos ambientais da cultura de soja são diversos, e causam uma enorme perda da biodiversidade, como desmatamento, erosões, contaminação de solos e águas, avançando principalmente na região do Cerrado brasileiro, sendo que o Código Florestal do país permite que 65% a 80% da vegetação nativa de uma propriedade seja derrubada neste bioma. Por outro lado, a pesquisa aponta que a área de soja convertida diretamente da floresta representa represente menos de 5% da área total de perda florestal, e o desmatamento pela soja tenha apresentado queda entre os anos de 2012 à 2016.

Por fim, é necessário explorar que o processo contínuo de mecanização da agricultura e queda da participação industrial tem como consequência a eliminação de possíveis empregos. É possível verificar um grande aumento de produtividade do trabalho agrícola, com redução da participação industrial no PIB nas últimas décadas. A desruralização crescente no Brasil é uma realidade que tende a se ampliar através da mecanização cada dia mais intensiva na agricultura. A cada dia menos braços são necessários para o trabalho rural, e resta aos trabalhadores migrarem para as cidades onde não possui indústria e nem empregos suficientes para absorver essa mão-de-obra. Esse processo leva a uma precarização das relações de trabalho. Os aumentos constantes de produtividade não são revertidos em salários aos trabalhadores e ficam

concentrados nas mãos de grandes empresas multinacionais e do setor dos grandes produtores rurais do país.

O resultado disso, é um país, que embora seja um dos maiores produtores de grãos do mundo, possui uma população faminta, com altos índices de subnutrição, insegurança alimentar e trabalho precarizado. A quantidade de alimentos que o trabalhador consegue adquirir com um salário-mínimo é cada vez menor. A dependência de um único produto de exportação reforça o mal da “doença holandesa”, que deixa as economias periféricas reféns da oscilação do preço internacional das commodities.

Neste sentido, a hipótese de que o monocultivo da soja aprofunda a dependência estrutural da economia brasileira, expande sua produção sobre áreas de economia natural, causando impactos na biodiversidade e precarização do trabalho, pode ser verificada neste trabalho.

Fica como pendente para futuros trabalhos, um detalhamento minucioso das linhas de crédito público e privado para o agronegócio, de quanto o Estado destina ao setor em comparativo a agricultura familiar, campesinato, bem como buscar dados sobre a desterritorialização de populações tradicionais (em especial na Amazônia) vinculadas ao processo de dependência. Além disso torna-se necessário um debate em torno da necessidade da Reforma Agrária no Brasil, apontado as questões de luta pela terra e de produção de alimentos saudáveis. Este texto trata-se de um primeiro trabalho exploratório, e que poderá ser aprofundado nas questões da superexploração e precarização do trabalho e das questões financeiras que envolvem o setor.

REFERÊNCIAS

- ARIENTI, W. L., & FILOMENO, F. A. (2007, julho). Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *Ensaio FEE*, pp. 99-126.
- BEZERRA, L. (2018, 09 12). A questão agrária brasileira no pensamento de Caio Prado Júnior. *Argumentum*, pp. 200-2012.
- BIBI, S. (2012). *The Green Revolution and its in Argentina*. Pavia: IUSS Sapere Aude.
- BRAUDEL, F. (1987). *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- CARDOSO, F. H. (1979). As Desventuras da Dialética da Dependência. *Estudos Ceprab*, pp. 33-80.
- CARVALHO, S. S. (2022). *Retrato dos rendimentos do trabalho - Resultados da PNAD contínua do segundo trimestre de 2022*. IPEA.
- Célio HIRAKUTA, M. C. (2012). Relações comerciais entre América Latina e China: caracterização da evolução recente. In G. Bitencourt, *El Impacto de China en América Latina: Comercio e Inversiones* (pp. 81-134). Uruguay: Red Marcosur.
- Central, B. (2022). *Balanço de Pagamentos*. Brasília: Ministério da Economia.
- CNT. (2018). *Plano de Transporte e Logística*. Brasília: Confederação Nacional de Transportes.
- CONAB. (2022, 11 20). *Companhia Nacional de Abastecimento*. Retrieved from CONAB: www.conab.gov.br
- COSTA, M. S. (2015). *Formação da Economia Brasileira e Dependência Tecnológica: Implicações no déficit da conta de pagamentos*. Salvador: Tese de Mestrado - Universidade Federal da Bahia.
- DIEESE. (2014). *O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro*. DIEESE.
- EMBRAPA. (2020). *O Agro no Brasil e no mundo: uma síntese do período de 2000 a 2020*. EMBRAPA.
- EMBRAPA. (2022, 11 11). *Embrapa*. Retrieved from Embrapa: <https://www.embrapa.br/web/portal/soja/cultivos/soja1/historia>
- EMBRAPA. (2022, 11 10). *EMBRAPA*. Retrieved from Embrapa: <https://www.embrapa.br>
- FERNÁNDEZ, V. L., & CURADO, M. L. (2019, abril). Matriz de Competitividade e o papel dos mercados emergentes nas exportações argentinas e brasileiras. *Economia e Sociedade, Campinas, n. 1 (65)*, p. 123-151.
- FIESP. (2015). *Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB*. FIESP.
- FRANCO, A. A. (1958). *Síntese da História Econômica do Brasil*. Salvador: Universidade da Bahia.
- GALEANO, E. (2010). *As Veias Abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM Editores.

- GAZONNI, D. L. (2018). *A Saga da Soja*. Brasília: EMBRAPA.
- GLOBALBUSINESS. (2022, 12 10). *www.globalbusiness.com*. Retrieved from Global Business: <https://www.globalskybusiness.com/>
- HIRAKURI, M. H. (2014). *O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro*. Londrina, PR: EMBRAPA.
- IBGE. (2015). *Indicadores IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE. (2015). *Produção Agrícola Municipal - Culturas Temporárias e Permanentes*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - terceiro trimestre de 2018*. Brasília: IBGE.
- IBGE. (2022, 08 27). <https://www.ibge.gov.br>. Retrieved from IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31461-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2021>
- IBGE. (2022, 06 10). *Instituto Brasileiro de Geografia e estatística*. Retrieved from IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>
- IBGE. (2022). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação especial Medidas de subutilização da força de trabalho*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- JUNIOR, C. P. (1979). *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: brasiliense.
- KATZ, C. (2020). *A teoria da dependência - 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular.
- KATZ, C. (2022, abril). A teoria da dependência sob a ótica de Galeano. *Germinal marxismo e educação*, 49-59.
- LEMOS, M. L. (2018). *Agregação de valor na cadeia de soja*. BNDES.
- MAPA. (2022). *Projeções do agronegócio*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- MARINI, R. M. (2000). *Dialética da Dependência*. Petropolis: Editora Vozes.
- MARINI, R. M. (2022). Sobre a Dialética da Dependência, 1973. In R. T. Ruy Mauro MARINI, *"Dialética da Dependência" e outros escritos* (pp. 217-234). São Paulo: Expressão Popular.
- MARTINS, C. e. (2018, Setembro/Dezembro). A Teoria Marxista da dependência e os desafios do século XXI. *Dossiê*, pp. 445-449.
- MARTINS, J. R. (2015, Novembro 30). Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? *Iberoamérica Social*, pp. 95-108.

- MEDINA, G. (2016, 01 21). Participação do capital brasileiro na cadeia produtiva da soja: lições para o futuro do Agronegócio Nacional. *Revista Economia e Agronegócio*, pp. 4-38.
- MEDINA, G. d. (2021, abr). Economia do agronegócio no Brasil: participação brasileira na cadeia produtiva da soja entre 2015 e 2020. *Novos Cadernos NAEA*, pp. 231-254.
- MORAES, R. F. (2019). *Agrotóxicos no Brasil: Padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória*. Brasília: IPEA.
- NETO, M. O. (2015, 04). Avaliação dos critérios de seleção de transportador e modais para escoamento da soja brasileira. *Revista Produções e Desenvolvimento*, pp. 14-30.
- NOVAES, F. (1977). O Brasil nos quadros do antigo Sistema Colonial. In F. H. CARDOSO, *Brasil em Perspectiva* (pp. 47-63). Rio de Janeiro: DIFEL.
- OECD. (2022, 11 20). OECD. Retrieved from The Observatory of Economic Complexity: <https://oec.world>
- OLIVEIRA, A. R. (2020). *cadeia Produtiva da Soja em Grãos pelo Porto de Santos: Entraves logísticos*. São Paulo: FatecLog.
- OSORIO, J. (2017). *La Diversidad en el Sistema Mundial Capitalista*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana.
- PREBISCH, R. (2000). In R. BIELSCHOWSKY, *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* (pp. 69-136). Rio de Janeiro: Editora Record.
- RD GARRET, J. P. (2022, 01 22). Should payments for environmental services be used to implement zero - deforestation supply chain policies? The case of soy in the Brazilian. *Nature Sustainability*, pp. 1-17.
- Renato BAUMANN, G. L. (2021). *Research Investment Cooperation Between Brazil And China*. Brasília: IPEA.
- SALYN, D. L. (2021). *Soyan Transportation Brazil 2021*. United States Department of agriculture: USDA Agricultural Marketing Service.
- SANTOS, F. L. (2020, Janeiro). Consenso do Glifosato: políticas agrárias e conflitos rurais na onda progressista da América Latina (1998-2016). *Revista de História Comparada*, pp. 260-300.
- SOUZA, R. G. (2022, abril). Cadeias Mercantis e contribuições conceituais à geografia humana. *Mercator*, pp. 1-15.
- STAEVIE, P. M. (2004, Junho). Concentração Industrial: O Caso da Indústria Gaúcha de Esmagamento de Soja nos anos 1990. Brasil: (Dissertação de Mestrado).
- TradeMap. (2022, 01 12). *TradeMap*. Retrieved from TradeMap: <https://www.trademap.org/Index.aspx>
- TRASPADINI, R. (2018). Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. pp. 1694-1713.
- TRASPADINI, R. (2022). Introdução. In R. M. Mariny, *A Dialética da Dependência e Outros*

- Escritos* (pp. 30-68). São Paulo: Expressão Popular.
- USDA. (2022, 12 10). *USDA*. Retrieved from USDA: usda.gov
- VIRGÍLIO, A. P. (2017). Agricultura Moderna Brasileira e o Aprofundamento da Dependência a partir dos anos 1990: O Caso do Agronegócio da Soja. (*Dissertação de Mestrado*). Salvador, Bahia, Brasil: Universidade Federal da Bahia.
- Wagner leal ARIENTI, F. A. (2007, julho). Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wllerstein, Braudel e Arrighi. *Ensaio FEE*, pp. 99-126.
- WALLERSTEIN, I. (1974). *O Sistema Mundial Moderno Vol. I - A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Afrontamento. Ltda.
- WALLERSTEIN, I. (1997). A Reestruturação Capitalista e o Sistema Mundial. *Perspectivas*, pp. 249-267.
- WALLERSTEIN, I. (2005). *Análisis de Sistema-Mundo una introdución*. México: Siglo Veiteuno editores.
- Xiao -Peng SONG, M. c. (2021, 03 30). Massive Soybean Expansion South America Since 2000 anda implications for conservation. *Nature Sustainability*.